

UNIVERSIDADE SALGADO DE OLIVEIRA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
MESTRADO EM HISTÓRIA

FERNANDA MIRABELLI

**A IMPERIAL ORDEM DA ROSA: REPRESENTATIVIDADE E
MEMÓRIA DA FORMAÇÃO NACIONAL NO SEGUNDO REINADO**

Niterói - RJ
2022

FERNANDA MIRABELLI

LINHA DE PESQUISA I:
SOCIEDADE, MOVIMENTOS POPULACIONAIS E DE CULTURAS

**A IMPERIAL ORDEM DA ROSA: REPRESENTATIVIDADE E
MEMÓRIA DA FORMAÇÃO NACIONAL NO SEGUNDO REINADO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, campus Niterói, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em História.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Cláudia Cristina de Mesquita Garcia Dias.

Niterói - RJ
2022

CIP - Catalogação na Publicação

L732 Lima, Fernanda Mirabelli Sampaio.
A imperial ordem da rosa: representatividade e memória da formação nacional no segundo reinado. / Fernanda Mirabelli Sampaio Lima. -- Niterói, RJ, 2022.
xi, 12-127p.; il., color., graf., tabs.
[Numeração da publicação: [i] – xi, 12-127].
Referência(s): P. 121-127.

Orientadora: PhD. Cláudia Cristina de Mesquita Garcia Dias.
Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Salgado de Oliveira, 2022.

1. Imperial Ordem da Rosa. 2. Ordem Honorífica – Brasil Imperial - Amélia de Leuchtenberg. 3. Segundo Reinado. I. TÍTULO.

CDD 929.810981

FERNANDA MIRABELLI SAMPAIO LIMA

**“A IMPERIAL ORDEM DA ROSA: REPRESENTATIVIDADE E MEMÓRIA
DA FORMAÇÃO NACIONAL NO SEGUNDO REINADO.”**

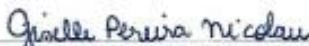
Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre em História, aprovada no dia 07 de dezembro de 2022 pela banca examinadora, composta pelos professores:



Prof.ª Dr.ª Cláudia Cristina de Mesquita Garcia Dias
Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)



Prof. Dr. Paulo Assunção
Professor da Universidade de Lisboa / Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro



Prof.ª Dr.ª Giselle Pereira Nicolau
Professora do PPG em História da Universidade Salgado de Oliveira (UNIVERSO)

Aos meus pais Fernando e Ida Maria (in memoriam).

À minha filha Júlia.

Agradecimentos

Acima de tudo, agradeço à Deus por chegar até aqui, pois em todos os momentos da vida Ele foi a minha fortaleza.

Aos meus pais, Ida Maria e Fernando. Como é grande a falta que sinto de vocês! Tenho absoluta certeza de que o amor e o respeito transmitidos foram únicos e que, certamente, nenhum estudo ou conhecimento serão capazes de transmitir tudo aquilo que os senhores me ensinaram ao longo da vida.

À minha linda e querida filha Júlia, amor que não se mede.

Aos meus irmãos Luiz Carlos e Aldo, que sempre estiveram ao meu lado apoiando minhas escolhas e decisões.

À minha orientadora, professora Dra. Cláudia Cristina de Mesquita Garcia Dias, por ter se interessado prontamente pelo tema da pesquisa e, principalmente, aceitado seguir comigo ao longo deste percurso, contribuindo com a sua experiência e apoio.

Ao colega de curso Marcio Pinho que, com o passar dos tempo, se tornou meu grande companheiro na vida.

A todos os professores e profissionais do Programa de Pós-Graduação de História da Universidade Salgado de Oliveira – UNIVERSO, que de alguma forma contribuíram neste processo de aprendizado.

Aos meus amigos de trabalho, pessoas mais que especiais, com quem compartilhei as minhas angústias e que sempre me incentivaram a conseguir concluir com êxito cada tarefa.

A todos os membros da minha família e amigos que convivem comigo no dia a dia. Pessoas que presenciaram o meu esforço ao longo do programa e acompanharam a evolução e execução deste estudo sendo, muitas vezes, o motivo de meus estímulos a não desistir.

Abreviaturas

IOR – Imperial Ordem da Rosa

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

ONCS – Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul

Lista de Tabelas

Tabela 1: Valor dos selos correspondentes ao pagamento de condecorações (por grau)	80
Tabela 2: Condecorações concedidas por imperador no Brasil.....	81
Tabela 3: Percentual de distribuição de concessões por ano	82
Tabela 4: Concessões da IOR por grau durante o Segundo Reinado	83
Tabela 5: Concessões da IOR durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai	83
Tabela 6: Anos com os maiores números de concessão da IOR (De 1841 a 1883)	84
Tabela 7: Nobres condecorados com a IOR por Título de Nobreza	85
Tabela 8: Marqueses condecorados com a IOR	86
Tabela 9: Condes condecorados com a IOR	89
Tabela 10: Viscondes condecorados com a IOR	93
Tabela 11: Barões condecorados com a IOR	95
Tabela 12: Distribuição da IOR aos nobres do Império do Brasil	100
Tabela 13: Nobres brasileiros sócios do IHGB	100
Tabela 14: Nobres brasileiros integrantes da Guarda-Nacional.....	103
Tabela 15: Concessão da IOR por ano na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai	105
Tabela 16: Concessão da IOR por grau na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai	106
Tabela 17: Concessão da IOR na Guerra do Paraguai por postos e graduações	111

Lista de Gráficos

Gráfico 1: Nobres condecorados com a IOR.....	86
Gráfico 2: Marqueses condecorados com a IOR.....	87
Gráfico 3: Condes agraciados com a IOR	90
Gráfico 4: Viscondes agraciados com a IOR.	93
Gráfico 5: Barões agraciados com a IOR	96

Lista de Imagens

Imagem 1: Ordem Militar de São Bento de Avis (Grã-Cruz)	28
Imagem 2: Ordem Militar de Santiago da Espada (Grã-Cruz)	29
Imagem 3: Ordem Militar de Cristo (Banda de grã-cruz)	30
Imagem 4: Ordem Militar da Torre da Espada (1º modelo da Insígnia - 1808)	32
Imagem 5: Real Ordem de Santa Isabel.....	33
Imagem 6: Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.....	34
Imagem 7: Imperial Ordem do Cruzeiro (Anverso e Reverso)	37
Imagem 8: Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul	38
Imagem 9: Ordem de Pedro I – Fundador do Império do Brasil	40
Imagem 10: Imperial Ordem da Rosa – Grau de Comendador	45
Imagem 11: Desenhos dos graus da Imperial Ordem da Rosa	46
Imagem 12: Carta de nomeação do Engenheiro Ernesto Diniz Street ao grau de Oficial da Ordem da Rosa - Peça de coleção Gilberto Tenor	48
Imagem 13: Cabeçalho do periódico “A Aurora Fluminense”.....	57
Imagem 14: Cabeçalho do periódico “Nova Luz Brasileira”.....	58
Imagem 15: Registro da chegada de Amélia.....	59
Imagem 16: Litografia colorida à mão e Amélia viúva e filha D. Maria Amélia.....	62
Imagem 17: Corpo de Amélia mumificado	63
Imagem 18: Mapa do Brasil Império	68
Imagem 19: Monumento do Ipiranga	71
Imagem 20: Parte externa do Monumento do Ipiranga	75

Resumo

Este trabalho tem como objeto a Imperial Ordem da Rosa - IOR, Ordem Honorífica do Brasil Imperial, a partir de um estudo sobre as origens das Ordens Honoríficas, destacando as comendas implementadas no Império Brasileiro. Além disso, a presente dissertação enfatiza as características da Imperial Ordem da Rosa, criada por D. Pedro I em homenagem a sua segunda esposa, D. Amélia de Leuchtenberg. Inserida na dimensão da História Cultural, esta pesquisa privilegia as representações no contexto voltado ao simbolismo de uma condecoração. As fontes utilizadas reúnem documentos impressos e manuscritos do Arquivo Nobiliárquico Brasileiro, das Ordens do Dia do Exército Brasileiro em operações na Guerra do Paraguai, que se encontram no Arquivo Histórico do Exército, além do acervo pessoal de Artidoro Augusto Xavier Pinheiro. O estudo aponta para a Imperial Ordem da Rosa como a Ordem Honorífica com o maior número de concessões efetuadas no período do Segundo Reinado e, por esse motivo, traduz a relevância de sua representatividade. Esta pesquisa permite uma análise historiográfica diversificada ao destacar o processo de distribuição de comendas, contribuindo também para o entendimento das relações entre o Estado (representado pelo Império) e as elites brasileiras.

Palavras-chave: Imperial Ordem da Rosa, Ordens Honoríficas, Império Brasileiro, Nação Brasileira, Amélia de Leuchtenberg.

Abstract

This work has as object the Imperial Order of the Rose - IOR, Honorific Order of Imperial Brazil, from a study on the origins of the Honorific Orders, highlighting the Commendations implemented in the Brazilian Empire. Emphasizing the characteristics of the Imperial Order of the Rose, created by D. Pedro I in honor of his second wife, D. Amélia de Leuchtenberg. Inserted in the dimension of Cultural History, this research privileges the representations in the context focused on the symbolism of a decoration. The sources used bring together printed and manuscript documents from the Brazilian Nobiliary Archive, the Orders of the Day of the Brazilian Army in operations in the Paraguayan War, which are found in the Army Historical Archive, in addition to the personal collection of Artidoro Augusto Xavier Pinheiro. The study points to the Imperial Order of the Rose as the Honorary Order with the highest number of concessions made in the period of the Second Reign and, for this reason, reflects the relevance of its representativeness. This research allows a diversified historiographical analysis by highlighting the process of distribution of commendations, also contributing to the understanding of the relations between the State, represented by the Empire, and the Brazilian elites.

Keywords: Imperial Order of the Rose, Honorary Orders, Brazilian Empire, Brazilian Nation, Amélia de Leuchtenberg.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 A IMPERIAL ORDEM DA ROSA - IOR.....	23
1.1 A origem das Ordens Honoríficas e sua representação na sociedade do império.....	25
1.2 As Ordens Honoríficas no Império Brasileiro.....	35
1.3 As características e composição da IOR.....	44
2 A FORMAÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA.....	51
2.1 D. Pedro I e a princesa Amélia de Leuchtenberg no Primeiro Reinado.....	54
2.2 Instituições na formação do império IHGB	64
2.3 Memória x Identidade Nacional	71
3 AS CONCESSÕES DA IMPERIAL ORDEM DA ROSA	78
3.1 A distribuição da IOR no Brasil.....	80
3.2 A nobreza brasileira e a IOR	85
3.3 Condecoração da IOR aos militares durante a Guerra do Paraguai.....	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	118
FONTES.....	121
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	122

INTRODUÇÃO

Por ocasião das recentes comemorações dos 200 anos de Independência do Brasil, se faz pertinente rememorar a história do país, no que tange seus macros períodos, quais sejam: Colônia, Império e República. Nesse sentido, esta dissertação tem como contexto principal o Império Brasileiro, partindo sob a ótica de um objeto pequeno (em sua forma física), porém grande em grau de importância: a Imperial Ordem da Rosa - IOR.

Há de se considerar que os objetos passaram a receber um novo olhar sob a perspectiva da história, assim como salienta Peter Burke: “nas décadas de 1980 e 1990, [...] alguns historiadores culturais voltaram-se para o estudo da cultura material, e assim se viram próximos dos arqueólogos, curadores de museus e especialistas em história do vestuário”.¹ É sobre este prisma que esta comenda é apresentada. Habitualmente exposta em museus que fazem referência ao período da monarquia, a IOR foi criada ainda no Primeiro Reinado, na ocasião do matrimônio de D. Pedro I com D. Amélia, segunda imperatriz do Brasil, num momento de muitas incertezas no governo. Esta insígnia, que traz em seu contorno a expressão “Amor e Fidelidade”, teria o papel de firmar um novo compromisso não somente do imperador com sua nova esposa, mas sobretudo do imperador para com a Nação Brasileira. A proposta deste estudo, portanto, é justamente destacar qual a representação desta Ordem Honorífica para a sociedade neste período, inicialmente como um marco de festividade, promovido por D. Pedro I e, posteriormente, se tornando símbolo de memória e pertencimento à nação com seu filho D. Pedro II.

Deste modo, o problema central da pesquisa pode ser formulado da seguinte forma: qual o impacto da Imperial Ordem da Rosa, no desenvolvimento de uma ideia de nacionalidade, a partir de um estudo dos seus agraciados no decorrer do Segundo Reinado?

A nacionalidade e sua relação com a formação do Estado é outra questão que teremos como eixo. Benedict Anderson nos oferece subsídios para entendermos as relações inerentes a este processo em sua clássica obra denominada *Comunidades Imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo*, na qual o autor aponta que “[...] temos de considerar, com cuidado, suas origens históricas, de que maneiras seus significados se transformaram ao longo do tempo, e por que dispõem, nos dias de hoje, uma legitimidade emocional profunda”.² No

¹ BURKE, Peter. O que é história cultural? Tradução: Sergio Goes de Paula. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008, p. 90.

² ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 30.

contexto específico de formação nacional brasileira, José Murilo de Carvalho, na introdução de *A Construção Nacional*, ressalta que:

O período compreendido entre 1830 e 1889 foi para o Brasil, como para toda a América hispânica, a continuação do longo e doloroso parto de seus respectivos Estados-nação iniciado na primeira década do século. Nele, forjaram-se os traços marcantes de cada país, a natureza da sociedade, do governo, da cultura.³

O processo de formação nacional brasileiro teve seu início após a independência, em 1822, momento em que o território deixaria de ser, somente, uma colônia para se tornar um país com identidade própria. Entretanto, sabemos que o cenário não mudaria tanto assim. Apesar dos principais vínculos serem cortados com Portugal, a estrutura de governo ainda seria uma Monarquia Constitucional, como destaca Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho Souza ao afirmar que o Império "vetava a implementação de um projeto republicano. Combatia-se a República pelo risco de dissolução do território brasileiro".⁴ D. Pedro I teria muitos desafios a enfrentar, em especial a manutenção do território brasileiro unido; a formação do estado nacional brasileiro; a conquista do reconhecimento internacional da independência e a organização da economia nacional.

O caráter patriarcal do Estado de linhagem absolutista, adequou-se perfeitamente à lógica de funcionamento da unidade produtiva fundamental e se legitimou através da recuperação vigorosa do Direito romano na construção dos alicerces jurídicos da nação. Do que resulta que o objetivo primeiro da monarquia brasileira nunca foi a busca da liberdade e igualdade para os súditos, mas a outorga do que o rei supunha que fosse a felicidade geral, como um pai que zela pôr seus filhos e dependentes.⁵

É através deste cenário que a dissertação se expande, retomando algumas referências do período da monarquia no país. O Primeiro Reinado é um período caracterizado por diversas circunstâncias de instabilidade dentro do governo, sobretudo que possibilitou o reconhecimento de um país independente. Antes de sua abdicação ao trono, D. Pedro I investe num segundo matrimônio, no ano de 1829, com a princesa Amélia de Leuchtenberg:

Confirmada a boa nova do próximo casamento, no dia da visita de costume,

³ CARVALHO, José Murilo de. *A construção nacional: 1830-1889*, v. 2. Coordenação José Murilo de Carvalho. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação: 1808-2010; 2). p. 19.

⁴ SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. *Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo -1780-1831*. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, p. 185.

⁵ MALERBA, Jurandir. *O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da história do Brasil no século XIX*. Maringá: Eduem, 1999, p. 46.

Marechal foi apresentar seus parabéns ao Imperador; achando-se de bom humor, o que era de imaginar, aproveitou o ensejo para dizer-lhe ser necessário evitar quanto possível, por ocasião desse ato, renovarem as esperanças do partido liberal no Brasil e na Europa.⁶

A pesquisa tem como primeiro recorte o período de 1829 a 1831, utilizando em suas linhas inaugurais a ocasião do casamento de D. Pedro I e, por conseguinte, a instituição da insígnia. Contudo, o foco principal se dá no segundo recorte, ou seja, ao longo do Segundo Reinado, período em que o país é direcionado tanto à permanência de tradições advindas da sua ex-metrópole, quanto ao estabelecimento de uma nova cultura voltada para a memória coletiva da sociedade brasileira.

De acordo com contexto social da época, registros como este identifica a relação de memórias e simbolismos vinculados à tradição de corte.

Neste contexto, o sociólogo alemão Norbert Elias escreveu dois volumes da obra intitulada *O Processo Civilizador*. No primeiro volume⁷, o autor dedica-se a abordar a História dos Costumes, analisando os conceitos de civilização e cultura, bem como percebendo a civilização como sendo um processo de transformação do comportamento humano. Já no segundo⁸, Elias dedica-se a estudar a formação do Estado e da civilização. Para isso, ele subdivide este volume em duas partes: inicialmente, explica a dinâmica da feudalização e a sociogênese do Estado; posteriormente, apresenta sugestões para uma Teoria de Processos Civilizadores.

Norbert Elias destaca que civilização se refere a um conceito que, em linhas gerais, expressa a concepção ocidental sobre si mesmo, isto é, julgando-se superior a sociedades mais antigas ou, ainda, contemporâneas tidas como primitivas. Assim sendo, essa civilidade pode ser descrita pelo nível tecnológico alcançado, pelos modos, pelo desenvolvimento cultural ou pela visão de mundo.⁹ Já o conceito de cultura, sob o prisma de visão alemã, o mencionado pesquisador enfatiza as diferenças nacionais e a identidade de grupos. Elias descreve que o povo, em consonância com os padrões ocidentais, galgou tardiamente a unificação política e possui fronteiras em que os territórios se desprenderam ou ameaçaram se separar. Para melhor entender a afirmação do autor, cabe ressaltar que Norbert Elias nasceu na cidade de Breslávia, região da Silésia, na Polônia. A região da Silésia já pertenceu à Polônia até o Século XIV,

⁶ MONTEIRO, Tobias. História do Império. Vol. 2. Belo Horizonte: ed. Itatiaia, 1982, p. 140.

⁷ ELIAS, Norbert. O processo civilizador: Uma História dos Costumes. v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

⁸ ELIAS, Norbert. O processo civilizador: Formação do Estado e civilização. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

⁹ ELIAS, O processo civilizador: Uma História... p. 22.

depois foi incorporada ao Reino da Boêmia (atual República Tcheca), à Áustria, à Prússia (atual Alemanha) e, desde o fim da Segunda Guerra Mundial, em 1945, retornou à Polônia. Enquanto civilização, inclui a função de expansionismo a grupos colonizadores e certifica que o conceito de cultura reflete a consciência de uma nação em constituir incessantemente as suas fronteiras.¹⁰

Sobre a difusão da civilização, no segundo volume de sua obra, Elias aponta que este conceito corresponde à disseminação das instituições e aos padrões de conduta para além das sociedades do Ocidente. Tal movimento ocorre há inúmeros séculos no lado ocidental, antes mesmo na existência do conceito de civilização.¹¹

Assim, as Ordens Honoríficas possuem significância como forma de reconhecimento para os homens da sociedade da época. A Imperial Ordem da Rosa é, sem dúvida, um dos símbolos que representa maior flexibilidade na concessão de insígnias para o período.

As condecorações eram concedidas pelo imperador a todos que prestassem serviços a ele e ao Estado, de forma que a larga utilização destes recursos permite entrever que D. Pedro os utilizava como instrumento de cooptação de alianças políticas, exercidas localmente.¹²

Este estudo analisa esta comenda desde o âmbito de sua criação, no Primeiro Reinado, bem como a sua repercussão durante os anos do Segundo Reinado, já com D. Pedro II. Para isso, reveste-se de importância identificar as questões relacionadas ao número diferenciado de graus e o aumento na sua concessão, de modo a comprovar que, a Imperial Ordem da Rosa vem a ser a comenda mais distribuída durante todo o governo imperial, principalmente, durante o período da Guerra do Paraguai e já no final do Império.

O Decreto Imperial, de 17 de outubro de 1829, instituiu nestes termos a Imperial Ordem da Rosa:

Querendo perpetuar a memória do Meu faustíssimo consorcio com a Princesa Amélia de Leuchtenberg e Eichstaedt, por uma Instituição util, que, assignalando esta época feliz, a conserve com gloria na lembrança da posteridade; e tendo sido em todos os tempos as distincções honorificas sabiamente consideradas, não so como dignas recompensas de acções illustres, mas como efficazes estimulos para emprehendel-as, e merecer por ellas o reconhecimento publico [sic.]¹³

¹⁰ ELIAS, O processo civilizador: Uma História... p. 23-25.

¹¹ ELIAS, O processo civilizador: Formação do... p. 211-212.

¹² SILVA, Camila Borges da. As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: o papel das condecorações na construção do Estado Imperial brasileiro (1822-1831). Tese de Doutorado. PUC-Rio de Janeiro, 2014, p. 9.

¹³ PINHEIRO, Artidóro Augusto Xavier. Organização das Ordens Honoríficas do Imperio do Brazil. São Paulo: Bibliotheca do Senado, 1884, p.22.

Muitas foram as personalidades agraciadas com esta ordem como, por exemplo, inúmeros soldados no período da Guerra do Paraguai. Desta forma, a presente dissertação averigua algumas destas concessões, onde se desenvolve a análise de documentos e registros de alguns dos personagens históricos condecorados com a Imperial Ordem da Rosa, a fim de entender como e de que forma eram vistos no contexto social em que viviam. A memória articulada com a representação desta comenda corresponde a um dos conceitos que a pesquisa relaciona.

A memória coletiva, definida como “o que fica do passado no vivido dos grupos, ou o que os grupos fazem do passado”, pode, à primeira vista, opor-se quase termo a termo à memória histórica, como se opunham antes memória afetiva e memória intelectual.¹⁴

Jacques Le Goff define muito bem esta necessidade de interação, afirmando que a pesquisa, o salvamento e a exaltação da memória coletiva passam por um processo de conversão do olhar histórico, enfatizando-se a busca da memória contida nas palavras, imagens, gestos, costumes e tradições, em detrimento dos textos e acontecimentos propriamente ditos.¹⁵ Trazer à tona a memória destinada à vida de D. Amélia, tanto ao lado de D. Pedro I quanto na condição de viúva do mesmo, reforça o legado deixado através desta comenda para além da sua estadia no Brasil. A nova imperatriz, apesar de muito jovem e de sua breve permanência no país, foi bastante dedicada para com a corte, introduzindo normas de etiqueta e elegância por ocasião da recepção em encontros, festividades e saraus. A escrita de Lygia Lemos Torres enfatiza, por vezes, certa inspiração por dias melhores ao descrever que:

A política ainda fervilhava, teve, com a chegada da imperatriz, ligeira trégua. O povo brasileiro, na esperança de que, ao lado de tão linda e encantadora jovem, se acalmasse o temperamento tumultuário do irrequieto D. Pedro, demonstrava com festas e mais festas o seu contentamento.¹⁶

Eugénio dos Santos cita Pedro Calmon para apontar que “Amélia concorreu [...] para que o ano de 1830 começasse como uma era de reparação. Cordial, sensata, generosa”.¹⁷ O estudo da Imperial Ordem da Rosa ainda possibilita novos debates, uma vez que, Camila Borges

¹⁴ LE GOFF, Jacques. História e memória. Tradução Bernardo Leitão [et al.] 7.ed. revista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013, p.432.

¹⁵ LE GOFF, Jacques. História e memória. p. 432.

¹⁶ TORRES, Lygia Lemos. Imperatriz Dona Amélia. Sociedade Brasileira de Geografia e História da Bahia. São Paulo, 1947, p. 76.

¹⁷ CALMON, Pedro. O Rei Cavalleiro: a vida de D. Pedro I. São Paulo: Companhia Nacional, 1933 e SANTOS, Eugénio dos. D. Pedro. Imperador do Brasil e Rei de Portugal. São Paulo: Alameda, 2015, p. 312.

da Silva é uma das poucas pesquisadoras do Brasil que aborda a temática das Ordens Honoríficas. No entanto, em sua tese, a Imperial Ordem da Rosa é, apenas, citada sem que haja discussão mais aprofundada. Por isso, a presente pesquisa vem preencher a lacuna existente, revelando o ineditismo deste estudo. Os documentos tratados nesta dissertação podem contribuir para a renovação da produção historiográfica do Período Monárquico Brasileiro.

A relevância social e historiográfica desta dissertação reside no fato de que se explora as honrarias distribuídas no período da Monarquia Brasileira, a medida em que os agraciados com a IOR revelam e problematizam o processo de seleção para o recebimento de condecorações, uma vez que estes indivíduos correspondiam a uma parcela da sociedade à época, sobretudo integrantes da elite. De outro modo, a pesquisa revela o universo de quem não fazia parte desta classe agraciada, como no caso das mulheres, adversários políticos do Império e os escravos. Assim sendo, fica caracterizada a prevalência dos costumes e tradições típicos de sociedades do Antigo Regime Europeu.

O objetivo desta pesquisa é, portanto, analisar a representatividade e a memória da Imperial Ordem da Rosa, na formação nacional no período do Segundo Reinado do Império do Brasil. Visando alcançar este objetivo geral, podemos destacar que nossos objetivos específicos foram: analisar a origem, as características e a composição da Imperial Ordem da Rosa; analisar a formação da Nação Brasileira, com escopo na representação do poder, nas instituições e na identidade nacional e, por fim, analisar o processo de concessão da IOR.

Para sustentar a investigação foi desenvolvido um quadro teórico o qual passa pela História Política, Cultural e Militar. No que tange à História Política, José D'Assunção Barros a enquadra dentro da concepção das dimensões do Campo Histórico, com ênfase ao estudo do poder do Estado. Nesta pesquisa, a intenção é trabalhar esta dimensão voltada para a política social.¹⁸

O italiano Norberto Bobbio, autor da obra *Dicionário de Política*, afirma que os termos da linguagem política possuem orientações ideológicas dadas pelos seus usuários, alertando para o fato de que a História Política Contemporânea estimulou uma variedade de movimentos sociais e políticos, principalmente em épocas críticas de intensa mobilização social, como no caso da Guerra do Paraguai, em que o Brasil contou com a participação de escravos nas fileiras do Exército Brasileiro.¹⁹

¹⁸ BARROS, José D'Assunção. O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005, p. 96.

¹⁹ BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. v.1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 458.

Para o historiador Fernando da Silva Rodrigues, especialista em História Política e Militar, a guerra, os estudos sobre o Estado e a formação territorial são enquadrados no contexto dos grandes temas da História Política. No livro intitulado *Uma Tragédia Americana: A Guerra do Paraguai sob novos olhares*²⁰, organizado juntamente com o historiador Fernando Velôzo Gomes Pedrosa, os autores recorrem à bibliografia histórica que privilegia a memória, constituindo-se de um texto amplo em temas e abordagens, englobando aspectos políticos e estratégicos da guerra. Neste escopo, pretendemos analisar a distribuição da IOR para os militares brasileiros, que participaram da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. A pesquisadora Ana Beatriz Ramos de Souza destaca o papel da Nova História Militar, ao buscar integrar as relações dos militares com a sociedade, ao invés de privilegiar o fenômeno da guerra propriamente dita, como no caso na História Militar tradicional.²¹ Sendo assim, de modo a permitir ampliar os debates sobre tal temática, pretendemos compreender as relações do imperador D. Pedro II com os militares, em especial, durante o período da Guerra da Tríplice Aliança.

Quanto à História Cultural, na visão de José D'Assunção Barros, esta não se resume a considerar, somente, a produção cultural e artística oficial, mas sim para designar toda historiografia que se tem voltado para o estudo da dimensão cultural de uma dada sociedade, atentando-se ao popular, à cultura letrada, às representações, aos grupos sociais, aos intelectuais ou outros campos temáticos.²²

A principal contribuição de Roger Chartier para a História Cultural reside na construção dos conceitos de práticas e representações que, em linhas gerais, significa pensar, respectivamente, no modo de fazer e no modo de ver. Dessa forma, Chartier visa o entendimento das práticas que configuram o mundo em forma de representação.²³ A História Cultural tem por objetivo primordial identificar o modo pelo qual, em diferentes lugares e momentos, uma dada realidade social é construída, pensada e percebida.²⁴

No prisma de visão de Chartier, representações consistem em um conceito que explicita como os fenômenos, fatos e ser social dos indivíduos são vistos por si próprios e pelos outros. Aplicando este conceito para a sociedade de Corte, característica do Antigo Regime Europeu e

²⁰ RODRIGUES, Fernando da Silva; PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. *Uma tragédia americana: a Guerra do Paraguai sob novos olhares*. Curitiba: Editora Prismas, 2016.

²¹ SOUZA, Ana Beatriz Ramos de. *Memória e Nação: o Museu Militar dos Feitos da Guerra do Paraguai (1870-1922)*. In: RODRIGUES, Fernando da Silva; ARIAS NETO, José Miguel (orgs). *História Militar: entre o debate local e o nacional*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018, p. 57.

²² BARROS, José D'Assunção. *História cultural e a contribuição de Roger Chartier*. *Diálogos*, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

²³ CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*, Lisboa: DIFEL, 1990, p. 27-28.

²⁴ CHARTIER, A História Cultural... p. 16-17.

aplicada no Império do Brasil, pode ser levantada a ideia de superioridade social. Esta é afirmada pela submissão política e simbólica ao aceitar a sua domesticação pelo soberano e sua sujeição às formalidades.²⁵

Francismar Alex Lopes de Carvalho sublinha que os textos teóricos escritos por Chartier buscaram marcar um novo momento e projeto intelectual para a História Cultural, em especial, avaliando o conceito de representações coletivas. Carvalho afirma que “de início, os trabalhos de Bourdieu aparecem como base na qual Chartier se apoia”²⁶ para explicar o conceito de representações. Pierre Bourdieu inovou no fim da década de 1980, passando a valorizar os fenômenos de percepção social, a produção simbólica e as relações informais de poder.²⁷ Para o autor, os símbolos são instrumentos da integração social quando atuam no conhecimento e na comunicação.²⁸ Segundo Bourdieu, o poder simbólico é caracterizado pela relação entre os que exercem o poder e os que lhe estão sujeitos, sendo uma forma legitimada das outras formas de poder capaz de produzir efeitos reais.²⁹

Camila Borges da Silva, em sua tese de doutorado intitulada *As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: o papel das condecorações na construção do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)*³⁰, analisa o papel das Ordens Honoríficas ao longo do período do Império do Brasil, em especial, ao longo do Primeiro Reinado, percebendo-as como elementos fundamentais na constituição do Estado Imperial Brasileiro. Em síntese, a pesquisadora certifica que as condecorações eram entregues pelo imperador D. Pedro a todos que prestassem serviços pessoais e ao Estado, como forma de angariar apoio político e admiração. Nesse sentido, as ordens significavam distinção aos condecorados que viviam no seio de uma sociedade aristocrática.

Na introdução do livro *A invenção das tradições*, o historiador britânico Eric Hobsbawm³¹ apresenta a ideia do termo “tradição inventada” num contexto ampliado. Na ocasião, o escritor se ancora no seu prisma de visão da sociedade britânica para expor suas reflexões sobre o que entende por tradições. Embora nem todas as tradições perdurem, Hobsbawm adverte que o importante é estudar como elas surgiram e se estabeleceram.

²⁵ CHARTIER, A História Cultural... p. 112.

²⁶ DE CARVALHO, Francismar Alex Lopes. O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier. Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História, v. 9, n.1, p. 143-165, 2005, p. 149.

²⁷ BOURDIEU, Pierre. O Poder Simbólico. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

²⁸ BOURDIEU, O Poder Simbólico. p. 10.

²⁹ BORDIEU, O Poder Simbólico. p. 13-15.

³⁰ SILVA, As ordens honoríficas...

³¹ HOBBSAWM, Eric. Introdução: A Invenção das Tradições. In: HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. A invenção das tradições. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

Por “tradição inventada” entende-se um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado.³²

As tradições inventadas estabelecem, com um passado histórico, um contraste entre as mudanças e as inovações de uma dada sociedade, constituindo-se em um processo de formalização e ritualização. Sendo assim, Hobsbawm assegura que não há recorte espacial nem temporal em que a invenção de uma tradição não tenha ocorrido. O cuidado que se observa é o uso de elementos antigos na construção de novas tradições. No final da introdução, o autor descreve o ofício do próprio historiador como agente das tradições, ao empregar a história como ferramenta para legitimar as ações e fortalecimento da coesão social. Por fim, o estudo da invenção das tradições é interdisciplinar, abrangendo o campo da História, da Antropologia e demais áreas das ciências humanas e sociais.³³

Em relação a metodologia, a pesquisa foi desenvolvida através do uso de fontes e do debate com a bibliografia específica que versa sobre o tema. Desse modo, José D’Assunção Barros, autor do livro intitulado *O Campo Histórico*, defende a ideia de que a maior parte da prática historiográfica se ancora nos registros, valorizando, portanto, os textos.³⁴ Carla Bassanzi Pinsky, organizadora do livro *Fontes Históricas*, recorda que "os acervos contêm, de modo geral, grande volume de documentação referente aos trabalhos de construção de benfeitorias durante o Império, ainda muito pouco explorada em termos de pesquisa histórica"³⁵, como no caso das fontes vinculadas ao Arquivo Histórico do Exército.

Na visão de Durval Muniz de Albuquerque Júnior, observada com a leitura do capítulo de sua autoria nominado *A dimensão retórica da historiografia*, inserido no livro *O historiador e suas fontes*, pode-se perceber que o conceito de História do Discurso também se aplica a esta pesquisa, uma vez que os discursos aqui foram tratados como narrativas, que carecem de enquadramento no campo ideológico.³⁶

Além do próprio objeto a IOR como fonte, nossas demais fontes compreendem documentos impressos como, por exemplo, as ordens do Dia do Exército Brasileiro em operações na Guerra do Paraguai. Cabe ressaltar que o acesso a acervos físicos foi prejudicado

³² HOBBSAWM, A invenção das tradições. p. 9.

³³ HOBBSAWM, A invenção das tradições. p. 10-23.

³⁴ BARROS, José D’Assunção. *O Campo Histórico*. Rio de Janeiro: Vozes, 2002, p. 133.

³⁵ PINSKY, Carla Bassanezi (organizadora). *Fontes Históricas*. 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008, p.32.

³⁶ ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *A dimensão retórica da historiografia*. In PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p. 233-234.

por conta da ocorrência da pandemia mundial do COVID-19, a qual impediu a realização de consultas às fontes no Arquivo Nacional, no Museu Imperial de Petrópolis e no Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), situados no Estado do Rio de Janeiro. Tal dificuldade foi contornada através do acesso restrito ao Arquivo Histórico do Exército e a busca por fontes digitais disponibilizadas na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional e no Arquivo Nobiliárquico.

O uso de jornais na pesquisa tem por finalidade analisar as tensões entre o silenciamento e a memória da princesa Amélia, veiculada na mídia impressa imperial brasileira. Para sustentar a análise metodológica relacionada ao emprego de mídias impressas, recorreremos à Tânia Regina de Luca, que alerta quanto à observância do espaço ocupado pela notícia, a intencionalidade dos responsáveis pela publicação, as matérias contidas na capa do periódico, as linguagens empregadas, além da natureza dos conteúdos associados ao público que se pretende alcançar.³⁷

A utilização de imagens ao longo dos capítulos é meramente ilustrativa, com o intuito de elucidar a discussão sobre a temática deste estudo. Com isso, esta pesquisa não busca analisar as imagens. Quanto à natureza, esta dissertação está enquadrada como pesquisa do tipo analítica, em virtude de objetivar o esclarecimento dos fatores envolvidos no processo de distribuição da condecoração Imperial Ordem da Rosa - IOR. A memória presente nas fontes é um aspecto levado em consideração nesta pesquisa.

O primeiro capítulo desta dissertação apresenta a Imperial Ordem da Rosa, partindo da origem das Ordens Honoríficas, desde o seu surgimento na Idade Média, bem como sua representação na Sociedade Imperial Brasileira. Além disso, são apresentadas as Ordens Honoríficas existentes no Império do Brasil, bem como são destacadas as características e a composição da IOR. Nesse sentido, é apresentado o conceito de memória caracterizado pela IOR.

O segundo capítulo analisa a formação da Nação Brasileira. De início, o texto apresenta recortes da biografia da princesa Amélia de Leuchtenberg, fonte de inspiração para D. Pedro I criar a IOR. Para compreender o processo de nacionalidade no Brasil, pesquisamos as relações de interesse que contribuíram para a estrutura de governo no Segundo Reinado; o surgimento de instituições como o IHGB, que estimularam o constructo cultural e o senso de identidade nacional e a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, sob o prisma de visão da defesa do

³⁷ LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSK, Carla B. Fontes históricas. São Paulo, Contexto, 2008.

território brasileiro. Finalizando o capítulo, discutimos os conceitos de memória e identidade nacional.

O terceiro e último capítulo evidencia as concessões da IOR, apresentando o número total de condecorados, detalhando os nobres brasileiros agraciados e verificando os militares agraciados durante o período da Guerra da Tríplice Aliança. Para isso, analisamos a distribuição da IOR no Brasil durante todo o período imperial; as Ordens do Dia do Exército Brasileiro, do período compreendido entre os anos de 1865 e 1870, disponibilizado pelo Arquivo Histórico do Exército e as condecorações efetuadas aos nobres contidas no Arquivo Nobiliárquico Brasileiro.

1 A IMPERIAL ORDEM DA ROSA

Jacques Le Goff, em seu livro *História e Memória*,³⁸ afirma que a memória, no sentido de preservação de informações, remete a funções psíquicas em que o ser humano pode atualizar impressões ou representá-las como passadas.³⁹ Entretanto, o autor pontua que a memória é um elemento relacionado ao que se acostumou chamar *identidade*, seja esta individual ou coletiva, cuja procura tornou-se uma ação fundamental dos indivíduos e das sociedades contemporâneas.

Tornarem-se senhores da memória e do esquecimento é uma das grandes preocupações das classes, dos grupos, dos indivíduos que dominaram e dominam as sociedades históricas. Os esquecimentos e os silêncios da história são reveladores desses mecanismos de manipulação da memória coletiva.⁴⁰

Desse modo, a memória coletiva é, sobretudo, instrumento e objeto de poder. Não à toa, uma memória coletiva costuma estar ligada a uma classe social dominante, cabendo aos profissionais científicos da memória lutar pela democratização da memória social como uma prioridade de seus objetos de investigação. Isso quer dizer que a memória coletiva deve ser trabalhada no sentido de libertação e não para a servidão do ser humano, conforme acrescenta o autor.⁴¹

Em *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*, Paolo Rossi⁴² pontua que o discurso sobre a memória é muito antigo e nos diversos lugares do mundo existem imagens que remetem à memória, conduzindo a determinados comportamentos, sugerindo coisas, convidando a fazer algo, impondo proibições, ou seja, atuam de diversos modos. Ademais, no ponto de vista do autor, o tema da memória é bastante amplo, acompanhando a história da espécie humana e a vida dos indivíduos desde a infância. Dessa forma, a memória, além de estar ligada ao passado possível de ser recordado e documentado, atrela-se à identidade e, também, ao futuro, sendo capaz de despertar o sentimento de nostalgia. A memória corresponde a reconfiguração do passado baseado nas exigências feitas no presente.⁴³

³⁸ LE GOFF, *História e Memória*.

³⁹ LE GOFF, *História e Memória*. p. 366.

⁴⁰ LE GOFF, *História e Memória*. p. 368.

⁴¹ LE GOFF, *História e Memória*. p. 410-411.

⁴² ROSSI, Paolo. *O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias*. São Paulo: editora UNESP, 2010.

⁴³ ROSSI, *O passado, a memória...* p. 23-28.

Por sua vez, o esquecimento advém do afastamento e da diluição das lembranças do passado, até que sejam apagados na totalidade. A perda da memória pode promover a redução da vida de indivíduos a uma sequência de momentos que não fazem mais sentido dentro de um dado contexto. Existem inúmeros modos para induzir ao esquecimento e muitas razões pelas quais ele pode ser provocado. Paolo Rossi acrescenta que o esquecimento engloba a intenção de impedir que algo possa ser revisto; de esconder, ocultar ou despistar os vestígios; de afastar ou destruir a verdade. Nesse escopo, pretende-se com o esquecimento impedir que as ideias circulem e se instalem, além de serem direcionadas para o silêncio.⁴⁴

Obras inteiras de história foram reescritas, apagando os nomes dos heróis de um período; catálogos editoriais foram mutilados, assim como foram subtraídas fichas nos catálogos das bibliotecas; foram publicados livros com conclusões diferentes das originais, passagens foram retiradas, textos foram montados em antologias numa ordem favorável a documentar filiações ideais inexistentes e ortodoxias políticas imaginárias.⁴⁵

Pierre Nora aponta que o tempo presente é responsável pela construção de uma história nacional, onde as efemérides destacam-se no contexto de relações políticas e no imaginário nacional, bem como projetam personalidades políticas. O autor argumenta que as comemorações balizam os lugares da memória, conceito que sintetiza as relações entre a história e a memória. Na visão de Nora, memória é a vida em constante evolução, protagonizada por pessoas em um dado grupo. De outra forma, história é a reconstrução do passado. Com isso, pode-se perceber que a memória é sempre atual, situando-se no tempo presente, enquanto a história é uma representação do passado. No cruzamento desses dois conceitos, encontra-se o estudo dos lugares de memória. Assim, o mencionado escritor acredita que as celebrações, as datas, as condecorações não são naturais nem espontâneas. Pelo contrário, são atos que englobam três dimensões: material, simbólica e funcional.⁴⁶

O ponto a ser ressaltado é o fato da Imperial Ordem da Rosa ser uma condecoração de destaque no período do Brasil Imperial quanto ao número de agraciados, embora as Ordens Honoríficas se façam presentes também no Brasil Republicano. No entanto, o objetivo de D. Pedro I em ressaltar a memória de D. Amélia teve significância, apenas, no período da monarquia no Brasil. Em que pese o seu registro em acervos, como no caso do Museu Imperial

⁴⁴ ROSSI, O passado, a memória... p. 29-32.

⁴⁵ ROSSI, O passado, a memória... p. 33.

⁴⁶ NORA, Pierre. L'ère de la commémoration. In: NORA, Pierre, Les lieux de mémoire, Apud LISBOA, Karen Macknow. Comemorações, Memória, História e Identidade. In: RODRIGUES, Jaime et al. A Universidade Federal de São Paulo aos 75 anos: ensaios sobre memória e história. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2008, p. 36-37.

do Brasil, o assunto não é tratado nos livros didáticos de história e muito pouco abordado por pesquisadores e acadêmicos. Com isso, pretendemos apontar o elevado grau de complexidade e o desafio para a realização da presente pesquisa, que não pretende apenas lançar luz sobre as Ordens Honoríficas Brasileiras, mas explorar a representação da IOR no contexto da consolidação de uma ideia de nação no Segundo Reinado.

1.1 A origem das Ordens Honoríficas e sua representação na sociedade do império

As ordens surgiram ainda no Período Medieval, no contexto das chamadas Cruzadas⁴⁷, "[...] sua origem está diretamente ligada às Ordens de Cavalaria, organizações militares de caráter religioso, surgidas na Idade Média, que visavam à expansão do Cristianismo".⁴⁸ Sua notoriedade acabou se vinculando aos cavaleiros, como Alain Demurger define: "em diferentes épocas apareceram grupos corporativos, às vezes qualificados pela palavra *ordo* (plural, *ordines*), ordem, cujo qualitativo, equestre, cavaleiresco, faz referência ao cavalo".⁴⁹ Ao longo do tempo, passaram por algumas classificações, como: Ordens de Cavalaria, Ordens Militares e Ordens de Mérito. Desde então, acabaram desempenhando um papel fundamental na sociedade, pois traziam consigo um peso de fidelidade e simbolismo ligado a um grupo e a um governo. Uma tradição que viria se perpetuar nas épocas moderna e contemporânea, contudo de forma contundente como Ordens de Mérito ou Ordens Honoríficas, como destaca J. S. Ribeiro Filho em sua pesquisa *Ordens Honoríficas Nacionais e Estrangeiras*:

É costume comum a todos os países premiar os estrangeiros que haja prestado assinalados serviços, ou que, pelos seus méritos pessoais, mereçam ser galardoados, o que se traduz pela concessão de condecorações, cujos graus e insígnias variam de acordo com o valor ou posição do agraciado.⁵⁰

Com relação ao estudo destas condecorações, ainda há poucas publicações no meio acadêmico, de forma particular quando relacionadas à história do Brasil. Camila Borges da Silva aborda, com propriedade, este universo das insígnias. Vejamos:

⁴⁷ Conflitos religiosos que visavam a expansão do cristianismo. "[...] ao longo da Idade Média, a cavalaria tornou-se principal arma dos exércitos [...]. Os templários não eram monges, mas religiosos de tipo militar". DEMURGER, Alain. Os Cavaleiros de Cristo: as ordens militares na Idade Média (sécs. XI-XVI). Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002. P.10.

⁴⁸ Informações disponibilizadas no catálogo Condecoração. Banco Central. Divisão de Museus de Valores.

⁴⁹ DEMURGER, Os Cavaleiros de Cristo... p. 9.

⁵⁰ RIBEIRO FILHO, J. S. Ordens Honoríficas - Nacionais e Estrangeiras. Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1955, p. 9.

As insígnias distintivas carregavam consigo uma forma de leitura do mundo ligada ao Antigo Regime, entendido enquanto sistema que compreendia a desigualdade entre os homens como algo pertencente ao mundo da natureza e que são transpostas à sociedade imperial, entrando em conflito com novas visões de mundo advindas do liberalismo.⁵¹

Silva enfoca as primeiras ordens instituídas no Brasil Império, a Ordem Imperial do Cruzeiro e a Ordem de Pedro I e a relação política e social de formação de um país no processo de independência. O registro destas concessões, bem como outros requerimentos administrativos, fazia parte da conjuntura de responsabilidades do Tribunal da Mesa de Consciência e Ordens:

Criada em 1552 e tendo incorporado, em 1551, a administração das ordens militares, a Mesa da Consciência e Ordens regeu-se inicialmente por um diploma de 1558. Posteriormente, um novo regimento foi estabelecido em 1608, que permaneceu em vigor daí em diante. [...] Foi com base nesse arcabouço jurídico que a Mesa da Consciência, estabelecida no Rio de Janeiro pelo alvará de 22 de abril de 1808.⁵²

Dessa maneira, as Ordens Honoríficas passaram a fazer parte também das relações políticas e sociais no Brasil, desde a chegada do príncipe regente D. João e a família real. Um grande pesquisador português na área de numismática, António Forjaz Pacheco Trigueiros, já realizou diversos trabalhos que abordam de maneira detalhada as Ordens Portuguesas e as insígnias, que se tornaram nacionalizadas pelo Império Brasileiro:

A mudança emblemática das insígnias imperiais das antigas Ordens militares portuguesas concretizou-se no Primeiro Reinado, precisamente entre 1825 e 1827, tendo como inspiração as insígnias da Ordem Imperial do Cruzeiro, para que se distinguissem das Ordens concedidas em Portugal e assim afirmarem publicamente a independência emblemática das Ordens imperiais brasileiras. Uma mudança que seria depois completada e regulamentada em 1843.⁵³

António Trigueiros relata ainda que, “as antigas Ordens Militares portuguesas foram amplamente concedidas por d. João VI e continuaram a sê-lo por d. Pedro I. Em 1843 foram nacionalizadas por d. Pedro II, sendo desde então consideradas como Ordens Imperiais brasileiras”.⁵⁴ Considerando que a elite local (apesar de financeiramente rica) não possuía

⁵¹ SILVA, As ordens honoríficas... p. 29.

⁵² NEVES, Guilherme Pereira das. E receberá Mercê. A Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil 1808 -1828. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional, 1997, p.43

⁵³ TRIGUEIROS, António Forjaz Pacheco. As Ordens Militares Portuguesas no Império do Brasil 1822 -1889. Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, v. 43, p. 201-230, 2011, p. 221.

⁵⁴ TRIGUEIROS, As ordens militares... p. 203.

títulos de nobreza. Deste modo, as insígnias teriam esta função de favorecimento e representariam as características de aceitação e de reconhecimento diante da Coroa Portuguesa, agora estabelecida em solo brasileiro.

As ordens advindas de Portugal, como apresenta Ribeiro Filho⁵⁵, eram as seguintes:

1. Ordem Militar de São Bento de Avis
2. Ordem Militar de São Tiago da Espada
3. Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo ou Ordem Militar de Cristo
4. Ordem da Espada ou Ordem da Torre da Espada
5. Ordem Real de Santa Isabel
6. Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa

A Ordem de São Bento de Avis foi criada no período da Reconquista, no Século XII, para a defesa contra os mouros⁵⁶ e destinava-se aos Oficiais das Forças Armadas. Pode-se perceber, portanto, sua origem atrelada à expansão cristã. Trata-se da mais antiga Ordem Militar Portuguesa, criada por D. Afonso Henriques, em 13 de agosto de 1162⁵⁷ e com a origem ligada a uma confraria de cavaleiros, criada no ano de 1166, posteriormente à conquista de Évora, com a finalidade de garantir a defesa da cidade. A nomenclatura São Bento significa a submissão da Ordem à Regra Beneditina. A Milícia de Évora, no ano de 1187, submeteu-se à ordem castelhana de Calatrava até que os freires de Évora se mudaram para Avis, por volta de 1223. Logo, a inserção do nome Avis é posterior à fundação da Ordem.⁵⁸

A Cruz de Avis, semelhante à Cruz de Calatrava, possui nas extremidades Flores de Lis, na cor verde, símbolo integrado na bandeira portuguesa, por um período aproximado de um século. Este simbolismo representa a associação da ordem à Coroa Portuguesa, tal como aconteceu com as demais, conduzindo à sua aristocratização. Até o reinado de D. Maria I, a Ordem de Cristo teve maior relevância do que as de Avis e Sant'Iago da Espada, fato que contribuiu parcialmente para a reforma de 1789, que deu a cada uma das ordens um objetivo

⁵⁵ RIBEIRO FILHO, Ordens honoríficas..., p. 19.

⁵⁶ FARIA, Higinio. A Pia Batismal da Matriz da Ribeira Brava e a Unificação Religiosa do Reino no Tempo de D. Manuel I. *Boeste Revista científica e cultural*, jun. 2019, p. 21-42.

⁵⁷ MELO, Olímpio de. *Ordens Militares Portuguesas e outras Condecorações*. Imprensa Nacional: Lisboa, 1922, p. 41.

⁵⁸ PORTUGAL. História da Ordem Militar de Avis. 2022. Disponível em: <<https://www.ordens.presidencia.pt/?idc=179>>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

específico.⁵⁹ A Carta da Lei, de 19 de junho de 1789, determinou que a Ordem de São Bento de Avis fosse destinada para premiar militares.⁶⁰



Imagem 1: Ordem Militar de São Bento de Avis (Grã-Cruz).⁶¹

A evolução da ordem manteve-se associada às Forças Armadas, respeitando-se a progressão na hierarquia militar para concessão dos diferentes graus. A partir de 1789, os monarcas passaram a ostentar as insígnias de Avis na Banda das Três Ordens, o que contribuiu para conferir um novo prestígio à ordem. Com a implantação da República, em 1910, foi extinta a Real Ordem Militar de São Bento de Avis. No entanto, diante da necessidade de agraciar os militares portugueses que combateram na Primeira Guerra Mundial, a mesma foi restabelecida em 1917, com a nomenclatura atual de Ordem Militar de Avis.⁶²

Manuel J. Gandra destaca que, em 1834, a Ordem de Avis tornou-se uma Ordem de Mérito pelo fato de ter perdido suas possessões e benfeitorias, sendo destinada também para políticos, diplomatas e civis até o ano de 1894, quando se tornou exclusiva dos Oficiais do Exército e da Marinha. Nos dias atuais, o Ministro da Defesa é a autoridade competente para propor o agraciamento dos Oficiais das Forças Armadas, da Guarda Nacional Republicana e da Guarda Fiscal.⁶³

Paulo Jorge Estrela é um autor autodeclarado apaixonado pela História Militar. Nesse sentido, ele se tornou especialista na área da Falerística, ou seja, “estudo das Condecorações,

⁵⁹ PORTUGAL. História da Ordem...

⁶⁰ MELO. Ordens Militares Portuguesas...p. 34.

⁶¹ GANDRA, Manuel J. Ordens Luso-brasileiras e suas insígnias. Rio de Janeiro: Mafra, 2017, p. 59.

⁶² PORTUGAL. História da Ordem...

⁶³ GANDRA, Manuel J. Ordens Luso-brasileiras e suas insígnias. Rio de Janeiro: Mafra, 2017, p. 62.

especialmente as militares, que compreendem as Ordens Honoríficas, condecorações propriamente ditas e medalhas”.⁶⁴ Segundo Estrela, a Ordem Militar de Santiago da Espada era concedida por critérios que contemplavam os feitos culturais e científicos.⁶⁵ A Ordem de Santiago é uma Ordem Religiosa-Militar, originada em 1164, quando o Rei Fernando II, de Leão, e Dom Pedro Suárez, de Deza, Bispo de Salamanca, encarregaram um grupo de 13 (treze) cavaleiros a defesa da cidade de Cáceres contra os muçulmanos. Em 1174, o Califa de Sevilha venceu a resistência dos cavaleiros. Após esse revés, os cavaleiros intitularam-se Cavaleiros da Espada e passaram a defender os peregrinos católicos, que se dirigiam pelo caminho de Santiago, período em que o Papa Alexandre III reconheceu a criação da Ordem, em 1175. Com o passar dos anos, os cavaleiros da Espada passaram a ser chamados de Cavaleiros de Santiago.⁶⁶



Imagem 2: Ordem Militar de Santiago da Espada (Grã-Cruz).⁶⁷

⁶⁴ ESTRELA, Paulo Jorge. Medalha da Cruz Vermelha: Prêmio por serviços distintos na guerra e na paz. Lusíada. n. 2, pp. 159-182. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2005, p. 162.

⁶⁵ OLIVEIRA, Humberto Nuno de; ESTRELA, Paulo Jorge. Agradimentos de sérvios / jugoslavos com ordens portuguesas. Pro Phalaris. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/54047623/PP15-libre.pdf?1501758898=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DAGRACIAMENTOS_DE_SERVIOS_JUGOSLAVOS_COM.pdf&Expires=1662497108&Signature=XDmiRh0Shv3GELYNzlcFIN92-Ifpye09G12tMETrpZWc1iGkgXpstX20fm8clRmDcc7qo~bUV~Y06GXtQsxs-kmV5PTZzhWfcHtV8E218nrHdyGrfH6xUUgUm60RflvekL61PIUfvGuYSUfpMqenaq20arEw93i1ccQYp1rz1cZwCEgl9dnHttXXnzCC7YeomnYVllbKwOzusr24E~LN9tvB~evJka22c7g3umodFJtbPEb0dwrGE3T~sVssPm491k9XxvWDgb5wzqvmZXYLdyYHhBpy5KpTZIUlimcfe4WIZRcAMFnv-RZ~h-idBbNqkXZujV5iibhSP5o6rnPg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>. Acesso em 6 de setembro de 2022, p. 21.

⁶⁶ PRINZ VON TRIVULZIO-GALLI, Andre. A Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, Blog de Cavalaria. 2018. Disponível em: <<http://www.corrieredellamesolcina.com/2018/06/a-ordem-militar-de-santiago-da-espada.html>>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

⁶⁷ GANDRA, Manuel J. Ordens Luso-brasileiras e suas insígnias. Rio de Janeiro: Mafra, 2017, p. 73.

No ano de 1288, através da bula *Pastoralis Officii*, do Papa Nicolau IV, ocorreu a autonomia do ramo português da Ordem de Santiago da Espada. Diante dos recorrentes protestos de Castela, outra bula nominada *Ex Apostolice Sedis*, de 1452, desta vez do Papa Nicolau V, declarou definitiva a autonomia do ramo português.⁶⁸

A Ordem de Santiago desempenhou um papel fundamental na reconquista cristã da Península, contribuindo para a expulsão dos muçulmanos do Algarve. Com a Carta de Lei, de 1789, esta ordem tornou-se honorífica e passou a ser entregue para personalidades seguindo os requisitos de qualidade e importância dos indivíduos, das profissões e dos serviços.⁶⁹ Atualmente, a ordem tem por finalidade distinguir o Mérito Literário, Científico e Artístico.⁷⁰

A Ordem Militar de Cristo foi, tradicionalmente, concedida pelos relevantes serviços prestados, em especial, nos campos da política, da administração e da diplomacia.⁷¹ A grã-cruz desta ordem era de fabricação francesa, sendo uma medalha oval com banda de seda vermelha, emoldurada num aro de ouro, reforçando a influência do modelo português.⁷² A Ordem dos Cavaleiros de Nosso Senhor Jesus Cristo foi instituída em 14 de março de 1319, através da bula do Papa João XXII, por conta de diligências feitas pelo rei D. Dinis.⁷³



Imagem 3: Ordem Militar de Cristo (Banda de grã-cruz).⁷⁴

⁶⁸ GANDRA, Ordens Luso-brasileiras... p. 66.

⁶⁹ MELO. Ordens Militares Portuguesas...p. 34.

⁷⁰ GANDRA, Ordens Luso-brasileiras... p. 71

⁷¹ OLIVEIRA; ESTRELA, Agraciamentos de sérvios... p. 20.

⁷² TRIGUEIROS, As ordens militares... p. 219.

⁷³ VERÍSSIMO, Nelson. A Ordem de Cristo e o arquipélago da Madeira: dos primórdios do povoamento até à instituição da dioceses do Funchal. Aoeste Revista científica e cultural, jun. 2019, p. 87-92.

⁷⁴ PORTUGAL. História da Ordem Militar de Cristo. 2022. Disponível em: <<https://www.ordens.presidencia.pt/?idc=120>>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

A bula foi emitida a pedido do rei D. Dinis para que a ordem criada sucedesse à Ordem do Templo, extinta em 1311 pelo Papa Clemente V. Deste modo, os bens dos templários ficaram atribuídos à nova Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, que teve como sede a Igreja de Santa Maria do Castelo, em Castro Marim. Em 1356, a sede foi transferida para o Castelo de Tomar (antiga sede da Ordem do Templo) em Portugal. Em suma, tratava-se de uma ordem religiosa no seu mais estrito sentido, tendo o papa como soberano e sendo os grão-mestres da ordem cavaleiros professos com voto de pobreza.

A Cruz de Cristo, ícone da ordem, tornou-se um dos mais reconhecidos símbolos nacionais de Portugal.⁷⁵

Os membros da Ordem de Cristo continuavam a ter precedência sobre os de Avis e os de Santiago da Espada, havendo preocupação em externar uma hierarquização ou submissão das outras ordens a esta. Na Carta de Lei, de 1789, ficou determinado que os ornados com o Hábito da Ordem de Cristo deveriam ser os de maiores postos, cargos políticos, militares e civis.⁷⁶ Com isso, pode-se perceber que esta ordem honorífica se destinou às personalidades com os mais altos cargos do Estado Português.

A Ordem de Cristo foi extinta em 15 de outubro de 1910, por meio de decreto, juntamente com as antigas Ordens Nobiliárquicas Portuguesas. Por meio de outro decreto, a ordem foi restabelecida em 1 de dezembro de 1918, com o intuito de condecorar os serviços relevantes de nacionais ou estrangeiros prestados ao país ou à humanidade, tanto militares quanto civis.⁷⁷

A História da Ordem Militar da Torre e Espada, do Valor, Lealdade e Mérito está envolta de controvérsia. Uma das versões existentes garante que o rei D. Afonso V, o Africano, instituiu esta ordem em 1459 por inspiração lendária de que o domínio árabe, na África, terminaria quando um príncipe cristão retirasse do seu lugar uma espada que se encontrava cravada numa torre.⁷⁸ Seguindo esta versão, a Ordem da Espada estava destinada aos cavaleiros que participassem do processo de conquista da África. Porém, há quem aponte que a ordem nunca chegou a ser criada ficando, apenas, no campo mítico.

Uma outra versão sobre a Ordem da Torre e Espada contempla um prisma de visão de sua influência direta para o Brasil, por conta do Decreto de 13 de maio de 1808, firmado no Rio

⁷⁵ PORTUGAL. História da Ordem Militar de Cristo. 2022. Disponível em: <<https://www.ordens.presidencia.pt/?idc=120>>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

⁷⁶ MELO. Ordens Militares Portuguesas...p. 33-34.

⁷⁷ PORTUGAL, História da Ordem Militar de Cristo.

⁷⁸ CHANCELARIA DAS ORDENS HONORÍFICAS PORTUGUESAS, Ordens Honoríficas Portuguesas, Imprensa Nacional, Lisboa, 1968, p. 31.

de Janeiro. Esta vertente acredita que o príncipe regente, D. João, estabeleceu a Ordem da Espada, deixando claro o objetivo de agraciar fiéis de outras crenças religiosas, ou seja, os não católicos. Nessa linha de raciocínio, pode-se inferir que a motivação da criação se deveu a busca por recompensar os ingleses, em virtude do apoio prestado por ocasião da transferência da Corte Portuguesa para o Rio de Janeiro.⁷⁹ Essa visão é acompanhada por Gandra, que aponta que o intuito era celebrar a viagem sem incidentes da Família Real para o Brasil, tratando-se da primeira Ordem de Mérito eminentemente política.⁸⁰



Imagem 4: Ordem Militar da Torre da Espada (1º modelo da Insígnia - 1808).⁸¹

Para Humberto Nuno de Oliveira e Paulo Jorge Estrela, a Ordem Militar da Torre e Espada era uma rara, contudo relevante condecoração destinada aos chefes de Estado. Além disso, é considerada, pelos olhares dos autores, a mais importante das Ordens Portuguesas, criada em 1808.⁸²

A Carta de Lei, de 29 de novembro de 1808, escrita no Rio de Janeiro, reservou a Ordem da Torre e Espada para os relevantes serviços prestados na carreira militar, na política e na vida civil. Com D. Pedro IV, já Duque de Bragança e regente em nome de sua filha, a Rainha D. Maria II, por Alvará de 28 de julho de 1832, a ordem foi reformulada durante a Guerra Civil Portuguesa (1828-1834). Nesta reforma, a ordem adquiriu o nome de *A antiga e muito nobre ordem da Torre e Espada, do valor, lealdade e mérito*, destacando o merecimento pessoal em

⁷⁹ PORTUGAL. História da Ordem Militar da Torre e Espada, do valor, lealdade e mérito. Disponível em: <<https://www.ordens.presidencia.pt/?idc=117>>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

⁸⁰ GANDRA, Ordens Luso-brasileiras... p. 107.

⁸¹ GANDRA, Manuel J. Ordens Luso-brasileiras e suas insígnias. Rio de Janeiro: Mafra, 2017, p. 125.

⁸² OLIVEIRA; ESTRELA, Agraciamentos de sérvios...

ações militares, de coragem ou de devoção civil, como requisitos para obtenção pelos seus agraciados. Em 15 de outubro de 1910, após a Revolução Republicana, foram extintas as Ordens Monárquicas, mantendo-se, tão somente, a Ordem da Torre e Espada. Na lista dos agraciados destacam-se os militares nacionais e estrangeiros que combateram nos campos da Primeira Guerra Mundial.⁸³

A Ordem Real de Santa Isabel foi instituída em 1801, pelo príncipe regente D. João, em nome da Rainha D. Maria I. A primeira Grã-Mestre foi a princesa Carlota Joaquina, que destinou a comenda às damas portuguesas, espanholas e brasileiras, em virtude dos serviços prestados à Coroa e a obras de beneficência. Mesmo com a instauração da República, em Portugal, a Ordem Real de Santa Isabel não foi extinta por ser uma Ordem Dinástica da Casa de Bragança (e não uma Ordem do Estado). A rainha D. Amélia conferiu a ordem à sua sobrinha, a princesa D. Maria Francisca de Orleans e Bragança, por ocasião do seu casamento com o chefe da Casa Real Portuguesa, D. Duarte Nuno de Bragança. A rainha D. Augusta Vitória, mulher do último rei de Portugal, D. Manuel II, foi a última grã-mestre desse período, tendo-se seguido várias décadas sem funcionamento.⁸⁴



Imagem 5: Real Ordem de Santa Isabel.⁸⁵

⁸³ MELO. Ordens Militares Portuguesas... p. 10-16.

⁸⁴ REAL ORDEM DE SANTA ISABEL. 2022. Disponível em: <<https://realordemsantaisabel.pt/>>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

⁸⁵ REAL ORDEM DE SANTA ISABEL. 2022. Disponível em: <<https://realordemsantaisabel.pt/>>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

A Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa foi instituída pelo rei D. João VI, em 6 de fevereiro de 1818, dia da sua aclamação, no Rio de Janeiro. O objetivo do rei, grão-mestre desta nova Ordem Militar, era garantir a memória de sua aclamação como sucessor do Reino Unido e homenagear a padroeira pelo fato de Portugal ter se mantido independente no período das Guerras Napoleônicas. A insígnia foi desenhada por Jean-Baptiste Debret. Até 1910, nobres e aristocratas receberam a mencionada ordem. O governo provisório de Portugal, em outubro de 1910, extinguiu-a como Ordem Militar, embora o rei D. Manuel II (no exílio) e os Duques de Bragança, que o sucederam, tenham continuado a utilizar as insígnias da mesma. Só recentemente o atual Duque de Bragança, herdeiro do trono português, a reabilitou, como Ordem Dinástica Honorífica da Família Real Portuguesa, concedendo a várias personalidades o grau de Cavaleiro da Ordem, na festa de 8 de dezembro, em Vila Viçosa.⁸⁶



Imagem 6: Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa.⁸⁷

⁸⁶ MUSEU IMPERIAL. *Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa*. Disponível em: <<http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/10338>>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

⁸⁷ MUSEU IMPERIAL. *Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa*. Disponível em: <<http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/10338>>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

A ordem dividia-se nos graus de Grã-Cruz, Comendador e Cavaleiro, com caráter honorífico. Todos os condecorados eram obrigados a assistir à festividade da Padroeira da Ordem, caso estivessem a distância de uma légua - aproximadamente 7 Km -, no dia 8 de dezembro (data a ela consagrada).⁸⁸

As Ordens Honoríficas criadas no Brasil, no período entre a chegada da Família Real e a independência, foram a Real Ordem da Torre e Espada, em 1808, e a Ordem Militar de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa, em 1818.⁸⁹

Em geral, estas antigas Ordens Militares Portuguesas foram extintas após a Revolução Republicana Portuguesa, ocorrida em 5 de outubro do ano de 1910.⁹⁰

1.2 As Ordens Honoríficas no Império Brasileiro

Com o advento da Independência do Brasil, em 1822, as Ordens Honoríficas passaram por alguns processos de mudança, onde as seguintes ordens se tornaram nacionais:

1. Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo
2. Ordem Militar de São Bento de Avis
3. Ordem Militar de São Tiago da Espada

Enquanto não fossem organizadas novas legislações ou, ainda, enquanto as normas existentes não fossem alteradas, as três Ordens Militares (em virtude da Lei de 20 de outubro de 1823) entraram em vigor mediante promulgação do imperador D. Pedro I e reguladas pelos negócios do interior do Império.⁹¹

A bula do Papa Leão XII, de 30 de maio de 1827, que autorizava a criação no Brasil da Ordem de Nosso Senhor Jesus Cristo, de Avis e de São Tiago da Espada, desligando-as de Portugal, perdeu o efeito de caráter religioso, mediante a recusa da Assembleia Geral do Império do Brasil. Diante desse impasse, D. Pedro I declarou que as mencionadas ordens passariam a ter caráter civil e político, através de regulamentação pelo Decreto n° 321, de 9 de setembro de 1843. Tal decreto apontava que estas três ordens tinham como graus: Cavaleiro e

⁸⁸ GANDRA, Ordens Luso-brasileiras... p. 160-161.

⁸⁹ TRIGUEIROS, As ordens militares... p. 207.

⁹⁰ OLIVEIRA; ESTRELA, Agraciamentos de sérvios... p. 23.

⁹¹ PINHEIRO, Organização das ordens... p.3-4.

Comendador, além do Grão-Cruz; o Imperador do Brasil era o Grão-Mestre das três ordens; todos os agraciados tinham que prestar juramento de fidelidade ao imperador e à pátria, nas mãos do Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império; embora as nomeações serem feitas pelo próprio imperador, Grão-Mestre das Ordens, o Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Império, José Antônio da Silva Maia, era quem as referendava.⁹²

A Ordem de São Bento de Avis teve regulação pelo Decreto nº 4.144, de 5 de abril de 1868, com o intuito de agraciar militares do Exército Brasileiro. Nesse dispositivo legal, uma ressalva deve ser feita para esclarecer que o tempo de serviço dos militares do Exército como membros das polícias, corpo de voluntários ou da Guarda Nacional antes de ingressar à instituição era computado para a obtenção da comenda. Tal decreto foi promulgado durante o transcurso da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

No dia 13 de junho do mesmo ano, o Decreto nº 4.203 regulamentou a concessão para os Oficiais da Armada. Algo em comum contido em ambos os decretos é o fato de mencionar a atuação dos militares em campanha, no caso, na Guerra do Paraguai. Os artigos contidos no texto dos dois decretos eram bastante similares, detalhando requisitos e impedimentos para entrega da comenda, além de prever a destinação pelos postos e graduações dos militares. De fato, a mudança consistia no fato do primeiro contemplar os militares do Exército e o segundo contemplar o pessoal da Marinha.⁹³

Assim, foram instituídas as demais ordens:

1. Ordem Imperial do Cruzeiro
2. Ordem de Pedro I
3. Ordem da Rosa

Como forma de comemorar a fundação da Monarquia Brasileira e a fim de registrar a aclamação, sagração e coroação de D. Pedro I, a Imperial Ordem do Cruzeiro foi criada em data de 1 de dezembro de 1822. Após o reconhecimento da Independência do Brasil por Portugal, seguiu-se a criação da ordem com o nome do próprio imperador D. Pedro I, em 1826. A mais recente de todas as Ordens do Império foi a da Rosa, criada em 1829, a fim de celebrar o matrimônio com a princesa Amelia de Leuchtenberg.⁹⁴

⁹² PINHEIRO, Organização das ordens... p. 4-6.

⁹³ PINHEIRO, Organização das ordens... p. 8-13.

⁹⁴ PINHEIRO, Organização das ordens... p. 5.

Nesse momento, trataremos sobre as duas primeiras insígnias instituídas no Império. Acerca da primeira, a Ordem Imperial do Cruzeiro, sua criação tem a função de estabelecer, definitivamente, a monarquia recém instaurada. D. Pedro I entendia que os vínculos com a corte faziam parte da monarquia, por isso o estabelecimento de uma comenda só reforçaria seu poder de governante diante do povo brasileiro.

Para comemorar a fundação da Monarchia Americana, Sua Magestade o Senhor D. Pedro I creou, pelo Decreto de 1.0 de dezembro de 1822, a Imperial Ordem do Cruzeiro, assignalando assim, por um modo solemne e memoravel, a época da sua aclamação, sagração e coroação[sic].⁹⁵

Conforme anteriormente mencionado, a Ordem Imperial do Cruzeiro foi instituída no dia da sagração e coroação de D. Pedro I, fato que reforça o costume português de criar ordens em épocas memoráveis. Esta ordem tinha uma estrela contendo cinco braços bifurcados, esmaltada de branco, decorada com a coroa imperial e folhas de tabaco e café, esmaltadas de verde. Portanto, o Decreto de 1 de dezembro de 1822 passou a descrever o desenho para os novos distintivos e emblemas: cruz do Cruzeiro, coroa do Império e os ramos de tabaco e café.⁹⁶ Isso representa uma clara intenção de dissociar a imagem de Portugal ao recém instaurado Império do Brasil. De modo a evidenciar a relevância destes símbolos, a bandeira do Império do Brasil possui os elementos aqui descritos.

O decreto de criação da Ordem Imperial do Cruzeiro expressa no cabeçalho o desejo do próprio imperador em assinalar o marco do Império do Brasil, independente de Portugal. No texto, Dom Pedro I externa a representação política, a posição do Brasil perante as demais nações e sua preocupação com o povo brasileiro.⁹⁷

⁹⁵ PINHEIRO, Organização das ordens... p. 7.

⁹⁶ TRIGUEIROS, As ordens militares... p. 216.

⁹⁷ PINHEIRO, Organização das ordens... p. 13-14.



Imagem 7: Imperial Ordem do Cruzeiro (Anverso e Reverso).⁹⁸

A Ordem Imperial do Cruzeiro foi a primeira Ordem Honorífica Brasileira. Seu desenho foi inspirado em modelo francês, mas seu nome e suas características basearam-se na posição geográfica do Brasil, onde se pode observar a constelação do Cruzeiro, além de fortalecer a memória da época inicial da Colonização Portuguesa, como Terra de Santa Cruz. Era destinada a premiar brasileiros e estrangeiros em quatro graus: as Grã-Cruzes, Dignitários, Oficiais e Cavaleiros. Sua maior distribuição ocorreu no dia da coroação e sagração de D. Pedro I. Os agraciados eram obrigados a dar uma joia para dotação de uma Caixa de Piedade, destinada ao sustento dos membros pobres da ordem ou dos que viessem a ficar em estado de pobreza.⁹⁹

A Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul (ONCS) originou-se da extinta Ordem Imperial do Cruzeiro, abolida pela Constituição de 24 de fevereiro de 1891 e restabelecida, com sua nova denominação, pelo Decreto 22.165, de 5 de dezembro de 1932, do Presidente Getúlio Vargas. Enquanto a Ordem Imperial do Cruzeiro se destinava a dignitários brasileiros e estrangeiros, a ONCS ficou restringida a personalidades estrangeiras. Sua concessão é dada por decreto presidencial, sendo a mais alta condecoração brasileira atribuída a cidadãos estrangeiros. De modo a perceber os traços de transição da monarquia para a república no Brasil, a insígnia da ordem é uma estrela de cinco braços esmaltados de branco e orlados de prata dourada, assentada sobre uma coroa e encimada por uma grinalda (ambas feitas de folhas de fumo e café) possuindo no centro, em campo azul celeste, a constelação do Cruzeiro do Sul, esmaltada de branco e, na

⁹⁸ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cerimonial/ordem-nacional-do-cruzeiro-do-sul>>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

⁹⁹ BRASIL IMPERIAL. Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul. 2022. Disponível em: <<https://monarquia.org.br/brasil-imperial/>>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

circunferência, em círculo azul ferrete, a legenda *Benemerentium Premium*, em ouro polido. No reverso e em ouro, a efígie da república com a legenda *República Federativa do Brasil*.¹⁰⁰



Imagem 8: Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul.¹⁰¹

O Conselho da Ordem é integrado pelo Presidente da República, pelos Ministros de Estado das Relações Exteriores, da Defesa e pelo Secretário-Geral das Relações Exteriores. O Presidente da República e o Ministro de Estado das Relações Exteriores são, respectivamente, o Grão-Mestre e o Chanceler da Ordem. O Chefe do Cerimonial do Ministério das Relações Exteriores é o Secretário da Ordem.

A morte de D. João VI, ocorrida no mês de março de 1826, e a sucessão do imperador do Brasil, D. Pedro I, a rei de Portugal e Algarves tornou-o grão-mestre das Ordens Militares e Honoríficas Portuguesas. Com isso, o Império do Brasil passou a gozar dos direitos e das prerrogativas concedidas pela Igreja Católica ao rei de Portugal de administrar o Grão-Mestrado das Ordens Militares de Cristo, Avis e Santiago. Para que isso se tornasse possível, D. Pedro I fez uma solicitação formal ao Papa Leão XII, obtendo deste a bula *Praeclara Portugalliae Algarbioumque Regum*, assinada em Roma em 15 de maio de 1827. Apesar do esforço efetuado, a bula foi submetida ao Poder Legislativo Brasileiro, que rejeitou em outubro de 1827 por intermédio da Câmara dos Deputados. Com isso, as antigas Ordens Militares Portuguesas não

¹⁰⁰ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul*. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cerimonial/ordem-nacional-do-cruzeiro-do-sul>>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

¹⁰¹ BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. *Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul*. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cerimonial/ordem-nacional-do-cruzeiro-do-sul>>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

continuaram no Brasil, dando lugar a outras que continham nome idêntico e símbolos similares, mas sem a configuração de ordens religiosas, como no caso das Imperiais Ordens de Cristo, de Avis e de Santiago.¹⁰²

Na visão de Fernanda Olival, historiadora portuguesa especialista no tema das Ordens Militares Portuguesas, no período da Idade Moderna, as comendas passaram a ser concedidas pelos serviços prestados à Coroa, não mais à Igreja Católica.¹⁰³ No Brasil, somente em 1843, através de decreto de D. Pedro II, as Ordens Militares deixaram de possuir caráter religioso. As Ordens Militares e Honoríficas durante o Primeiro Reinado contribuíram para a compreensão das relações de poder entre o império e as elites. A concessão das ordens direciona para a formação de um Estado Brasileiro caracterizado por uma relação tradicional do poder (semelhante às sociedades do Antigo Regime), onde os indivíduos detinham posição social demonstradas pela ostentação de distintivos, medalhas e outros símbolos condecorativos.¹⁰⁴

No que tange a segunda, a ordem de Pedro I surge, justamente, quando Portugal reconhece o Brasil como sendo um país independente, declarando D. Pedro I como o fundador desta nação:

Seu Imperial Decreto de 16 de abril de 1826 a Ordem que se Dignou de denominar-Ordem de Pedro Primeiro, Fundador do Império do Brazil-com o fim de marcar de uma maneira distinta a época, em que foi reconhecida a Independencia deste vasto Imperio, que o Mesmo Meu Augusto Pai Teve a gloria de fundar, e do qual foi o primeiro Imperador Constitucional [sic].¹⁰⁵

Portanto, pode-se perceber que a Imperial Ordem de Dom Pedro I foi criada com o intuito de celebrar a Independência do Brasil. No citado decreto constituíram-se 100 cavaleiros, 50 comendadores e 12 grã-cruzes. Os membros da Família Imperial, assim como os estrangeiros, eram grã-cruzes desta ordem. Todavia, não faziam parte do cômputo previsto pelo decreto. Tal ordem foi regulamentada em 1842, ou seja, no período do Segundo Reinado.

Diante dessa situação, as concessões feitas por D. Pedro I não tiveram referência e a justificativa dada para contornar o problema provocado foi atribuir o caráter pessoal com que o imperador entregava a comenda. Com a Proclamação da República, a ordem foi declarada extinta. Debret chama essa insígnia de Ordem do Dragão, pelo fato de ser composta por uma

¹⁰² TRIGUEIROS, As ordens militares... p. 219-220.

¹⁰³ OLIVAL, Fernanda. As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789). Lisboa: Estar Editora, 2001, p. 3.

¹⁰⁴ SILVA, Camila Borges da. As comendas honoríficas e a construção do Estado Imperial (1822-1831). Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, jul. 2011, p. 8-9.

¹⁰⁵ PINHEIRO, Organização das ordens... p. 7.

serpe de asas estendidas e linguado vermelho, além de possuir coroa esmaltada branca perfilada e maçanetada de ouro. Sobre o peito, um escudo verde de ouro com as iniciais *P.I.* do mesmo metal. Contornando as asas, duas fitas verdes de ouro com a legenda *Fundador do Império do Brasil*, sobre ramos de café. Completam a condecoração fitas de bandas verdes orladas de branco.¹⁰⁶



Imagem 9: Ordem de Pedro I – Fundador do Império do Brasil.¹⁰⁷

Já no reinado de D. Pedro II, o imperador manda observar os Estatutos da Ordem que levava o nome do seu pai. No Decreto n° 228, de 19 de outubro de 1842, o imperador saúda a memória do seu pai, reconhecendo-o como fundador do Império do Brasil e seu primeiro imperador. Algo característico contido nos regulamentos de concessão das ordens era estabelecer, no último artigo do respectivo decreto, a regra de que todo condecorado, ao cometer crime contra a honra ou juramento prestado, perderia o direito de ostentar a insígnia.¹⁰⁸

Ambas representariam o símbolo da monarquia instaurada no país e, por conseguinte, fariam parte das alianças políticas e sociais durante todo o período do Império Brasileiro. Com o propósito de firmar um novo ciclo de seu governo, na ocasião de seu segundo casamento com a princesa Amélia Augusta Eugênia Napoleona, de Leuchtenberg, D. Pedro I instituiu a Imperial

¹⁰⁶ BRASIL IMPERIAL. Imperial Ordem de Dom Pedro I: Fundador do Império do Brasil. 2022. Disponível em: <<https://monarquia.org.br/brasil-imperial/>>. Acesso em 20 de setembro de 2022.

¹⁰⁷ PINHEIRO, Artidoro Augusto Xavier. Organização das Ordens Honoríficas do Império do Brazil. São Paulo: Bibliotheca do Senado, 1884.

¹⁰⁸ PINHEIRO, Organização das ordens... p. 19-20.

Ordem da Rosa que, diga-se de passagem, seria a terceira e última do Império Brasileiro. Se tratava de um período conturbado, muitos dos brasileiros não depositavam a sua confiança no imperador e entendiam que o mesmo logo deixaria os interesses de Portugal falar mais alto.

A IOR traz consigo todo um simbolismo de nacionalidade e fidelidade ao imperador e à nação. Por óbvio, uma comenda que se tornou cobiçada entre os indivíduos da sociedade da corte no Rio de Janeiro como também nas demais províncias, sejam por intelectuais ou por combatentes de guerra ou até mesmo por proprietários de localidades, que serviram de interesses comuns ao império.

O Decreto de 17 de outubro de 1829 criou a Ordem Militar e Civil, com a denominação de Ordem da Rosa. No texto, D. Pedro I afirma sua intenção em perpetuar a memória do seu consórcio com a princesa Amélia de Leuchtenber e Eichstaedt. Além disso, a ordem era destinada a nacionais e estrangeiros fiéis ao imperador pela distinção nos serviços efetuados em prol do império.¹⁰⁹ Maiores detalhes sobre a IOR serão descritos na próxima seção deste capítulo, momento em que as características e composição desta ordem serão aprofundadas.

No dia 7 de dezembro do ano de 1861, todas as Ordens Honoríficas do Império tiveram suas concessões reguladas pelo Decreto nº 2.853. O texto impõe que a admissão às ordens deveria ser feita mediante requerimento comprobatório de, no mínimo, 20 (vinte) anos de distinção pelos serviços prestados. Eram considerados extraordinários e relevantes os serviços distintos prestados em sustentação da ordem pública; em situação de perigo ou calamidade pública e em benefício de igrejas matrizes, estradas e obras ou estabelecimentos de utilidade pública. Em suma, todos os serviços que fossem considerados de utilidade à religião, ao povo e ao Estado faziam parte do rol de serviços relevantes que mereciam distinção.¹¹⁰

Após a independência, as Ordens Honoríficas criadas por D. Pedro I passaram a adotar as cores verde e amarelo ao invés das cores azul e vermelho, típicas de Portugal, além de adotar símbolos brasileiros como: café, tabaco, cana-de açúcar dentre outros.¹¹¹ Essa postura contribuiu, significativamente, para auxiliar na construção da identidade nacional brasileira, valorizando a memória do novo Estado, através da criação de novos símbolos. Serviu, ainda, para reforçar o esquecimento de Portugal no processo de colonização e domínio territorial na América. O estudo das Ordens Honoríficas cresce de relevância por absorver o contexto social e cultural do Brasil em seus primeiros anos de independência, tão relevantes quanto apreciar o contexto político do império.

¹⁰⁹ PINHEIRO, Organização das ordens... p. 20-21.

¹¹⁰ PINHEIRO, Organização das ordens... p. 22-24.

¹¹¹ SILVA, As comendas honoríficas... p. 11.

A partir da chegada da Corte Portuguesa, em 1808, no Rio de Janeiro, instalou-se na América Portuguesa a Mesa de Consciência e Ordens, instituição regulamentadora da concessão de comendas. Esta instituição permaneceu na corte mesmo com o regresso de D. João a Portugal, sendo utilizada por D. Pedro I até o ano de 1828. A Lei de 22 de setembro de 1828 extinguiu a referida mesa, substituindo-a pelo Supremo Tribunal de Justiça, que desconsiderou as funções daquela em relação às ordens, por conta da existência de foros privilegiados de justiça para os membros das ordens. Ainda sobre a mesa, esta instituição não regulava todas as Ordens do Império, mas somente as três Ordens Militares Portuguesas. No período imperial, as nomeações das ordens criadas por D. Pedro I foram efetuadas pelo próprio imperador e passadas por um chanceler. No Segundo Reinado, com D. Pedro II, o Secretário de Estado de Negócios do Império era quem recebia a incumbência do imperador.¹¹²

O objetivo das ordens consistia em reforçar laços políticos em torno da coroa. O império se valeu desse instrumento em larga escala, contando com a movimentação das elites em busca da condecoração por uma das comendas.

No Período Regencial, de 1831 até 1840, foram concedidas pouquíssimas Ordens Honoríficas no Brasil. Isso se deve ao fato da concessão destas comendas serem prerrogativa do imperador.

No Primeiro Reinado (1822 a 1831) foram concedidas cerca de 4.500 comendas (Ordens de Santiago, de Cristo, de São Bento de Aviz, do Cruzeiro e da Rosa). Na Regência (1831 a 1840) foram concedidas 17 comendas (2 da Ordem Imperial do Cruzeiro e 15 da Ordem de São Bento de Aviz). Já no Segundo Reinado, mais de 30 mil comendas foram distribuídas, fato que pode ser observado pelo recorte temporal mais longo (1840 a 1889).¹¹³

Somente no ano de 1843, por meio do Decreto nº 321, de 9 de setembro, que as Ordens Militares Portuguesas foram regulamentadas no Império do Brasil. Tal decreto contribuiu para nacionalizar as Ordens Militares Portuguesas de Cristo, São Bento de Avis e São Tiago da Espada.¹¹⁴

No caso das Ordens de Cristo e de Avis, seus modelos de insígnia replicavam o modelo da Ordem do Cruzeiro, de 1822, contendo: cruz; estrela de cinco braços; coroa imperial; folhas de tabaco e café. No hábito dos cavaleiros de Santiago, não houve alteração, mantendo-se uma cruz pendente de um resplendor carregado com o emblema do Sagrado Coração de Jesus.¹¹⁵

¹¹² SILVA, As comendas honoríficas... p. 5-6.

¹¹³ SILVA, As comendas honoríficas... p. 4-5.

¹¹⁴ TRIGUEIROS, As ordens militares... p. 222.

¹¹⁵ TRIGUEIROS, As ordens militares... p. 224.

A Imperial Ordem de Cristo, no caso da grã-cruz, possuía o emblema do Sagrado Coração na cabeceira da Estrela do Cruzeiro. A Imperial Ordem de Avis, dedicada à recompensa pelos serviços militares, continha também o Sagrado Coração, estilo que Portugal passou a adotar em suas insígnias da Real Ordem Militar de Avis, após a reforma de 1894. Uma personalidade de destaque no Brasil, almirante Joaquim Marques Lisboa foi condecorado com a grã-cruz de Avis, exposta no Museu Naval do Rio de Janeiro. O marquês de Tamandaré é o patrono da Marinha do Brasil. O diferencial da Imperial Ordem de Santiago - muito pouco concedida no Brasil Imperial -, consiste numa insígnia de cavaleiro com a cruz. As ordens brasileiras seguiram modelo introduzido no final do Primeiro Reinado, de forte influência francesa.¹¹⁶

Dentre as ordens criadas por D. Pedro I, somente a Ordem de D. Pedro I manteve a tradição portuguesa em dividir as Ordens Militares em três hierarquias. A Ordem Imperial do Cruzeiro era dividida em quatro categorias: Cavaleiro, Oficial, Dignitário e Grã-Cruz. Já a Ordem da Rosa era a que mais continha gradações, quais sejam: Cavaleiro, Oficial, Comendador, Dignitário, Grande Dignitário e Grão-Cruz.¹¹⁷

Os agraciados com distinção de qualquer ordem pagavam um valor de 25% (vinte e cinco por cento) a mais por conta do selo correspondente ao grau. No entanto, os oficiais do Exército, da Marinha e da Guarda Nacional eram isentos do pagamento do selo, desde que o decreto de concessão da comenda tivesse explicitado que os serviços prestados haviam sido militares.¹¹⁸

1.3 As características e composição da IOR

A Imperial Ordem da Rosa, objeto que se tornou famoso pela sua beleza e por ser uma ordem com características únicas, se destacaria entre as demais Ordens Honoríficas do Brasil Império. A inspiração de sua criação foi alvo de muitas especulações; entre as possíveis hipóteses, estaria a vestimenta da imperatriz ao chegar no país. Ribeiro Filho relata de forma breve essa discussão:

Teriam sido inspiradas, segundo Pedro Calmon, “nas miúdas rosas que ornavam, com uma chuva de pétalas”, o vestido que D. Amélia trazia ao

¹¹⁶ TRIGUEIROS, As ordens militares... p. 226-227.

¹¹⁷ SILVA, As comendas honoríficas... p. 5.

¹¹⁸ PINHEIRO, Organização das ordens... p. 28.

desembarcar no Rio de Janeiro. Taunay e Debret dão como verdadeira a versão.¹¹⁹

Entretanto, considerando o aspecto cronológico, seria impraticável esta versão, uma vez que a ordem foi instituída no dia 17 de outubro e a imperatriz chegou, apenas, um dia antes, ou seja, no dia 16 do mesmo mês de 1829. Dessa forma, como descreve Lygia Torres, parece “verossímil que D. Pedro se tenha inspirado em a notícia de serem rosas as flores prediletas da noiva, e rosa sua cor preferida, [...] a determinação de urgência na sua execução para poder distribuí-la no desembarque de D. Amélia”.¹²⁰ Ainda sobre este quesito, foi apurado, posteriormente, que a inspiração veio de um retrato enviado antecipadamente para D. Pedro I (como era habitual desta época) a troca de retratos antes do efetivo matrimônio para que os noivos pudessem se conhecer. Nesse aspecto, Paulo Rezzutti explica que na família da princesa Amélia existia um costume de “se retratar com uma rosa”¹²¹ e assim o fez a jovem princesa Amélia “em honra à sua avó, a imperatriz Josefina”.¹²²

É preciso também entender o contexto político vivenciado pelo Brasil, contando ainda com uma estrutura militar comprometida na Guerra da Cisplatina. A perda da imperatriz Leopoldina foi fator preponderante para agravar a situação já tão delicada. O casamento representou uma tentativa de D. Pedro I de reestabelecer sua governabilidade.

Outra curiosidade sobre a IOR diz respeito à autoria do projeto. Devido a sua grande relação com boa parte do material produzido acerca da monarquia no Brasil, o primeiro nome citado foi o de Debret¹²³. Lygia Torres traz à tona a justificativa do diplomata Orlando Guerreiro de Castro, “só Debret poderia ter sido o autor dessas condecorações, pois o artista francês, que se tornara notável no tempo da epopeia napoleônica, se achava no Brasil justamente ao tempo da criação das nossas ordens”.¹²⁴ Contudo, os desenhos são de outros dois artistas franceses “os originais de Eugène de la Michellerie e Pezerat, do arquivo do Museu Imperial de Petrópolis. Esses são os projetos que foram aprovados, ainda que com algumas modificações”.¹²⁵

¹¹⁹ RIBEIRO FILHO, Ordens honoríficas..., p. 21.

¹²⁰ TORRES, Imperatriz Dona Amélia. p. 83.

¹²¹ REZZUTTI, Paulo. D. Pedro, a história não contada. São Paulo: Leya, 2015, p. 46.

¹²² Josefina Beauharnais. Após viúva casou-se com o grande Imperador dos Franceses, Napoleão Bonaparte, tornando-se assim seu enteado e homem de confiança para ser o vice-rei ao norte da Itália. (WITTE, Cláudia Thomé. A história da Imperatriz Dona Amélia. Publicado em 28 ago. 2017 por Paulo Rezzutti. Disponível em: <<https://youtu.be/Vl67cJ8SjRU>>. Acesso em 02 de setembro de 2017, p. 40.

¹²³ Jean Baptiste Debret, (1768-1848) seria o pintor de história, chegou ao país com a tarefa de fundar uma Academia de Belas-Artes e realizou trabalhos que visavam construir uma imagem para nossa incipiente monarquia, valendo-se, nesse sentido, de toda uma tradição artística francesa.

¹²⁴ TORRES, Imperatriz Dona Amélia. p. 85.

¹²⁵ DELLA ROSA, Ricardo. Você conhece a história da Ordem da Rosa? Disponível em: <<https://historia.uol.com.br/noticias/voce-conhece-historia-da-ordem-da-rosa>>. Acesso em 14 de junho de 2019.



Imagem 10: Imperial Ordem da Rosa – Grau de Comendador.¹²⁶

Os detalhes desta comenda, descritos por Álvaro da Veiga Coimbra, são assim apresentados na obra de Lygia Torres:

Toda de esmalte, e ouro, compunha-se de uma estrela branca de seis pontas terminadas em pequeninas bolas de ouro e aplicada sobre uma grinalda de rosas. No centro do hexágono estrelado, em letras de ouro, o monograma “A. P.”, cercado por uma faixa azul, onde se lia o dístico “Amor e Fidelidade”. No reverso, o mesmo polígono estrelado, mas no campo central, de ouro, a data do casamento em Munique: 2-8-1829, e na faixa azul as palavras “Amélia e Pedro”.¹²⁷

Assim, D. Pedro I, além de homenagear a sua nova esposa, também o faria em memória ao seu sogro, pois o brasão do príncipe Eugênio dizia “Honra e Fidelidade” o que o imperador adaptou para Amor e Fidelidade. Esta peça é considerada "uma das mais lindas até hoje da medalhística mundial".¹²⁸ A seguir, o efetivo decreto da Imperial Ordem da Rosa, datado de 17 de outubro de 1829, o qual declarou o seguinte:

Querendo perpetuar a memoria do Meu faustíssimo consorcio com a Princesa Amélia de Leuchtenberg e Eichstaedt, por uma Instituição util, que, assignalando esta época feliz, a conserve com gloria na lembrança da posteridade; e tendo sido em todos os tempos as distincções honorificas sabiamente consideradas, não so como dignas recompensas de acções

¹²⁶ COIMBRA, Álvaro da Veiga. Imperial Ordem da Rosa: ordens honoríficas do Império do Brasil. 16 fev. 2020. Disponível em: <<https://collectgram.com/blog/imperial-ordem-da-rosa-ordens-honorificas-do-imperio-do-brasil/>>. Acesso em 08 de novembro de 2020.

¹²⁷ TORRES, Imperatriz Dona Amélia. p. 81.

¹²⁸ REZZUTTI, D. Pedro, a história... p. 46.

illustres, mas como efficazes estimulos para emprehendel-as, e merecer por ellas o reconhecimento publico [sic.]¹²⁹

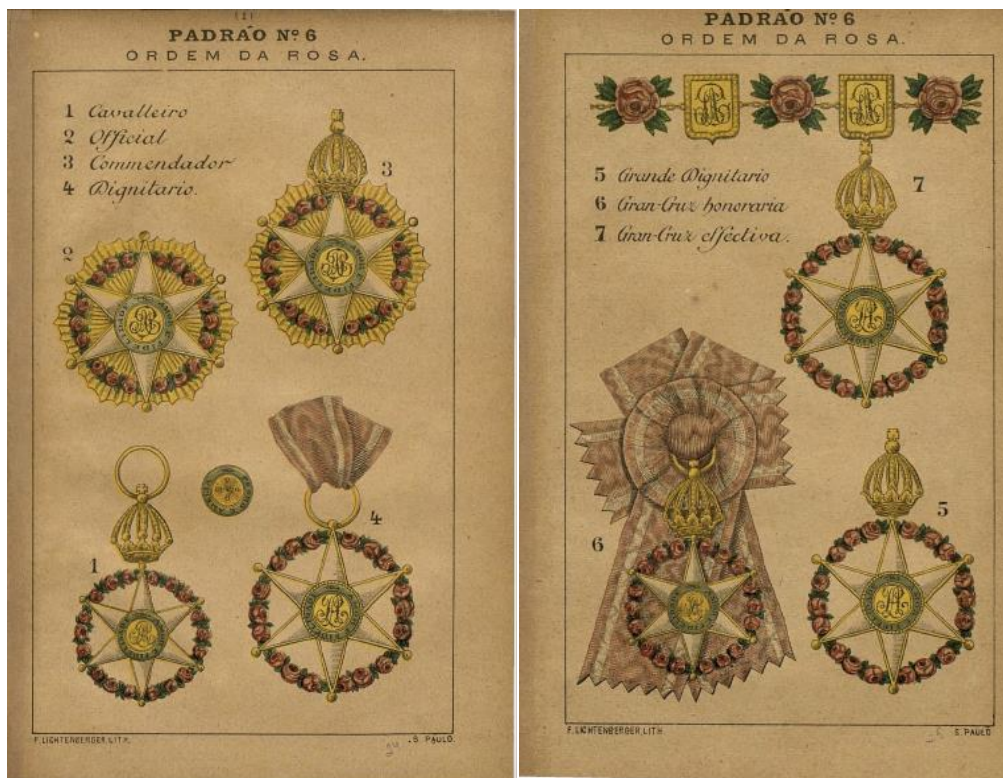


Imagem 11: Desenhos dos graus da Imperial Ordem da Rosa.¹³⁰

Cada ordem tem a sua representatividade e grau de relevância. Vale destacar, ainda, que a IOR possuía 7 (sete) classes - se destacando em número de graus das anteriores -, sendo: 1. Cavaleiro; 2. Oficial; 3. Comendador; 4. Dignitário; 5. Grande-Dignitário; 6. Grã-Cruz Honorária e 7. Grã-Cruz Efetiva. Abaixo, segue a descrição dos objetivos propostos das classes, conforme descreve Pinheiro em seu trabalho de catalogação no âmbito da Secretaria do Estado dos Negócios do Império:

1. Dezesseis **Gran-Cruzes**; oito effectivos, e oito honorarios. Nos lugares dos effectivos, que vagarem por morte, entrarao por antiguidade os honorarios. Ninguem será nomeado Gran-Cruz, sem ter já por algum titulo o tratamento de Excellencia. [sic.]
2. Dezesseis **Grandes Dignatarios**, com o tratamento de Excellencia [sic.]
3. Trinta e dois **Dignatarios**. Só o poderá ser quem tiver já algum titulo o tratamento de Senhoria. [sic.]

¹²⁹ PINHEIRO, Organização das ordens... p. 22.

¹³⁰ PINHEIRO, Organização das ordens... p. 47.

4. Os **Comendadores, Officiaes e Cavalleiros** que Eu for sevido nomear; gosando os primeiros, do tratamento de Senhoria; os segundos, das honras e continencias que competem aos Coroneis; e os terceiros, as dos Capitães. [sic.]¹³¹

Ainda sobre o decreto de criação da Ordem da Rosa, o imperador do Brasil seria sempre o Grão-Mestre da Ordem, enquanto os outros príncipes da Família Imperial seriam grã-cruzes.¹³² A Ordem da Rosa, dentre as Ordens Brasileiras, foi a de maior distribuição.¹³³

Algumas medidas foram oportunamente adotadas visando atender a transferência da corte para o Brasil, no âmbito administrativo. A presença da Coroa Portuguesa favorecia o enraizamento de uma cultura de Antigo Regime no Rio de Janeiro, fundada, como no Reino, em uma “economia de favores”.¹³⁴ O conceito foi elaborado por Antônio Manuel de Hespanha, para análise da sociedade portuguesa dos Séculos XVII e XVIII, e a ideia do enraizamento de uma cultura de Antigo Regime é de Maria de Fátima Gouvêa. É dentro deste contexto que a sociedade do império é forjada, sempre no intuito de articular interesses em comum entre a população da localidade e o rei, como descreve Lilia Schwarcz: "entender a sociedade da corte significa entrar na lógica da realeza, de uma vida que gira em torno do rei e de um tipo de expediente que pressupõe uma exposição e afirmação constantes".¹³⁵ As tradições de corte assim se manteriam, desde declarada a independência do país, sendo D. Pedro I constituído imperador.

O governo manter-se-ia monárquico e hereditário, mas norteado por uma Constituição. Criara-se uma nobreza de títulos, não transmissíveis, e portanto, não se perpetuava uma aristocracia de sangue, como a europeia. Mantinha-se a religião nunca em manifestações públicas.¹³⁶

Em relação à concessão da IOR, bem como igualmente das outras ordens, deve-se salientar para o fato de que o imperador fornecia uma carta ao agraciado. Esta, chamada Carta de Nomeação, detalhava o nome do agraciado e o grau concedido, contendo o selo do império e a assinatura do imperador.

¹³¹ PINHEIRO, Organização das ordens... p. 21.

¹³² PINHEIRO, Organização das ordens... p. 21.

¹³³ RIBEIRO FILHO, Ordens honoríficas... p. 21.

¹³⁴ SOUZA, Adriana Barreto de. Experiência, configuração e ação política: uma reflexão sobre as trajetórias do duque de Caxias e do general Osório. *Topoi* (Rio de Janeiro), v. 10, n. 19, 2009, p.96.

¹³⁵ SCHWARCZ, Lilia Moritz. *As Barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. 2. ed. p. 36.

¹³⁶ SANTOS, Eugénio dos. *D. Pedro, Imperador do Brasil e rei de Portugal*. São Paulo: Alameda, 2015. p. 416.

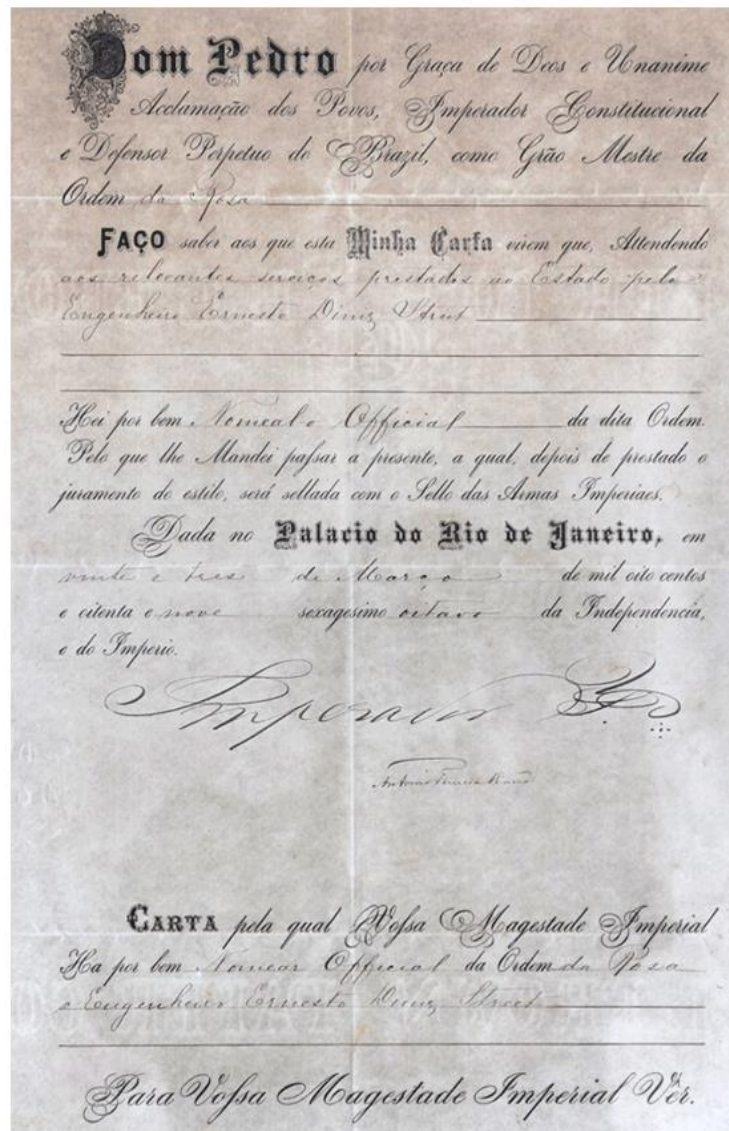


Imagem 12: Carta de nomeação do Engenheiro Ernesto Diniz Street ao grau de Oficial da Ordem da Rosa. Peça de coleção Gilberto Tenor.¹³⁷

Em posse deste documento, o agraciado poderia buscar os ourives autorizados pelo governo imperial para que fosse moldada a insígnia em questão. Todavia, a situação dependia muito da situação financeira do agraciado. Assim sendo, muitos sequer chegaram a ter a comenda em seu estado físico mas, somente, a Carta de Nomeação. No caso dos agraciados estrangeiros, a carta era entregue juntamente com a comenda.

¹³⁷ COIMBRA, Álvaro da Veiga. Imperial Ordem da Rosa: ordens honoríficas do Império do Brasil. 16 fev. 2020. Disponível em: <<https://collectgram.com/blog/imperial-ordem-da-rosa-ordens-honorificas-do-imperio-do-brasil/>>. Acesso em 08 de novembro de 2020.

As Ordens Honoríficas - muitas destas encontradas, exclusivamente, em exposições de museus, antiquários ou, ainda, através de colecionadores -, são exemplos de objetos almejados durante todo o Período da Monarquia no Brasil. Uma tradição de reconhecimento do agraciado, mediante os serviços prestados à pátria, costume que se tornaria também vigente no Governo Republicano. A IOR foi uma comenda que representou a distinção entre honrarias, promovidas pelo imperador, simbolicamente vinculando a fidelidade perante a pátria brasileira. Este seria o intuito principal do governo: fortalecer a nação independente, diante de um poder centralizado e território unificado.

Durante o período do Segundo Reinado, a IOR teve o maior número de concessões efetuadas. Período no qual o Brasil passou por um processo de construção de uma identidade nacional, tanto na criação de instituições quanto no fortalecimento do sentimento de pertencimento ao império, evidenciados durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

O amor e a fidelidade declarados no casamento de D. Pedro I e D. Amélia, viria a ser materializado com a Imperial Ordem da Rosa, representação simbólica de moeda de troca no legado do Império do Brasil, perceptível nos dados quantitativos expressivos de sua distribuição. A condecoração com Ordens Honoríficas foi a forma que o Estado Imperial encontrou para destacar as personalidades pelos serviços prestados, vinculando também os ideais de patriotismo. Portanto, estas são motivações que caracterizam a relevância da temática da presente pesquisa, para que seja possível lançar a luz sobre um conhecimento histórico nacional, ainda colocado no esquecimento.

Portanto, a IOR é uma das condecorações constantes do rol de Ordens Honoríficas existentes durante o Império do Brasil, relevante para agraciar nacionais e estrangeiros pelos feitos em prol da Monarquia Brasileira. A partir da Independência do Brasil e a entrada em vigor de condecorações tipicamente brasileiras, outros elementos têm que ser abordados para que se possa haver o entendimento do contexto vivido pelo Brasil nesse período, ou seja, um Estado independente, mas ainda sem nação ou identidade. Com isso, seguiremos com a análise da formação da nação brasileira.

2 A FORMAÇÃO DA NAÇÃO BRASILEIRA

A Independência do Brasil representou o surgimento de mais um Estado no cenário mundial. No entanto, apesar da emancipação política, o referido país carecia da formação de sua nação, capaz de agregar não apenas o território, mas principalmente a sua população. Enquanto América Portuguesa, três séculos se passaram e revestiram-se de importância significativa para o que viria a ser o Brasil.

Neste contexto, podemos destacar a chegada da Família Real e sua Corte, em 1808, a qual passou, posteriormente, pelo Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, em 1815. Por fim, o ano de 1822 selou a independência da ex-colônia portuguesa, alçando o posto de Estado. Ao estudar a história das mais diversas nações, um detalhe que jamais pode ser desprezado é a constituição de suas Forças Armadas. Neste sentido, pode ser afirmado que os militares sempre participaram dos fatos preponderantes de seus países, garantindo, pelo poder das armas, galgar os anseios de seus povos em prol dos objetivos nacionais propostos.

Leyla Perrone-Moisés publicou, em 1997, o artigo intitulado *Paradoxos do nacionalismo literário na América Latina*¹³⁸. Em seu texto, a citada autora sublinha que inúmeros estudos sobre o nacionalismo destacaram a ideia de nação correspondente a um conjunto de imagens. No caso da América do Sul, Perrone-Moisés afirma a dificuldade da constituição da autoimagem nos países desta região que, via de regra, dependeram de referências europeias para imitar ou rejeitar.¹³⁹ Na visão da escritora, o nacionalismo não é invenção do Século XIX, inserido na ideia de apego de um grupo a seu território e a seus valores. Isso se deve ao fato de ter sempre existido sob a forma de patriotismo, mas foi no Século XIX que o nacionalismo adquiriu força de um conceito. A conquista da independência dos países da América Latina coincidiu com o Romantismo Literário. Deste, os escritores latino-americanos receberam o conceito de nação e o sentimento nacionalista.¹⁴⁰

Em *Nações e Nacionalismo desde 1780*,¹⁴¹ Eric J. Hobsbawm certifica que nacionalidade era uma questão política que tinha relação com a língua falada, uma vez que desde a década de 1840, a língua estava começando a desempenhar um papel significativo nos

¹³⁸ PERRONE-MOISÉS, Leyla. Paradoxos do nacionalismo literário na América Latina. Estudos Avançados, v. 11, p. 245-259, 1997.

¹³⁹ PERRONE-MOISÉS, Paradoxos do nacionalismo... p. 247.

¹⁴⁰ PERRONE-MOISÉS, Paradoxos do nacionalismo... p. 249.

¹⁴¹ HOBBSAWM, Eric J. Nações e Nacionalismo desde 1780. Tradução: Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

conflitos territoriais internacionais.¹⁴² Em um dos capítulos da obra, intitulado *As transformações do Nacionalismo: 1870-1918*, este autor afirma que a década de 1830 foi marcante no sentido de ter sido estabelecido um grande número de novos Estados. No entanto foi, somente, após a década de 1870 que a Europa testemunhou a eclosão de movimentos nacionalistas.

Trazendo tais conceitos para a realidade brasileira, podemos observar que a década de 1830, no Brasil, foi bastante conturbada por conta dos conflitos do período da regência. Ao analisar a década de 1870, o território brasileiro encontrava-se no pós-Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai, vivenciando os dilemas do nacionalismo, em especial, em relação ao seu componente de povo negro (outrora escravo), depois soldado e, por fim, ex-soldado (e não necessariamente ex-escravo).

Marcel Detienne conceitua nação como sendo um conjunto de seres humanos caracterizado por uma comunidade de origem, de língua e de cultura. O autor acrescenta que a nação pode ser confundida com aquilo que o Estado pretende ser. A História Nacional, ainda na visão atemporal de Marcel Detienne, trata-se de um gênero narrativo eficaz para dar forma e conteúdo à Identidade Nacional.¹⁴³ Benedict Anderson conceitua nação como sendo uma comunidade política imaginada, baseada na identificação étnica, racial ou cultural.¹⁴⁴

José Murilo de Carvalho explica que no período pós-independência, o Brasil não possuía uma nação e cabia ao Estado Brasileiro forjar a mesma, através de uma ação implementada por um governo com força para tal.¹⁴⁵ Tratando-se de uma Monarquia Constitucional, em tese, o Brasil possuía bases sólidas para agir em direção da consolidação do projeto de formação da Nacionalidade Brasileira.

Em *América Latina: males de origem*, Manoel Bomfim conceitua nação como sendo a divisão territorial em regiões de interesses unificados, que protegem os povos integrantes, atendendo às suas necessidades.¹⁴⁶ Esta obra, escrita por este sergipano e publicada em 1903, debate a formação da nacionalidade na América Latina. Bomfim nasceu em 1868, período em que ocorria a Guerra da Tríplice Aliança, e sua obra tem como característica fundamental a

¹⁴² HOBSBAWM, Nações e Nacionalismo... p. 118.

¹⁴³ DETIENNE, Marcel. A identidade nacional, um enigma. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 11-12.

¹⁴⁴ ANDERSON, Benedict. Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

¹⁴⁵ CARVALHO, José Murilo de. Brasil: nações imaginadas. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998, p. 255.

¹⁴⁶ BOMFIM, Manoel. A América Latina: males de origem. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008, p. 129.

defesa da miscigenação das raças do povo brasileiro, sendo, portanto, um dos precursores da inclusão do negro como raça no Brasil (ideia apenas pensada a partir da Primeira República).

Além dos chefes de Estado, instituições desempenharam um papel indispensável como mola propulsora de ideias, símbolos, cultura e costumes na construção da Nação Brasileira. Estes foram responsáveis por criar um sentimento de pertencimento e de unidade em torno de algo em comum para os habitantes de um dado território. Destacamos, aqui, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, além do Exército Brasileiro.

Em *A identidade Nacional, um enigma*, Marcel Detienne destaca que uma comunidade formada ao longo dos séculos constitui-se como nação, inserida em um território e contendo laços similares de civilização, pela ação da história.¹⁴⁷ O processo de formação do Estado Brasileiro vem ao encontro dessa reflexão, tendo em vista o fato de ter sido Colônia Portuguesa por cerca de três séculos. Somente com a independência e a consequente autoafirmação no cenário internacional, o Brasil iniciou a sua construção nacional.

Eric J. Hobsbawm, em *Nações e Nacionalismo desde 1780*, faz um alerta ao dizer que a nacionalidade, conceito debatido por diplomatas europeus e que mudou o mapa da Europa entre 1830 e 1880, distingue-se do nacionalismo, este último considerado fenômeno político central e recorrente na política de massas e da democratização.¹⁴⁸ Essa distinção tem por finalidade favorecer o entendimento das palavras nacionalidade e nacionalismo, utilizados no transcurso deste texto.

Na visão do cientista político Lucio Levi, nacionalismo é gerado pelo Estado Nacional, na medida em que as estruturas de poder possibilitam a evolução do projeto político, que objetiva a unificação de Estado e nação no seu território, língua, cultura e tradições. No sentido mais abrangente, o autor entende que o termo nacionalismo designa a ideologia nacional, a ideologia de determinado grupo político, que se sobrepõe às ideologias dos partidos, absorvendo-as.¹⁴⁹

Nesse contexto, uma condecoração, como a Ordem Honorífica da Imperial Ordem da Rosa, representou um papel importante no processo simbólico de manutenção do Império Brasileiro e na formação de uma ideia de nação, no sentido de destacar pessoas que de algum

¹⁴⁷ DETIENNE, Marcel. *A identidade nacional, um enigma*. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013, p. 72-73.

¹⁴⁸ HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Tradução: Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990, p. 55-56.

¹⁴⁹ LEVI, Lucio. Nacionalismo. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 799-806.

modo contribuíram com o Governo Imperial e na consolidação de uma “comunidade imaginada”, chamada nação.

Da mesma forma que as insígnias eram utilizadas, em sua grande maioria, como moeda de troca, de forma particular entre quem as concede e os agraciados, assim aconteceria com a IOR. Não obstante, o que se manifesta como um tipo de capital simbólico, carrega as características de distinções que Pierre Bourdieu muito bem relata. Vejamos:

As distinções, enquanto transfigurações simbólicas das diferenças de facto, e mais geralmente, os níveis, ordens, graus ou quaisquer outras hierarquias simbólicas, são produto da aplicação de esquemas de construção [...] as relações de força objetivas tendem a produzir-se nas relações de força simbólicas, nas visões do mundo social que contribuem para garantir a permanência dessas relações de força.¹⁵⁰

2.1 D. Pedro I e a princesa Amélia de Leuchtenberg no Primeiro Reinado

Como se sabe, essa ordem foi criada por D. Pedro I num dos seus muitos ímpetos amorosos. Ao avistar a imperatriz Amélia, que desembarcou trajada de lindo vestido de gaze branca, salpicado de rosas meio abertas, veio-lhe incontinenti ao espírito, exagerado e cavalheiroso, a ideia de constituir mais essa ordem, baptizando-a com as qualidades, ou uma das qualidades, de que era menos capaz, a fidelidade. Parece que a filha do príncipe Eugénio de Beauharnais era positivamente linda, admirável na tez e alvura dos dentes; também o imperador apaixonou-se ardentemente por ela, mal a encarou.¹⁵¹

Pode-se dizer que, tanto a Imperial Ordem da Rosa está diretamente relacionada a história da princesa Amélia de Leuchtenberg, como a própria história de Amélia teria um novo caminho a partir da IOR. Seria praticamente impossível dissociar o objeto do personagem histórico, sendo assim oportunamente apresentada, de forma breve, a vida da segunda imperatriz do Brasil. Amélia Augusta Eugênia Napoleona de Leuchtenberg foi a quarta filha de um total de sete filhos.

Paulo de Assunção, no artigo *A Saudade é cor de Rosa*¹⁵², aponta para detalhes da trajetória de Amélia, incluindo a sua formação e a de seus irmãos. O autor destaca que “todos

¹⁵⁰ BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Lisboa: Difel, 1989. Tradução Fernando Tomaz, p. 148.

¹⁵¹ TORRES, Imperatriz Dona Amélia. p. 82.

¹⁵² ASSUNÇÃO, Paulo de. *A Saudade é Cor de Rosa*. Memórias de Amélia de Leuchtenberg – Imperatriz do Brasil. Actas do 1º Colóquio “Saudade Perpétua”. CEPESSE, 2017.

foram educados na religião católica; prole que nasceu no meio das turbulências políticas e guerras que assolaram a Europa nas primeiras décadas do século XIX”.¹⁵³ Seu nascimento, por algum tempo alvo de especulações, teria ocorrido na cidade de Roma, Itália, em 31 de julho de 1812. Dúvidas são apontadas na introdução do romance de Ivanir Calado: "um autor diz que nasci em Roma, outro em Munique, outro ainda em Milão".¹⁵⁴ Fato é que a sua origem é de Monza (na época parte de Milão), Itália, onde havia um palacete da família, nos esclarece a pesquisadora Cláudia Tomé Witte, num estudo mais recente. Amélia era de origem nobre; contudo, considerada uma origem secundária, visto não ser descendente direta, mas sim sobrinha do rei da Baviera. Era filha de Augusta-Amélie Louise de Baviera (1788-1851), princesa bávara, e do príncipe Eugênio de Beauharnais (1781-1824). Eugênio era enteado adotado por Napoleão Bonaparte (1769-1821) ao se casar com Josefina de Beauharnais (1763-1814)¹⁵⁵. Todas essas questões eram consideradas delicadas em relação as virtudes de uma segunda consorte para o Império do Brasil.

Devendo a Imperial Caza da Santa Misericórdia dar bruma solemne demonstração assim da pongente dôr, que causara a todos os Brasileiros a sempre sentida perda da Augusta Imperatriz, que o Ceo reassumiria, como da gratidão pelos innumeraveis beneficios, que a Sua caridade prodigalisara aos pobres e aos infelizes, destinou para este fim o dia 6 do corrente; e tendo feiro ornar com elegancia o seu Templo, fez erigir no Cruzeiro do mesmo hum pomposo mausoléu, que era adornado pelo retrato da mesma Soberana [sic]¹⁵⁶.

Após a perda da imperatriz Leopoldina¹⁵⁷, D. Pedro I iniciou um processo de busca de uma sucessora. Apresentou sua vontade e pediu auxílio ao seu sogro e corte, na Europa. Ainda assim, no intuito de se casar novamente, D. Pedro I precisaria de apoio para a busca, nada simples, de uma noiva na Europa. Esta missão foi concedida ao Marquês de Barbacena¹⁵⁸, como descreve Rezzutti: ele "deveria conseguir uma princesa que, por seu nascimento, formosura, virtudes e instrução, pudesse fazer a felicidade do monarca e do Brasil".¹⁵⁹ Apesar de todos os percalços ocorridos durante esta busca, uma princesa foi escolhida e, finalmente, aceitou se casar com o imperador brasileiro.

¹⁵³ GIORGIO, Michela. "O modelo católico". História das Mulheres – o século XIX. Lisboa, vol. 4, p. 202-235.

¹⁵⁴ CALADO, Ivanir. Imperatriz no fim do mundo. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001. p.7.

¹⁵⁵ Josefina Beauharnais. Após viúva casou-se com o grande Imperador dos Franceses, Napoleão Bonaparte, tornando-se assim seu enteado e homem de confiança para ser o vice-rei ao norte da Itália. (WITTE, A imperatriz esquecida. p.40).

¹⁵⁶ Diário Fluminense, 1827, ed. 9.

¹⁵⁷ Maria Leopoldina da Austria, uma princesa Habsburgo, a primeira esposa de D. Pedro I.

¹⁵⁸ Felisberto Caldeira Brant Pontes de Oliveira Horta (1772-1842), representante de D. Pedro I no exterior.

¹⁵⁹ REZZUTTI, D. Pedro, a história... p. 239.

Certamente, uma grande satisfação para D. Pedro I, permanecendo bastante animado com as notícias de novas núpcias e acerca de tantas qualidades de sua noiva, as quais foram expressas por seu enviado: "ainda não a conhecia, não lhe podia, portanto, devotar amor, mas o seu entusiasmo transbordava, como se ele voltasse à adolescência a jurar amor eterno a uma namorada, que imaginava dotada de todas as virtudes".¹⁶⁰ Entusiasmo este que, em seguida, seria refletido na criação de uma nova insígnia imperial, a denominada Imperial Ordem da Rosa.

Outra atitude pertinente da parte do imperador, como descreve Assunção, foi o banimento da corte do Rio de Janeiro: “[...] da sua amante, a marquesa de Santos, Domitila de Castro Canto e Mello (1797-1867), bem como da filha de ambos, a duquesa de Goiás, Isabel Maria de Alcântara Brasileira (1824-1898)”.¹⁶¹ Desta forma, seguiu-se as formalizações devidas para a realização do matrimônio, o qual ocorreu primeiro através de procuração em data de 2 de agosto de 1829, em Munique. Era necessário que o casamento acontecesse antes da viagem ao Brasil, pois se tratava de uma viagem longa e arriscada e os direitos como nova imperatriz estariam garantidos. Witte relata que “a festa foi singela e reuniu apenas aqueles mais próximos da família”.¹⁶²

Com base nos impressos do período regencial do Império Brasileiro, Marcelo Basile em *Projetos de Brasil e Construção Nacional na Imprensa Fluminense (1831-1835)*¹⁶³ propõe uma discussão tendo como ponto focal a ideia de nação. Isso corresponde a um contraponto com o contexto da chegada da princesa Amélia ao país e a repercussão do segundo casamento de D. Pedro I, logo após sua abdicação. Segundo o autor, *A Aurora Fluminense* é “o principal impresso moderado” e cita Evaristo da Veiga ao destacar que “a moderação em política não é senão a prudência reguladora, que modificando as opiniões sociais extremas, as chama ao justo meio-termo, ou antes que dá objetos o seu devido valor, sem deixar-se fascinar pelo calor do entusiasmo ou pelo prisma das paixões do momento”.¹⁶⁴ O seu recorte das publicações abrange o ano 1827 até 1839, tendo como grande repercussão o Período Regencial e traz consigo uma mensagem inicial de valorização da independência do país.

¹⁶⁰ SANTOS, D. Pedro, Imperador...p.307.

¹⁶¹ ASSUNÇÃO, A Saudade é cor... p.222.

¹⁶² WITTE, Claudia Thomé. Amélia e D. Pedro I. Um casamento imperial há 180 anos. Revista Ponto de Vista. Rio de Janeiro, abr. 2010, p. 36.

¹⁶³ BASILE, Marcelo. Projetos de Brasil e Constituição nacional na Imprensa Fluminense. In: BASTOS, Lúcia; MOREL, Marco; BESSONE, Tânia. História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006. P. 60-93.

¹⁶⁴ A Aurora Fluminense. N.563, 30 de nov.1831. Hemeroteca Biblioteca Nacional.

Anno de 1827.

Numero 1.

A AURORA FLUMINENSE.

JORNAL POLITICO E LITTERARIO.

Subscreeve-se para esta Folha na Typographia do Diario do Rio de Janeiro, por trimestre a 2\$; e vendem-se Numeros avulsos a 80 rs. nas lojas de livros dos Srs. João Baptista dos Santos, rua da Cadeia, e Evaristo Ferreira da Veiga e Comp., rua dos Pescadores.

*Pelo Brasil dar a vida,
Manter a Constituição,
Sustentar a Independencia,
He a nossa obrigação.*

*Por S. M. O IMPERADOR D. PEDRO I.
(Diario Flumin. 14 de Julho de 1824.)*

Imagem 13: Cabeçalho do periódico *A Aurora Fluminense*.¹⁶⁵

A boa nova da chegada da nova imperatriz não seria diferente e o impresso, por sua vez, traz com empolgação o registro dos preparativos:

Preparão-se festas sumptuosas para os dias subseqüentes à chegada da nossa Imperatriz a Princeza Amelia de Leuchtemberg. A rua Direita será adornada de trez arcos, feitos à custa de alguns cidadãos do corpo do Commercio. Os Francezes, e Inglezes se dispõem também a festejar os augustos desposorios. A Guarda de Honra, a Camara Municipal, &c. apromptão custosas iluminações, e no Palacio do Senado haverá hum baile, dado pelas pessoas da Caza de S. M. I.O intendente da Policia acaba de permitir o uso das máscaras às danças, que se ensaião para esses dias, os quaes devem ser do mais brilhante esplendor. [sic.]¹⁶⁶

Em 5 de outubro de 1829, consta publicação acerca da apresentação da princesa Amélia à corte da Baviera, em Munique, que já se destacava pelas suas principais características: “fez-se notar pela sua beleza, graças modestas, e amabilidade. Achão-lhe em semelhança com a Princeza Real de Suecia, sua irmã mais velha. [sic.]”¹⁶⁷ Na mesma publicação, conclui-se o quanto a pessoa de seu pai e sua mãe teriam sido importantes na história:

A memoria do Principe Eugenio he sempre venerada pelos Bavaros; a sua alta reputação militar, a sua vida sem mancha, e os benefícios, que derramava em torno de si, deixarão inapagáveis recordações em todos os espíritos. As sublimes virtudes de sua Augusta viúva, as suas desgraças, coragem,

¹⁶⁵ A Aurora Fluminense, 1827, ed. 1.

¹⁶⁶ A Aurora Fluminense, 1829, ed. 246.

¹⁶⁷ A Aurora Fluminense, 1829, ed. 248.

inexaurível beneficência, e os disvelos assíduos, que emprega na educação e fortuna de seus filhos, a fazem amar e respeitar de todo o mundo. [sic.]¹⁶⁸.

Em ambos os trechos apresentados, podemos observar, através da escrita, que se trata de algo que, realmente, deva ser celebrado (sem críticas ou descontentamento no discurso proposto). Isso tudo reforça a consideração de ser um impresso voltado ao imperador.

O outro impresso *Nova Luz Brasileira*, como propõe Basile, possui o viés mais questionador, relacionando com a imprensa da “nação exaltada”. O texto descritivo no cabeçalho das edições, inclusive, menciona as causas das revoluções e a busca por “dignidade aos indignos”.



Imagem 14: Cabeçalho do periódico Nova Luz Brasileira.¹⁶⁹

Nesta edição, o assunto abordado é a abdicação do imperador D. Pedro I. O tom de comemoração pode ser observado, indicando o cenário hostil incontestável que fez com que a imperatriz Amélia, em tão pouco tempo de estadia no país, seguisse para Europa junto de D. Pedro I:

¹⁶⁸ A Aurora Fluminense, 1829, ed. 248.

¹⁶⁹ Nova Luz Brasileira, 1831, ed. 131.

Abdicou o tyranno; e nas mãos da Liberdade existe hoje o sceptro d'oiro, que o monstro havia convertido em virga férrea. Os Brasileiros começam finalmente a possuir huma PATRIA; e o Brasil vai se querendo situar na America Livre. Legisladores! E' chegado o tempo de estabeleceres a nossa Liberdade sobre bases menos frágeis, mais filosóficas, e justas, do que essas, que regem a opprimida Europa. Em vossas mãos está hoje a felicidade presente, e futura do Povo Brasileiro; e Elle espera dos seus escolhidos que se mostrem dignos da confiança que tem o Povo nos seus representantes de 1831. [sic.]¹⁷⁰

Como bem destaca Basile, “mas o que prevalece para o jornal é a ideia moral, que sublinha a perspectiva nacional de pátria, concebendo-a como entidade – a nação – que deve garantir os direitos comuns dos cidadãos”.¹⁷¹ Observa-se, na abertura do jornal, um alívio pela abdicação de D. Pedro I, através de um discurso fervoroso no sentido de estimular o povo em prol de todos, da pátria.

Mais um impresso do período, *Jornal do Commercio*, era considerado um periódico apoiador do Império. Um dos mais influentes franceses deste período foi o médico Pierre Plancher Seignot, fundador deste periódico, que apoiava o imperador. Isabel Lustosa frisou que Seignot “era influente, tinha dinheiro e um lado político muito apurado. O dinheiro não era antagônico à figura republicana”.¹⁷² Acerca da chegada de Amélia temos:

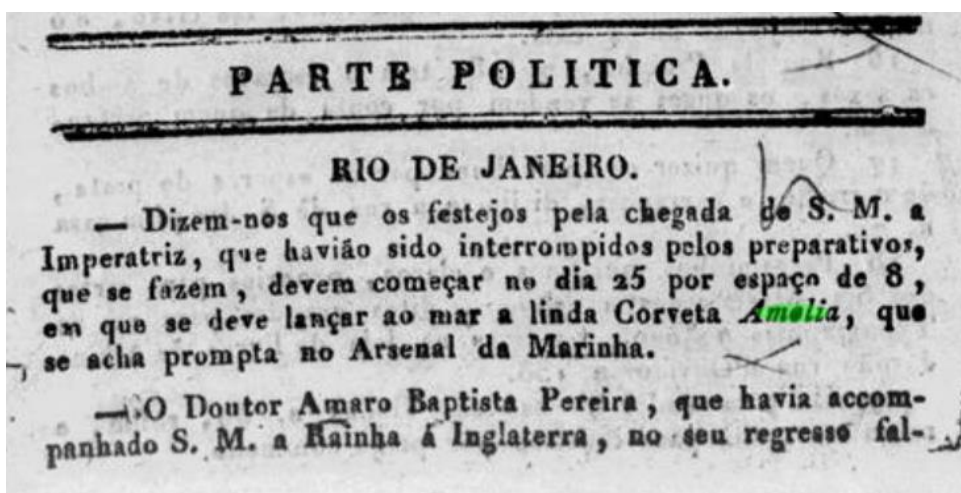


Imagem 15: Registro da chegada de Amélia.¹⁷³

¹⁷⁰ Nova Luz Brasileira, 1831, ed. 131.

¹⁷¹ BASILE, Projetos de Brasil e Constituição...p.69.

¹⁷² LUSTOSA, Isabel. Imprensa, censura e propaganda no contexto da independência do Brasil. Estudos: Revista de Investigaciones Literarias y Culturales, v. 18:36, p. 370, 2012. Disponível em: <<http://www.revistaestudios.com.ve/wp-content/uploads/2012/03/I-Lustusa.pdf>>. Acesso em 10 de julho de 2019.

¹⁷³ Jornal do Commercio, 1829, ed. 602.

Apenas para ilustrar o acontecimento, mais um periódico tradicional do período, denominado *Diario Fluminense*, traz alguns registros acerca da cerimônia de casamento:

Raiou o Dia suspirado 17 de Outubro applaudido por salvas de artilharia, e festejado por luzido embandeiramento de todas as embarcações de guerra Nacionais e Estrangeiras ordenadas em arco. No Arcenal da Marinha havia-se preparado hum magnifico desembarque com hum soberbo arco de elegante, magestosa arquitectura; estando assoalhado todo o pavimento desde o caes até o Arcenal e coberto de ricas tapeçarias, guarnecidos os lados por duas ordens de pilastras, de que pendião grandes globos de vidro. [sic.]¹⁷⁴

Através desses impressos, muito se pode resgatar sobre o pensamento social do período analisado ou, até mesmo, todo o cenário cultural e de influência de poder. Observa-se como a política e a economia caminham juntas e influenciam o direcionamento do editorial, desde o início da utilização das mídias e, conseqüentemente, toda uma sociedade público-alvo em questão. Como relata Cruz e Peixoto, “a compreensão é a de que trazer o estudo da imprensa para o campo da História Social implica também em reconhecer o hegemônico com um processo em movimento que põe em causa a disputa em torno do popular”.¹⁷⁵

O período que sucedeu à chegada de Amélia foi de muitas festividades, “[...] houve piqueniques, passeios, visitas, aos redores da capital e até uma viagem mais longa a Minas Gerais no início de 1831”.¹⁷⁶ Ainda que sua estadia tenha sido breve, Amélia conseguiria levar outros ares à região local e houve uma considerável mudança percebida em torno do paço com a chegada. Sobre este momento histórico, Assunção destaca que “D. Amélia passou a adotar o cerimonial praticado nas cortes europeias e solicitou a aquisição de novos serviços de mesa e pratarias, os quais julgava serem mais condizentes com a dignidade imperial”.¹⁷⁷ Teria sido um momento oportuno para D. Pedro I fortalecer seu governo, senão fosse pelo cenário de instabilidade que o cercava:

[...] passado o entusiasmo com o casamento, a popularidade de D. Pedro voltou a cair. A precária situação econômica do país e a falta de apoio político levaram-no a abdicar do trono brasileiro em abril de 1831 e voltar para a Europa, deixando o filho Pedro, de cinco anos, como futuro imperador.¹⁷⁸

¹⁷⁴ *Diario Fluminense*, 1827, ed. 9.

¹⁷⁵ CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa. Projeto História, São Paulo, n.35, p. 268.

¹⁷⁶ WITTE, A imperatriz esquecida... p.73.

¹⁷⁷ ASSUNÇÃO, A Saudade é cor... p.225.

¹⁷⁸ WITTE, A imperatriz esquecida... p.73.

Todavia, cabe ressaltar que a presença de D. Amélia de Leuchtenberg (que aceitou ser a segunda esposa de D. Pedro I, no ano de 1829, com apenas 17 anos) provocou um grande entusiasmo do imperador por este momento e renderia a instituição de uma nova Ordem Honorífica, a Imperial Ordem da Rosa, a última vinculada ao Estado Imperial Brasileiro. Tanto D. Amélia, como a insígnia se tornariam registros de um período que representava esperança de boas novas para o governo, ao que, observamos na historiografia, não se concretizaria.

Em 1831, com toda instabilidade e pressão política, D. Pedro I abdicou de seu trono e seguiu para Europa juntamente com Amélia. Ainda assim, seu legado seria deixado, a Imperial Ordem da Rosa se tornaria a comenda de valor fundamental no Segundo Reinado, amplamente concedida pelo novo imperador D. Pedro II, como instrumento de reconhecimento aos serviços prestados à pátria. A comenda, assim como a maioria das insígnias, passou a ser utilizada como moeda de troca entre alguns acontecimentos relevantes do país, como o grande conflito a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, mais conhecida como a Guerra do Paraguai.

Junto com Amélia, o imperador deixou para trás seus quatro filhos. Somente a mais velha, D. Maria da Glória, herdeira do trono de Portugal, o acompanhava. D. Pedro tinha como principal objetivo lutar e recuperar o trono da menina rainha, sendo preciso para isso enfrentar seu irmão D. Miguel.¹⁷⁹

Durante a viagem, D. Amélia descobriu que estava grávida. O casal, finalmente, havia sido abençoado com uma herdeira desta união, a qual foi batizada de Maria Amélia. Devido as providências para a guerra, D. Pedro somente conseguiu acompanhar o seu nascimento; logo depois, procurou pela formação de um exército liberal, a fim de restituir o trono à sua filha. Após esta conquista, D. Pedro tossia muito, estava sempre cansado e sua saúde já era bastante debilitada: “ele parara de caçar e de montar em virtude da falta de fôlego e só passeava com a mulher e as filhas de carruagem e pelos arredores de Queluz [...]”.¹⁸⁰ D. Pedro veio a falecer em 24 de setembro de 1834.

D. Amélia ficou abalada com a perda do marido, tendo uma filha para criar. Os amigos e nobres da corte as ampararam, num momento tão difícil. O choro preenchia as salas e corredores do Palácio de Queluz, enquanto tinha início os preparativos para o funeral.¹⁸¹

Após a perda do marido, o irmão de D. Amélia também veio a falecer, Augusto de Leuchtenberg, casado há, apenas, dois meses com sua enteada e rainha de Portugal, D. Maria

¹⁷⁹ SANTOS, D. Pedro, Imperador...p.330.

¹⁸⁰ REZZUTTI, D. Pedro, a história... p. 337.

¹⁸¹ ASSUNÇÃO, A Saudade é cor... p.233.

da Glória. Assim, não restavam a D. Amélia alternativas a não ser se dedicar, exclusivamente, aos cuidados de sua filha. A ex-imperatriz optou por viver afastada da corte, mantendo assim seu luto. Desde muito cedo dedicada aos estudos, a pequena Maria Amélia sempre correspondeu às expectativas da mãe.

Ainda que D. Amélia iniciasse negociações de matrimônio adequado para sua filha, a doença que levou seu marido também atingiria a princesa. “Como há 18 anos sucedera com o marido, a duquesa de Bragança começou uma dolorosa peregrinação em busca de clima saudável para a filha. [...] como noutra tempo fizera com o marido, não deixava a filha um só instante”.¹⁸²



Imagem 16: Litografia colorida à mão e Amélia viúva e filha D. Maria Amélia.¹⁸³

Em fevereiro do ano de 1853, a princesa Maria Amélia faleceu, com apenas 21 anos de idade.

Os anos que se seguiram foram compreensivelmente de triste luto para a imperatriz viúva. Amélia dedicou os 20 anos de vida que restaram a praticar caridade, a manter correspondência com sua família. [...] a tristeza da vida reclusa que levaria no Palácio das Janelas Verdes, onde morou de 1853 até sua morte, em janeiro de 1873.¹⁸⁴

¹⁸² TORRES, Imperatriz Dona Amélia, p.229.

¹⁸³ REZZUTTI, 2015, p.26 - Coleção Museu Imperial.

¹⁸⁴ WITTE, Cláudia. Amélia a imperatriz de luto. In: Revista História Viva. Ano IX, número 114. São Paulo, abril De 2013, p. 45.

Durante a realização da exumação do corpo da segunda imperatriz, D. Amélia de Leuchtenberg, a arqueóloga relata que acaba ouvindo certos comentários, tais como: "Qual a importância de D. Amélia?" ou "Por que ou para que toda essa busca por ela?".¹⁸⁵ Não é coincidência que a pesquisadora de Amélia, Claudia Witte, intitulou um de seus artigos como "imperatriz esquecida".¹⁸⁶ Daí a importância do trabalho do historiador: trazer à tona os significados e, neste caso, os personagens (muitas vezes esquecidos no decorrer do tempo) que, por algum motivo, não participam da formação da memória individual ou coletiva. Paolo Rossi já sinalizava que "o mundo em que vivemos há muito tempo está cheio de lugares nos quais estão presentes imagens que tem a função de trazer alguma coisa à memória. Algumas dessas imagens, como acontece nos cemitérios, nos lembram pessoas que não mais existem".¹⁸⁷

Após a realização dos trabalhos de exumação dos remanescentes de D. Pedro I e D. Leopoldina, não se sabia onde estava a urna de D. Amélia, o que demandou maior concentração e cuidado na procura da mesma. A equipe responsável pelo feito recorreu às plantas da cripta e do monumento, além de equipamentos como radares específicos, para que fossem quebradas as paredes no local exato. Os encarregados destacaram que "os remanescentes humanos de D. Amélia eram nossa maior preocupação, pois deveriam estar em algum local nas paredes da Capela Imperial do Ipiranga, vulneráveis à ação da umidade".¹⁸⁸



Imagem 17: Corpo de Amélia mumificado.¹⁸⁹

¹⁸⁵ AMBIEL, O novo grito... p. 206.

¹⁸⁶ WITTE, Claudia Thomé. A imperatriz esquecida. Revista de História da Biblioteca Nacional. Rio de Janeiro, set. 2010. p. 70-73.

¹⁸⁷ ROSSI, Paolo. O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias; tradução Nilson Moulin. - São Paulo: Editora UNESP, 2010. 240 p.

¹⁸⁸ AMBIEL, O novo grito... p. 207.

¹⁸⁹ Valter Diogo Muniz. Divulgação Veja/2013.

Uma vez identificado o local, após demasiado esforço, busca, escavação e, por fim, a retirada da urna da coluna do edifício, todos ficaram muito gratificados. Na verdade, como salienta a autora, foi um momento de grande euforia para a equipe ao se deparar com corpo muito bem conservado: "a descoberta do corpo da imperatriz D. Amélia, que talvez seja um dos corpos mais bem preservados já encontrados no Brasil".¹⁹⁰ Com isso, restou comprovado que no seu funeral ocorreu o processo de mumificação. A pesquisadora conclui, ainda, que "o fato de termos encontrado seu corpo preservado foi um prêmio não só para a arqueologia, como para a ciência brasileira".¹⁹¹

Nesse sentido, é sempre interessante e fundamental o resgate da memória, além da história da vida de D. Amélia ter ficado esquecida quando se trata do Período do Império Brasileiro. Após a sua morte foi possível, ainda, trazer novas contribuições para o conhecimento de nossa história, pois com o trabalho de recuperação e adequação de sua cripta, todo o monumento viria a ser repensado anos depois.

2.2 Instituições na formação do império

Apesar de ser instituída por D. Pedro I, a IOR se tornou conhecida e obteve grande número de concessões com D. Pedro II. Afinal, após dois anos do decreto, na ocasião do matrimônio com D. Amélia, o imperador abdicou do trono em 1831. É possível observar, a par da abdicação, que a conjuntura da segunda metade do Século XIX contribuiu para este número elevado de agraciados com a IOR, como veremos a seguir.

Na ocasião da independência, registro da *Gazeta do Rio de Janeiro*, tem-se que: "O Brasil, Senhor, era hum Reino dependente do de Portugal; hoje he hum vasto Imperio, que feixa o circulo dos Povos livres da America: era Colonia dos Portuguezes, hoje he Nação [...]."¹⁹² A abdicação do trono "tratava-se de fato, de um acontecimento quase tão importante quanto da independência, se não mais: o país passava a se autogovernar".¹⁹³ Em outras palavras, um processo de amadurecimento e fortalecimento do país como nação era visto como fundamental naquele período.

¹⁹⁰ AMBIEL, O novo grito... p. 212.

¹⁹¹ AMBIEL, O novo grito... p. 93.

¹⁹² *Gazeta do Rio de Janeiro*, nº 153, 21 de dezembro de 1822.

¹⁹³ CARVALHO, José Murilo de. *A construção nacional: 1830-1889*, volume 2. Coordenação José Murilo de Carvalho. 1ª ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012. (História do Brasil Nação: 1808-2010; 2), p. 87.

Desta forma, ao longo da década de 1830, o Brasil, governado pela Regência, precisou enfrentar consideráveis revoltas em regiões por todo o país. Dentre as que tiveram maior duração estão a Cabanagem, no Pará; a Balaiada, no Maranhão; a Sabinada e a Revolta dos Malês, na Bahia e a Guerra dos Farrapos, no sul. Além disso, o Brasil era formado por grupos políticos (divididos entre liberais e conservadores) onde cada qual buscava, imensamente, um poder que pudesse efetivamente atingir os seus objetivos: “o meio letrado e político [...] passou a refletir por meio de uma perspectiva histórica sobre a necessidade de enfatizar a ruptura do legado de Portugal”.¹⁹⁴

Nesse período, foram instauradas instituições de grande importância para o império como, por exemplo: o Colégio D. Pedro II e o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). O propósito visava a manutenção de um poder centralizado, bem como incentivar a construção de um ideal de nação. Por meio do chamado Golpe da Maioridade¹⁹⁵, em 1840, que o partido conservador tendo como D. Pedro II a frente do poder, daria continuidade a este projeto de formação da identidade nacional.

Manoel Luís Salgado Guimarães, em *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*¹⁹⁶, afirma ser a história um fenômeno típico do Século XIX, uma vez que o discurso historiográfico ganhou contornos de cientificidade e o historiador adquire o estatuto de pesquisador. Assim, logo após ter passado pelo processo de independência, o Brasil carecia de alcançar a consolidação do Estado Nacional, viabilizada por intermédio de um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada.

Manoel Guimarães afirma que a criação do IHGB, em 1838, aponta na direção da materialização deste empreendimento. Uma vez implantado o Estado Nacional, o próximo passo a ser tomado seria o delineamento de um perfil para a Nação Brasileira. Francisco Adolfo Vamhagen, em carta ao imperador Dom Pedro II, explicitou os fundamentos definidores da Identidade Nacional Brasileira enquanto herança da colonização europeia.

De forma direta, Guimarães assinala que ao ser definida a Nação Brasileira, enquanto representante da ideia de civilização no Novo Mundo, esta mesma historiografia definiria os excluídos deste projeto por não serem portadores da noção de civilização: indígenas e negros. O conceito de nação era restrito aos brancos. O IHGB visava dar conta de uma gênese da Nação

¹⁹⁴ NEVES, Lúcia M. Bastos P. Estado e política na independência. In: O Brasil Imperial, vol. 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 99.

¹⁹⁵ Vide REZZUTTI, 2019, p.107.

¹⁹⁶ GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional. Revista Estudos Históricos, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

Brasileira, inserindo-a numa tradição de civilização e progresso, bem como em ideias tipicamente iluministas.

Manoel Guimarães examina uma lista dos 27 (vinte e sete) fundadores do IHGB, concluindo que a maioria desempenhava funções no aparelho de Estado, tais como: magistrados, militares e burocratas. Parte dessa geração havia nascido em Portugal e vieram ao Brasil no contexto das transformações ocorridas na Europa, em virtude da invasão napoleônica na Península Ibérica. As mudanças em curso no IHGB se materializaram nos estatutos promulgados em 1851, em torno da temática indígena. O debate entre a literatura e a história argumentava sobre a viabilidade da Nacionalidade Brasileira estar representada pelo indígena. O autor aponta que os estatutos de 1851 deixaram visíveis as relações entre o IHGB e a monarquia, definindo o imperador como seu novo protetor. Assim, o IHGB teria como base:

A ideia da história nacional como forma de unir, de transmitir um conjunto único e articulado de interpretações do passado, como possibilidade de atuar sobre o presente e o futuro. A Nação como unidade homogênea como resultado de uma interpretação orgânica entre as diversas províncias, este o quadro a ser desenhado pelo historiador.¹⁹⁷

Seu projeto visava definir, em prol da instituição, o papel de única e legítima instância para escrever a história do Brasil, além de garantir o caráter da Nação Brasileira. Guimarães destaca que os primeiros passos, no sentido da elaboração de uma história do Brasil, foram dados por Januário da Cunha Barbosa, em 1840, ao definir o prêmio que melhor elaborasse um plano para se escrever a história do Brasil. Em 1847, o texto premiado foi o do alemão von Martius, revestido de caráter pragmático e capaz de garantir uma identidade à nação, calcada na fusão das três raças, lançando os alicerces para a construção do mito da Democracia Racial Brasileira. Ainda assim, observados o branco e o indígena, von Martius deu pouca atenção ao negro, reflexo de uma tendência que colocava este como fator de impedimento ao processo de civilização.¹⁹⁸

Apesar das necessárias adaptações às conjunturas nacionais e internacionais no sentido de reunir, ordenar, publicar ou arquivar os documentos necessários para a História e a Geografia do Brasil, pode-se verificar que os objetivos desta instituição, estabelecidos no artigo 1º do Estatuto de 1838, são mantidos até hoje.¹⁹⁹

¹⁹⁷ GUIMARÃES, Nação e Civilização... p. 14.

¹⁹⁸ GUIMARÃES, Nação e Civilização... p. 16-17.

¹⁹⁹ Sobre a fundação do Instituto, o cônego Januário da Cunha Barbosa e o marechal Raimundo José da Cunha Matos apresentaram ao Conselho a proposta da criação, oferecendo as bases para esta associação em sessão da Sociedade Auxiliadora da Indústria Nacional no dia 18 de agosto de 1838. No dia seguinte, em uma nova sessão,

A IOR seria, assim, um valioso instrumento neste novo meio social e político que também se formava, ou seja, um conjunto de intelectuais e letrados movidos a publicar e relatar a história do Brasil. Muitos destes receberiam a comenda como reconhecimento de seu compromisso com o Império.

Outro fato determinante ocorrido na outra metade do Segundo Reinado foi a chamada Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870) entre Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai, mais conhecida como a Guerra do Paraguai - conforme veremos com mais detalhes no tópico a seguir. Ainda que seu governo não fosse a favor, o imperador foi a frente das operações, sendo "o primeiro dos voluntários da pátria (...) um dos poucos brasileiros a ter ânimo para ir à guerra".²⁰⁰ Como bem sabemos, nem todos eram voluntários, muitos eram "encarcerados, pobres e escravizados". No entanto, por meio deste artifício, D. Pedro II também buscava incentivar o patriotismo dos brasileiros.

Desta forma, nada mais fomentador de ideais patrióticos que um conflito como este, fixado como uma das glórias nacionais na historiografia sobre o confronto produzidas pelo IHGB. Assim, a memória da Guerra do Paraguai foi, também, um instrumento importante na construção de uma Identidade Nacional, que se buscava deixar como legado da monarquia. Da mesma forma e inserida neste viés, a IOR teria o seu valor simbólico no quesito representar o "dever cumprido". Tanto durante o período do confronto como no pós-guerra, a origem de muitos dos agraciados seria representada através da insígnia, pois "em dois anos de guerra, 1866 e 1867, foram feitos 2.252 cavaleiros, 528 oficiais, 192 comendadores, 65 dignitários, 4 grandes dignitários e 27 grã-cruzes".²⁰¹ Esta, portanto, foi uma forma que o imperador encontrou de justificar e reconhecer os serviços prestados à pátria aos envolvidos no conflito, o que para muitos não faria diferença, já que os prejuízos com o conflito foram imensos.

Neste momento cabe esclarecer que, quando se menciona a concessão da IOR, bem como das outras ordens, o imperador fornecia uma carta ao agraciado. Esta, chamada Carta de Nomeação, detalhava o nome do agraciado e o grau concedido, contendo o selo do império e a

ocorreram as eleições para o Conselho Diretor, em que a proposta de criação do IHGB foi aprovada com unanimidade. Na semana seguinte, no dia 25 de agosto de 1838, personalidades foram convidadas para se tornarem sócios fundadores. No mês seguinte, na sessão do dia 15 de setembro, foram comunicados os nomes das personalidades que aceitaram ser sócios do IHGB. Por fim, na Assembleia Geral de 21 de outubro de 1838, às 11 horas, os 27 sócios fundadores reuniram-se, sob a presidência do marechal Francisco Cordeiro da Silva Torres, e declararam fundado o IHGB. Ver em: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. 2022. Disponível em: <https://www.ihgb.org.br/>. Acesso em: 31 ago. 2022.

²⁰⁰ REZZUTTI, Paulo. D. Pedro, a história não contada. 1. ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2015, p. 270.

²⁰¹ TORRES, Lygia Lemos. Imperatriz Dona Amélia. Sociedade Brasileira de Geografia e História da Bahia. São Paulo, 1947, p. 89.

assinatura do imperador. Em posse deste documento o agraciado poderia buscar os ourives, autorizados pelo governo imperial, para que fosse moldada a insígnia em questão (situação a qual dependeria muito da situação financeira do agraciado). Por isso, muitos não chegaram a ter a comenda em seu estado físico, somente a Carta de Nomeação. No caso dos agraciados estrangeiros, a carta era habitualmente entregue com a comenda.

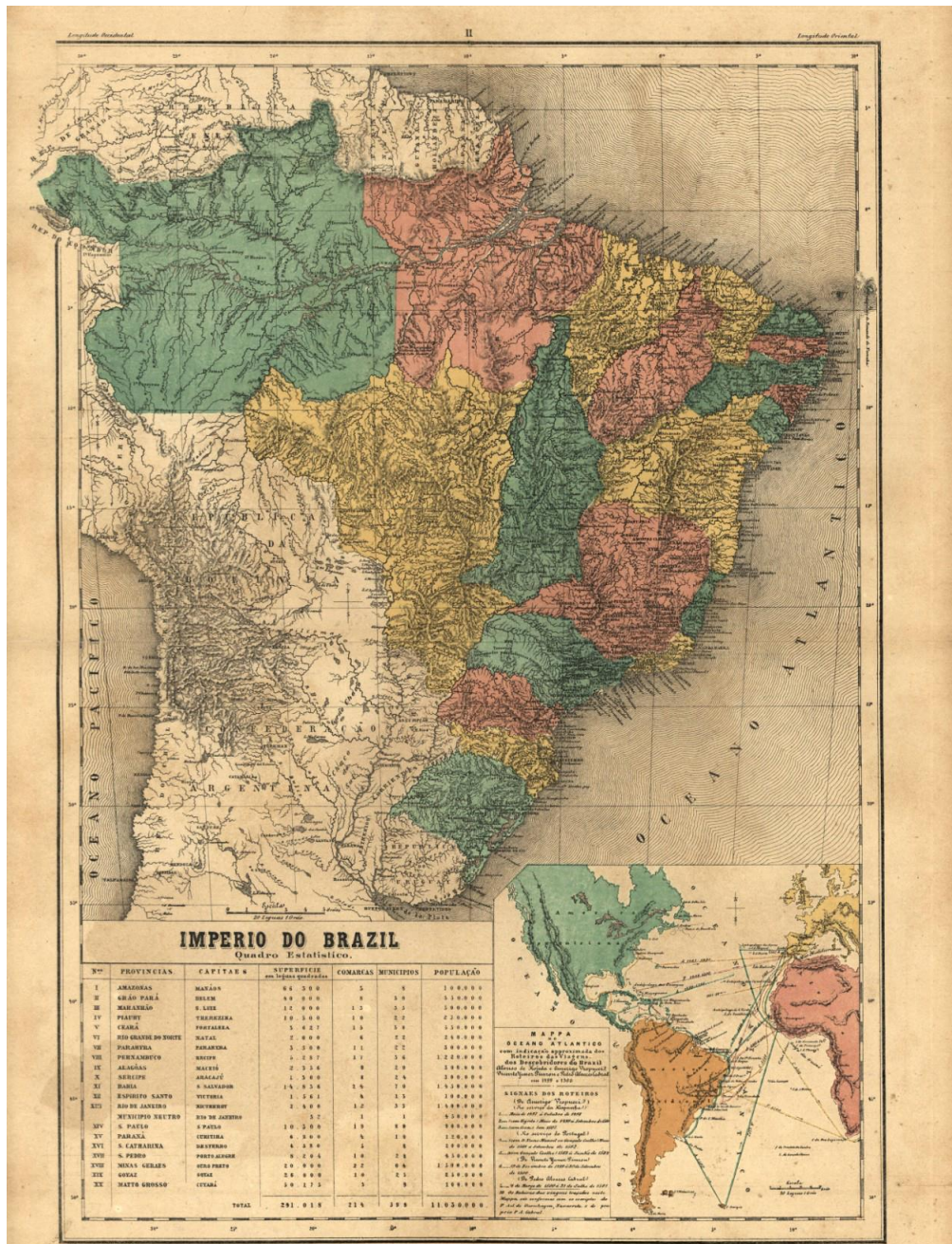


Imagem 18: Mapa do Brasil Império.²⁰²

²⁰² Atlas do Império, 1868. Primeiro Atlas escolar do Brasil, dedicado aos alunos de escolas públicas, sobretudo o Colégio Pedro II. Seu autor, Cândido Mendes de Almeida.

Na medida em que os Estados vizinhos (outrora colônias do Império Espanhol) iam conquistando as suas independências, as emancipações resultaram numa descentralização que culminou com a formação de diversos Estados - fato totalmente distinto do que ocorreu com a América Portuguesa. O Brasil, por sua vez, ao conquistar sua independência, manteve-se coeso. Apesar do extenso território a ser administrado e das diversas revoltas ocorridas internamente, o império sufocou tais rebeliões e impediu que novos Estados fossem criados com uma provável implosão do Brasil. A descendência portuguesa, mantida para ocupar o trono do Império do Brasil na pessoa do imperador D. Pedro, além do legado recebido com a vinda da Família Real Portuguesa e sua corte em 1808, proporcionou ao nosso país uma dinâmica centralizadora de administração. Passadas as insurreições na primeira metade do Século XIX, bem como as diversas campanhas militares na Região do Prata - especialmente a campanha na Guerra do Paraguai, já na segunda metade deste século - o advento da República, em 1889, ocorreu de modo a manter o princípio da unidade da Pátria Brasileira.

Portanto, as Forças Armadas Brasileiras, constituídas no Período do Império pela Marinha e pelo Exército - uma vez que a Força Aérea foi criada, apenas, em 1941 - foram de extrema importância no processo de consolidação do Império e do Estado Brasileiro. Sendo assim, levamos em consideração a apreciação do Exército Brasileiro na formação da Nacionalidade Brasileira.

Gilberto Freyre, em *Nação e Exército*²⁰³, busca sintetizar a integração do Exército no seio da sociedade brasileira, caracterizada por uma Monarquia Constitucional e regime econômico escravocrata.

O Século XIX, no Brasil, foi de bastante tensão no que se refere à formação da nacionalidade. Nesse sentido, o Exército, instituição de Estado no Brasil, tornou-se responsável em contribuir para a celeridade do processo de fusão nacional, agregando as mais diversas raças e classes existentes no seu território. A Guerra do Paraguai, maior conflito armado internacional ocorrido na América do Sul, travado entre o Paraguai e a Tríplice Aliança, composta pelo Império do Brasil e pelas Repúblicas da Argentina e do Uruguai, no período de 1864 a 1870, contribuiu significativamente para lançar luzes sobre a inserção dos negros no contexto da Nacionalidade Brasileira.

A entrada do Brasil na Guerra do Paraguai - além do natural emprego do negro escravizado nas fileiras do Exército, para defender os interesses do território brasileiro na disputa de poder regional da América do Sul - contribuiu, significativamente, para a ruína das

²⁰³ FREYRE, Gilberto. *Nação e Exército*. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019.

bases que sustentavam a escravidão no fato de o país ter levado soldados para uma guerra que, com o término, provocaria uma discussão natural sobre o destino destes combatentes (na maioria negros).

Não à toa, um ano após o término da guerra, mais precisamente no dia 28 de setembro do ano de 1871, é sancionada a Lei nº 2.040, a qual recebe o título de “Lei do Ventre Livre”. Nesta, a princesa imperial regente, em nome de Sua Majestade, o imperador D. Pedro II, e sob o decreto da Assembleia Geral, declara de condição livre “os filhos de mulher escrava que nascerem desde a data desta lei, libertos os escravos da Nação e outros, e providencia sobre a criação e tratamento daqueles filhos menores e sobre a libertação anual de escravos”.²⁰⁴

Gilberto Freyre afirma que a característica da formação brasileira fora portuguesa e o Exército buscou manter-se no seio da sociedade como força de coordenação de contrários. O autor destaca que sem senso de responsabilidade e culto de disciplina não há exército, nem há nação. Durante o Período Monárquico, Freyre ressalta que os oficiais do Exército Brasileiro se recusaram a perseguir e capturar escravos fugidos (já tão brasileiros quanto seus senhores brancos) que interessavam a um pequeno grupo de particulares, não à comunidade nacional. Na visão do autor, os líderes militares mais esclarecidos preferiram que a instituição fosse menos paternalista e mais democrática, juntando-se aos civis que antecipavam uma tendência democrática.²⁰⁵

Para Freyre, o exército é o retrato mais fiel do seu povo, quer seja na análise dos seus recursos humanos, quer seja na composição do seu material bélico. A instituição procura agregar o “brasileiro de responsabilidade pública, empenhado em verdadeiramente servir à sua gente”.²⁰⁶ O autor cita que a melhor lição dada pelas Forças Armadas às demais organizações brasileiras decorre da valorização do homem, de todos, do soldado e não, apenas, do oficial.²⁰⁷

O processo de formação do país não foi nada simples. Na verdade, foi um longo período de construção, entre conflitos e divergências de cunho político e social. Apesar do registro do dia 7 de setembro de 1822, o percurso para o país independente perpassaria por muitos percalços.

Não obstante, não seria intenção trazer todo este processo à tona, pois certamente demandaria um trabalho minucioso de detalhes e referências. Entretanto, é importante nos localizar neste contexto para adentrar no processo de formação da Nação Brasileira.

²⁰⁴ BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Lei Nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm>. Acesso em 8 de março de 2022.

²⁰⁵ FREYRE, Nação e Exército p. 15-21.

²⁰⁶ FREYRE, Nação e Exército p. 32.

²⁰⁷ FREYRE, Nação e Exército p. 35.

2.3 Memória x Identidade Nacional

As cidades oferecem um imenso material para entendermos um pouco mais da identidade da sociedade local ou, pelo menos, do que se optou por manter preservado de seu passado. Elsa Peralta define que determinadas cidades representam um "[...] recurso à oficialização de uma memória coletiva deliberadamente desenhada para simbolizar a unidade nacional, garantir a legitimidade do Estado".²⁰⁸ Mauricio Abreu descreve que "a memória de um lugar, a memória de uma cidade, é, portanto, uma memória coletiva".²⁰⁹ Para tanto, um acontecimento de grande importância como a Independência do Brasil teria seu espaço mais que reservado na memória do povo brasileiro e, de forma ainda mais particular, onde ocorreu o tão famoso "Grito do Ipiranga", na cidade de São Paulo.

Este espaço, que hoje identificamos como o Monumento do Ipiranga, recebe a visita de muitos curiosos e turistas. Da mesma forma, muitas pessoas passam pelo local sem saber, exatamente, sobre o que se refere tal construção.



Imagem 19: Monumento do Ipiranga.²¹⁰

²⁰⁸ PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. Arquivos da Memória, n.2. Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa: 2007, p. 9.

²⁰⁹ ABREU, Maurício de Almeida. Sobre a memória das cidades. Revista da Faculdade de Letras, v. 14, Porto, pp 77-97, 1988, p. 82.

²¹⁰ Eduardo Knapp out./2011 - Folhapress.

Valdirene do Carmo Ambiel²¹¹, historiadora e arqueóloga, publicou o livro *O novo grito do Ipiranga*, onde detalha o trabalho acerca da exumação dos corpos do imperador D. Pedro I e das imperatrizes D. Leopoldina e D. Amélia. O trabalho foi executado por uma equipe de historiadores e biomédicos, realizado ao longo de 7 (sete) meses dentro deste monumento, e diversas foram as suas contribuições.

Assim sendo, a proposta foi de visitar este monumento (ainda que de forma breve) com um olhar mais atento ao motivo de sua criação e verificar a sua representação diante da cidade São Paulo. Objetivou-se analisar de que maneira houve a intenção de formar uma memória coletiva dos cidadãos brasileiros ao deparar com as imagens ali construídas e, sobretudo, observar a edificação da cripta, onde seriam resguardados os restos mortais do imperador D. Pedro I, da imperatriz D. Leopoldina e, anos depois, de D. Amélia.

Para que uma pesquisa deste porte fosse iniciada, Valdirene Ambiel e equipe precisaram percorrer um processo moroso de, aproximadamente, 3 (três) anos, para que todas as autorizações e registros fossem obtidos junto aos órgãos responsáveis. Entre estes, os representantes da própria Família Imperial, a prefeitura da cidade de São Paulo, o Departamento da Universidade de São Paulo, o qual é responsável pelo monumento do Ipiranga e a Superintendência Regional do IPHAN de São Paulo.²¹²

Para realizar a pesquisa de campo na Cripta Imperial, em fevereiro de 2012, isto é, quando a exumação foi efetivamente realizada, a equipe delimitou uma sequência a ser seguida. Inicialmente foram verificados os remanescentes humanos de D. Leopoldina, que chegaram ao Monumento à Independência, na cidade de São Paulo, em outubro de 1954, como parte das comemorações do IV centenário do município, estando ainda o corpo na sua urna original de 1826. Posteriormente foi a vez de análise dos remanescentes humanos de D. Pedro I, que faleceu em Portugal como duque de Bragança e, para alguns, como rei Pedro IV de Portugal, em 1834. O traslado do corpo para o monumento do Ipiranga ocorreu em 1972.

A concretização de todo este trabalho teve um grande significado para a nossa história, no que diz respeito, inclusive, à comprovação de que ali realmente estavam os corpos dos imperadores do Brasil. Muitos, até aquele momento, “não acreditavam que ossos humanos pudessem estar preservados depois de tanto tempo”.²¹³ Para alguns, na verdade, toda aquela

²¹¹ Valdirene do Carmo Ambiel é historiadora, formada no Centro Universitário Assunção (UNIFAI), SP, 2009. Mestra em Arqueologia, formada no Museu de Arqueologia e Etnologia da Universidade de São Paulo, 2013. Doutoranda da faculdade de medicina da Universidade de São Paulo. É membro titular do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

²¹² AMBIEL, O novo grito... p. 142.

²¹³ Sobre a pesquisa arqueológica. Vide AMBIEL, O novo grito... p. 28.

cerimônia realizada durante os translados seriam urnas funerárias vazias; mais uma lenda ou, ainda, uma "propaganda de governo". Para quem interessar os detalhes, sem dúvida vale a pena se debruçar nesta pesquisa, que apresenta todos os detalhes das três urnas funerárias e seus achados.

A cidade de São Paulo do início do Século XIX era pacata e o número de moradores difícil de calcular, pois naquela época a grande maioria morava longe do centro, nas chamadas chácaras ou quintas.²¹⁴ Foi somente no Segundo Reinado que a cidade teve efetivo início de seu crescimento, com a ligação entre o planalto e o porto de Santos, além do surgimento das estradas de ferro impulsionado, principalmente, pelo café.

Além de determinar o ritmo de crescimento da cidade, o café também definia o ritmo de vida na cidade: as épocas do ano eram as da safra, da entressafra e da colheita; o comércio era movido pelo café e sofria as consequências de suas cotações; a cidade, as pessoas, sua sobrevivência e até o seu temperamento e conduta dependiam drasticamente da sorte de um único produto - o "ouro verde".²¹⁵

O Bairro do Ipiranga ou Ypiranga, localiza-se a, aproximadamente, 6 km do centro da cidade de São Paulo. Na ocasião da passagem de D. Pedro I tratava-se de grande espaço de campo, onde passava um pequeno riacho, afluente do Rio Tamanduateí, cujo nome era Ipiranga. Um pouco acima deste riacho havia uma pequena casa, que hoje conhecemos como a Casa do Grito.

A idealização por um monumento que fosse referência à Independência do Brasil já era preocupação do próprio D. Pedro I, ainda em 1823, quando preocupou-se em demarcar o local. Deste modo, "o Brasil transformava-se em uma nova nação, que acima de tudo necessitava de união, de identidade, símbolos que tivessem a capacidade de unir aquele território que, mesmo depois da separação de sua metrópole, estava se esfacelando."²¹⁶ Contudo, diante da falta de verba, o projeto não teve prosseguimento e, somente após 2 (dois) anos, uma pedra fundamental foi instaurada em 1825.

Muitos esforços foram feitos por Affonso d'Escragolle Taunay e pelo IHGB de São Paulo, mas só em 1921, bem perto do museu, operários que trabalhavam na escavação para abertura da Av. da Independência encontravam a urna e, dentro dela, a pedra fundamental de 1825.²¹⁷

²¹⁴ AMBIEL, Valdirene do Carmo. O novo grito do Ipiranga. São Paulo: Linotipo Digital, 2017. p. 104.

²¹⁵ SEVCENKO, Nicolau. Orfeu Estático na Metrópole. São Paulo, Cia. das Letras, 1992. Apud MATOS, Maria Izilda Santos de. Do público para o privado: Redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930). Cad. Pagu, (4) 1995: pp. 97-115. Unicamp, Campinas (SP)

²¹⁶ Sobre a construção do monumento. Vide AMBIEL, O novo grito... p. 107.

²¹⁷ AMBIEL, O novo grito... p. 109.

Decorrido um longo período na monarquia do que se fazer neste local e depois na própria República, sugeririam entre responsáveis e presidentes, discussões e iniciativas para então a realização de um edifício que trouxesse a memória do evento ocorrido no local.

Em cumprimento à Lei n. 1324, de 31 de Outubro de 1912, o Governo do Estado dirigiu-se ao Governo Federal, assim como aos Estados e Departamento da União, solicitando seu concurso para erecção do majestoso monumento nacional, que deve ser construído no ponto exacto em que foi proclamada a nossa independência politica.²¹⁸

E, assim como aconteceu um processo de reurbanização em outras cidades no início do Século XIX, de forma particular no Rio de Janeiro e São Paulo, o presidente Francisco de Paula Rodrigues Alves foi quem determinou a construção em 1912 do que temos hoje, o Monumento à Independência, atendendo a demanda necessária através de concurso.

Foi novamente aberto um concurso público, entre 1917 e 1920, e entre os concorrentes estavam os escultores italianos Nicola Rollo, cujo projeto era baseado no Arco do Triunfo, apoiado por nomes como Amadeu Amaral e Monteiro Lobato, e Ettore Ximenes, apoiado por Freitas Valle e Rangel Pestana, que já tinha experiência internacional: apresentara um projeto para o monumento ao czar Nicolau II da Rússia, cuja construção não foi concretizada por causa da Revolução Russa.²¹⁹

O ganhador foi Ettore Ximenes que recebeu a colaboração do arquiteto Manfredo Manfredi. A construção visava o estilo neoclássico de granito e bronze. O monumento retrata, além da "Independência ou Morte" outros acontecimentos da História Brasileira²²⁰, como a Inconfidência Mineira e a Revolução de Pernambuco, além das estátuas de personagens como o jornalista Hipólito José da Costa, José Bonifácio entre outros. Já a Cripta Imperial é localizada no subsolo do monumento, construída em 1952, para abrigar os restos mortais dos imperadores. Acabou se tornando um patrimônio histórico, como define François Choay:

A expressão designa um fundo destinado ao usufruto de uma comunidade alargada a dimensões planetárias e constituído pela acumulação continua de uma diversidade de objectos que congregam a sua pertença comum ao

²¹⁸ Monumento Nacional aos Heróis da Independencia [sic]. Mensagens do Governador de São Paulo para a Assembléia (SP) 1890 a 1930. Ano 1913, Hemeroteca Digital. Biblioteca Nacional.

²¹⁹ AMBIEL, O novo grito... p. 111.

²²⁰ Acerca da construção do monumento. Vide AMBIEL, O novo grito... p. 112.

passado: obras e obras-primas das belas artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e conhecimentos humanos.²²¹

As margens do córrego do Ipiranga, que no início do Século XIX era, somente, um local de passagem do imperador, se fez um local de referência da independência do país. Atualmente, abrange todo este grande conjunto arquitetônico, caracterizando a representação imponente de um marco histórico nacional, o Parque da Independência composto pelo: Museu do Ipiranga (Museu Paulista vinculado à Universidade de São Paulo); o Monumento à Independência; a Casa do Grito; o Museu de Zoologia e o Jardim Francês, com chafarizes e bosque.

Assim como muitos outros monumentos vinculados à nossa história, o Monumento do Ipiranga passou por uma grande deterioração, inclusive sofrendo pichações e outros cenários de descaso. Porém, nem sempre foi assim:

O local era parada obrigatória para chefes de Estado, em visita à cidade São Paulo, entre eles a rainha Elizabeth II da Inglaterra. [...] Os vários anos de abandono por parte dos órgãos responsáveis por sua preservação deixaram suas marcas, como goteiras e patologias nas estátuas de bronze.²²²



Imagem 20: Parte externa do Monumento do Ipiranga.²²³

²²¹ CHOAY, Françoise. Monumento e Monumento Histórico. In: A alegoria do patrimônio. São Paulo: Editora UNESP, 2011, p. 11.

²²² AMBIEL, O novo grito... p. 117.

²²³ Acervo particular Daniel Mata Roque.

Em 2022, o país celebrou 200 (duzentos) anos de sua Independência e de que forma seria possível resgatar a memória deste evento? Maurice Halbwachs ratifica que "é na sociedade que as pessoas adquirem normalmente as suas memórias. É também na sociedade que recordam, reconhecem e localizam as suas memórias".²²⁴

Sendo assim, mais uma vez as instituições de memória exercem seu papel. Em prol desta data comemorativa, foi criada, inclusive, uma comissão para atuar em diversas referências, como eventos e projetos em museus. Na ocasião da entrevista, em maio de 2019, Paulo Knauss, o então diretor do Museu Histórico Nacional localizado no Rio de Janeiro, enfatizou sobre esta comemoração e o movimento entre os museus:

A gente quer mobilizar a pessoa comum e compartilhar esse sentimento de ser brasileiro. Junto com isso, vem o conhecimento. Mas para que conhecer? Conhecer para saber como é que a gente se torna brasileiro. Você se sente brasileiro porque nós nos construímos como tal.²²⁵

O Monumento da Independência faz parte deste projeto e tem recebido especial atenção como um processo de restauração. Em 2000, houve uma pequena reforma interna. No ano de 2016, guiado pelo francês Antoine Amarger e mais 6 (seis) restauradores, outro processo de restauração ocorreu. Com muitas fissuras e sem contar com a presença de algumas peças, o restauro durou 2 (dois) meses, Este trabalho custou um "total de 1 milhão e 100 mil reais, dinheiro do fundo de proteção cultural e ambiental da capital de SP."²²⁶ Desde o dia 7 de setembro, o Museu do Ipiranga foi reaberto ao público.

A História do Brasil é imensamente rica e amplamente possível de ser revisitada, com a possibilidade de novas considerações e novos conhecimentos. O que nos faz refletir Le Goff quando destaca que "a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje".²²⁷ Ao trazer o Monumento da Independência para esta pesquisa, também se faz presente o resgate de memória do local onde foi se pensado e construído, bem como o morador local, a cidade e tudo que remete ao momento que originou nosso movimento de

²²⁴ HALBWACHS, Maurice. A memória coletiva. Tradução de Laurent Léon Shaffter. São Paulo: Vértice, 1990. Apud. PERALTA, Elsa. Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica. Arquivos da Memória, n.2. Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa: 2007.

²²⁵ Entrevista para a matéria Museus dão largada para celebrar os 200 anos de Independência. Publicada em 20/05/2019. Secretaria Especial da Cultura.

²²⁶ Matéria Monumento da Independência volta a ser exposto no Parque do Ipiranga. Exibição em 9 Nov 2016. Globoplay.

²²⁷ LE GOFF, História e memória. p. 435.

independência como nação. A historiadora do Museu Paulista, Cecília Helena de Salles Oliveira, busca sintetizar o significado do Monumento do Ipiranga:

Pode ser interpretado como expressão mais acabada da reificação do fato Independência, fragmento do passado, datado, localizável e explicável por si mesmo. Celebrava, em momento histórico marcado por profunda reavaliação da monarquia, a positividade no Império e projetava uma leitura renovada da história do Brasil por consolidar a imagem de que vínculos indissolúveis atrelavam os destinos nacionais aos destinos de São Paulo.²²⁸

Agora, completos 200 (duzentos) anos deste acontecimento, podemos analisar como um monumento histórico, representado através de uma edificação, toda uma localidade e região que pode, perfeitamente, ser transformada pela institucionalização da memória. Ainda inseridos nesse contexto, podemos considerar o que está além do monumento como, por exemplo, retirar do esquecimento outra personagem da nossa história, a imperatriz D. Amélia de Leuchtenberg.

Diante do exposto, fica evidente a complexidade do processo de formação da Nação Brasileira, iniciado a partir da independência do país. De modo convergente, instituições tiveram um papel crucial para que este projeto fosse posto em prática e tivesse os resultados desejados para o Império do Brasil. A partir de agora, apreciaremos as fontes pesquisadas que revelaram o quantitativo, bem como o perfil qualitativo das personalidades brasileiras agraciadas com a IOR.

²²⁸ OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. Delimitação do lugar do “grito” propostas e contradições. In Museu Paulista: Um Monumento do Ipiranga. Organização Heloisa Barbuy. São Paulo: Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, 1997, p.223.

3 AS CONCESSÕES DA IMPERIAL ORDEM DA ROSA

O objetivo desse capítulo é apresentar os dados extraídos de fontes imprescindíveis para análise da distribuição da Imperial Ordem da Rosa, no Brasil. A metodologia adotada buscou valorizar os textos impressos ou escritos no Período Imperial, no caso das *Ordens Honoríficas do Império do Brasil*, de 1884, e das Ordens do Dia do Exército Brasileiro em operações na Guerra do Paraguai (1865 a 1870). O *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*, escrito em 1918, no período da Primeira República, complementa o acervo documental utilizado na presente pesquisa.

No livro *Organização das Ordens Honoríficas do Império do Brasil*, publicado em 1884 por Artidoro Augusto Xavier Pinheiro, são descritas as Ordens Honoríficas que entraram em vigor no Brasil, desde a chegada da Família Real e sua corte até o período do Brasil Império. Nesta fonte do Período Imperial Brasileiro, são detalhados os mais diversos decretos de regulação dos procedimentos estabelecidos sobre as ordens.

Além disso, o autor apresenta a quantidade de condecorações concedidas por D. João VI, D. Pedro I e D. Pedro II. Neste contexto, são divulgados os números por ano e por cada grau de cada uma das 6 (seis) comendas. Por fim, Artidoro Pinheiro apresenta desenhos representativos de cada um dos graus das Ordens Honoríficas do Brasil. Esta obra cresce de importância por ser uma fonte do Período do Império do Brasil, permitindo também a realização de análises e comparações de todas as ordens em vigor neste período.²²⁹

O *Archivo Nobiliarchico Brasileiro* foi organizado por Rodolfo Smith de Vasconcellos e José Smith de Vasconcellos, barões de Vasconcellos e Smith de Vasconcellos. Este livro foi publicado no ano de 1918, na cidade Suíça de Lausanne, e está disponibilizada no Acervo Digital da Biblioteca Nacional como obra rara. Em suas linhas inaugurais, os autores dedicam a obra a Dom Luiz de Orléans Bragança, segundo filho da princesa Isabel e do príncipe francês Gastão de Orléans, Conde d'Eu (neto de D. Pedro II). Livro dedicado a expor, em ordem alfabética do título, todos os nobres brasileiros descritos pelos autores como “não uma casta que o Império criou, mas sim a verdadeira aristocracia do saber, da virtude, da bravura e da honra, de que a mocidade herdou o exemplo, e que a ela cumpre não deixar extinguir”.²³⁰ O

²²⁹ PINHEIRO, Artidoro Augusto Xavier. *Organização das Ordens Honoríficas do Império do Brasil*. São Paulo: Bibliotheca do Senado, 1884.

²³⁰ VASCONCELLOS, Rodolfo Smith de; VASCONCELLOS, José Smith de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, dedicatória. Disponível em: <http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or375242/or375242.pdf>. Acesso em 27 de setembro de 2022.

livro começa com a genealogia a partir de D. Pedro I, fazendo uma síntese da biografia dos imperadores brasileiros. Em seguida, cada um dos nobres é apresentado e informações como local de nascimento, morte, profissão, título recebido, cargos desempenhados, dentre outros dados são fornecidas ao leitor.

Outro acervo analisado foram as Ordens do Dia do Exército Brasileiro, escritas durante o transcurso da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. O conjunto documental é constituído por 9 (nove) arquivos, distribuídos no período de 1865 a 1870, totalizando 4.536 (quatro mil, quinhentas e trinta e seis) páginas, distribuídos da seguinte forma:

Ordens do Dia de Nr 1 a 49, primeiro volume, de 21 de agosto a 29 de dezembro de 1865, do Comando em Chefe do Exército em Operações na Província de São Pedro do Sul, Tenente-General Manoel Marques de Souza, então Barão de Porto Alegre durante a guerra e posterior Conde, documento com 324 (trezentas e vinte e quatro) páginas.

Ordens do Dia de Nr 1 a 113, primeiro volume, de 1º de março a 30 de dezembro de 1865, do Comando em Chefe do Exército em Operações na República do Uruguai, Brigadeiro Manoel Luiz Ozório, Marquês do Herval, documento com 536 (quinhentas e trinta e seis) páginas.

Ordens do Dia de Nr 114 a 161, segundo volume, de 3 de janeiro a 15 de junho de 1866, do Comando em Chefe do Exército em Operações na República do Paraguai, General Manoel Luiz Ozório, Marquês do Herval, documento com 643 (seiscentas e quarenta e três) páginas.

Ordens do Dia de Nr 1 a 96, de 18 de novembro de 1866 a 30 de junho de 1867, do Comando em Chefe de todas as forças brasileiras em Operações contra o Governo do Paraguai, Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, então Marquês de Caxias durante a guerra e posterior Duque, documento com 732 (setecentas e trinta e duas) páginas.

Ordens do Dia de Nr 1 a 22, de 15 de julho de 1866 a 10 de maio de 1867, do Comando em Chefe do Primeiro Corpo do Exército em Operações na República do Paraguai, General Polydoro da Fonseca Quintanilha Jordão, documento com 447 (quatrocentas e quarenta e sete) páginas.

Ordens do Dia de Nr 97 a 171, segundo volume, de 2 de julho a 30 de dezembro de 1867, do Comando em Chefe de todas as Forças Brasileiras em Operações no Paraguai, Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, documento com 665 (seiscentas e sessenta e cinco) páginas.

Ordens do Dia de Nr 172 a 225, terceiro volume, de 2 de janeiro a 30 de junho de 1868, do Comando em Chefe de todas as Forças Brasileiras em Operações no Paraguai, Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, documento com 575 (quinhentas e setenta e cinco) páginas.

Ordens do Dia de Nr 226 a 275, quarto volume, de 30 de julho de 1868 a 9 de fevereiro de 1869, do Comando em Chefe de todas as Forças Brasileiras em Operações no Paraguai, Marechal Luiz Alves de Lima e Silva, documento com 521 (quinhentas e vinte e uma) páginas.

Ordens do Dia de Nr 1 a 10, de 18 de abril a 15 de agosto de 1870, do Comando em Chefe de todas as Forças Brasileiras em Operações no Paraguai, Marechal de Exército Príncipe Conde d'Eu, documento com 93 (noventa e três) páginas.

3.1 A distribuição da IOR no Brasil

As condecorações no Brasil Imperial careciam de selos que deveriam ser pagos para a obtenção de alguma das ordens existentes. Caso o agraciado recebesse alguma comenda de graus superiores, deveria pagar o valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do selo correspondente aos graus inferiores que ele não tivesse sido condecorado. Em especial, os Oficiais do Exército, da Marinha e Guarda Nacional eram isentos do pagamento de selo, mas essa condição dependia da declaração que os serviços prestados foram militares no decreto de concessão da comenda, conforme disposto na Lei nº 576, de 6 de setembro de 1850, e na Lei nº 719, de 28 de setembro de 1853.²³¹

GRAU	VALOR (em Réis)
Grã-Cuz (qualquer ordem)	630\$000 (630 mil réis)
Grande Dignitário (Somente IOR)	500\$000 (500 mil réis)
Dignitário (IOR e Ordem do Cruzeiro)	390\$000 (390 mil réis)
Comendador (Somente IOR)	280\$000 (280 mil réis)
Oficial (IOR e Ordem do Cruzeiro)	220\$000 (220 mil réis)
Comendador (outras Ordens)	180\$000 (180 mil réis)
Cavaleiro (qualquer Ordem)	110\$000 (110 mil réis)

Tabela 1: Valor dos selos correspondentes ao pagamento de condecorações (por grau).²³²

²³¹ PINHEIRO, Organização das Ordens... p. 28.

²³² PINHEIRO, Artidóro Augusto Xavier. Organização das Ordens Honoríficas do Império do Brazil. São Paulo: Bibliotheca do Senado, 1884, p. 28.

Primeiramente, através da apreciação da Tabela 1, pode-se perceber que somente a Imperial Ordem da Rosa possuía o grau *Grande Dignitário*. Além desse aspecto, apenas a IOR e a Imperial Ordem do Cruzeiro possuíam os graus *Dignitário* e *Oficial*.

Um aspecto interessante em ser identificado é o fato do selo no grau *Comendador* da IOR possuir um valor maior do que o mesmo grau nas demais ordens. Enquanto o selo deste grau para a IOR valia 280 (duzentos e oitenta) mil réis, para as outras ordens custavam 180 (cento e oitenta) mil réis, ou seja, uma diferença de 100 (cem) mil réis.

Por fim, o valor dos selos do grau mais elevado, no caso *Grã-Cruz*, e no grau mais inferior, denominado *Cavaleiro*, eram os mesmos para todas as Ordens Honoríficas do Império do Brasil.

Na Tabela 2 estão distribuídas as 6 (seis) Ordens Honoríficas existentes no Brasil Império, ressaltando as três Ordens Portuguesas que foram nacionalizadas – São Tiago da Espada, De Cristo e São Bento de Avis – além das outras 3 (três) que foram criadas por D. Pedro I – Imperial do Cruzeiro, Dom Pedro I e da Rosa.

ORDENS	D. JOÃO VI (1808 – 1821)	D. PEDRO I (1821 – 1831)	D. PEDRO II (1837 – 1883)
São Tiago da Espada	104	9	1
De Cristo	4.084	2.630	6.616
São Bento de Avis	1.422	590	1.964
Imperial do Cruzeiro	-	1.174	1.020
Dom Pedro I	-	-	1
Da Rosa	-	189	14.284
Total	5.610	4.592	23.886

Tabela 2: Condecorações concedidas por imperador no Brasil.²³³

No período joanino, em que o Brasil era Colônia Portuguesa e sede do Governo Português e depois fez parte do Império de Portugal e Algarves, somente as 3 (três) comendas de origem portuguesa compuseram o universo das condecorações. Apenas com a ascensão de D. Pedro I e a consequente Independência do Brasil do Reino de Portugal e Algarves, foram criadas as Ordens *Imperial do Cruzeiro*, *Dom Pedro I* e *Da Rosa*.

²³³ PINHEIRO, Artidóro Augusto Xavier. Organização das Ordens Honoríficas do Império do Brasil. São Paulo: Bibliotheca do Senado, 1884, p. 29-35.

Das 3 (três) ordens de origem portuguesa, a *Ordem de Cristo* teve destaque quanto ao número de concessões nos três períodos apresentados. Já a Ordem de *São Tiago da Espada* foi a menos expressiva nos três períodos, enquanto a Ordem *Dom Pedro I* foi a que menos foi concedida, ou seja, só na condecoração do Duque de Caxias.

A IOR foi a condecoração mais concedida no Brasil Imperial (14.284 com D. Pedro II e 189 com D. Pedro I). Mesmo a *Ordem de Cristo*, somada nos três períodos teve 13.330 (treze mil, trezentas e trinta) concessões. Esse dado revela a preponderância da IOR, perante as demais comendas existentes no Brasil Império, em relação a quantidade de concessões efetuadas. No período do Primeiro Reinado, o número de concessões da IOR foi bastante razoável (189), tendo maior número de concessões tão-somente em relação à *São Tiago da Espada*. Uma ressalva deve ser feita, uma vez que a IOR foi criada em 17 de outubro de 1829, D. Pedro I pode entregar a comenda num período de 2 (dois) anos, isto é, até o ano de 1831.

A Tabela 3 retrata a importância dada pelos imperadores do Brasil e seu antecessor D. João VI à concessão de Ordens Honoríficas. Enquanto o Período Joanino durou 13 (treze) anos, englobando a Colônia Portuguesa na América e o Reino Unido de Portugal Brasil e Algarves, D. Pedro I governou por um período de 10 (dez) anos. Comparando a concessão de condecorações nestes dois períodos, fica perceptível a proporcionalidade existente na distribuição. Como a fonte é do ano de 1884, o recorte temporal utilizado para a análise das condecorações efetuadas no governo de D. Pedro II foi até o ano de 1883. Mesmo desconsiderado o período de 1884 a 1889, temos o registro de concessões honoríficas distribuídas por um período de 46 (quarenta e seis) anos, de 1837 a 1883.

	D. JOÃO VI (1808 – 1821)	D. PEDRO I (1821 – 1831)	D. PEDRO II (1837 – 1883)
Período de governo	13 anos	10 anos	46 anos
Quantidade de concessão de condecorações	5.610	4.592	23.886
Quantidade de condecorações distribuídas por ano	431	459	519

Tabela 3: Percentual de distribuição de concessões por ano.²³⁴

²³⁴ A Autora, 2022.

Tem-se que o período do Segundo Reinado teve a duração média de 4 vezes maior do que o Período Joanino e do que o Primeiro Reinado (se comparados isoladamente) ou 2 vezes maior do que a soma dos Períodos Joanino e do Primeiro Reinado (23 anos). O número de condecorações concedidas por D. Pedro II (23.9886) foi em torno de 4 vezes maior do que o Período Joanino (5.610) e do que o Primeiro Reinado (4.592) ou 2 vezes maior do que a soma das condecorações distribuídas nestes dois períodos (10.202).

Pode-se perceber que, em termos de média anual, D. Pedro II foi quem mais distribuiu comendas. No entanto, o número de concessões efetuadas no período do Segundo Reinado não é exagerado ou discrepante (519) em relação aos anteriores neste quesito de análise (431 e 459).

Neste momento, analisaremos com maior nível de profundidade as concessões da IOR durante o período do Segundo Reinado.

Na Tabela 4 pode ser observada a distribuição da IOR nos respectivos graus, durante o período do Segundo Reinado. O grau mais baixo na hierarquia da Ordem da Rosa é o grau de Cavaleiro. Com 8.743 (oito mil, setecentas e quarenta e três) entregas, o mencionado grau foi responsável por mais da metade do número total de concessões de todos os graus da IOR, correspondendo a um percentual de 61% (sessenta e um por cento).

Em seguida, o grau Oficial (3.697) corresponde a 26% (vinte e seis por cento) do número total de concessões da IOR. Já o grau Comendador (1.361) corresponde a 9,5% (nove e meio por cento) da quantidade total de condecorações com a IOR. Estes três graus mencionados foram distribuídos para mais de 1.000 (mil) pessoas.

Os demais graus tiveram números de concessões muito mais modestos. Somados os graus Dignitário, Grande-Dignitário e Grã-Cruz foram 483 (quatrocentos e oitenta e três) condecorados, aproximadamente 3,5% (três e meio por cento) do número total de agraciados com a IOR. Um fator, em especial, a ser apreciado é o fato do mais elevado grau da ordem, no caso Grã-Cruz (151), ter sido superior ao número de condecorados com o grau Grande-Dignitário (61).

GRAUS	QUANTIDADE	%
Cavaleiro	8.743	61%
Oficial	3.697	26%
Comendador	1.361	9,5%
Dignitário	271	2%
Grande-Dignitário	61	0,5%
Grã-Cruz	151	1%

Total	14.284	100%
--------------	---------------	-------------

Tabela 4: Concessões da IOR por grau durante o Segundo Reinado.²³⁵

No período compreendido entre 12 de outubro de 1864 a 1º de março de 1870 ocorreu a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. Na Tabela 5 pode ser observado o número de concessões da IOR, por grau, feitas no período deste conflito.

GRAUS	QUANTIDADE NA GUERRA	QUANTIDADE NO SEGUNDO REINADO	% GUERRA / SEGUNDO REINADO
Cavaleiro	4.152	8.743	47%
Oficial	730	3.697	20%
Comendador	290	1.361	21%
Dignitário	101	271	37%
Grande-Dignitário	10	61	16%
Grã-Cruz	30	151	20%
Total	5.313	14.284	37%

Tabela 5: Concessões da IOR durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.²³⁶

O número total de entregas da IOR efetuadas durante a Guerra do Paraguai foi 5.313 (cinco mil, trezentas e treze), ou seja, 37% (trinta e sete por cento) do total (14.284) de condecorações da IOR concedidas por D. Pedro II. Esse valor de pouco mais de um terço, num período de 6 (seis) anos, inserido num universo de 1841 a 1883, revela o quanto este período foi representativo para o crescimento no número de concessão das comendas no Segundo Reinado.

A distribuição do grau de Cavaleiro (4.152) representa 47% (quarenta e sete por cento) do total (8.743) de concessões deste grau da IOR efetuadas no Segundo Reinado, dado que pode ser entendido pelo fato de muitos militares terem sido condecorados durante o conflito. Os graus Oficial, Comendador e Grã-Cruz representam 20% (vinte por cento) do valor total do universo de cada grau concedido no Segundo Reinado. O grau Dignitário representa 37% (trinta e sete

²³⁵ PINHEIRO, Artidóro Augusto Xavier. Organização das Ordens Honoríficas do Império do Brazil. São Paulo: Bibliotheca do Senado, 1884, p. 32-33.

²³⁶ PINHEIRO, Artidóro Augusto Xavier. Organização das Ordens Honoríficas do Império do Brazil. São Paulo: Bibliotheca do Senado, 1884, p. 32-33.

por cento) e o grau Grande-Dignitário representa 16% (dezesseis por cento) do total de condecorações distribuídas por D. Pedro II.

Na Tabela 6, podemos observar os anos em que tivemos o maior número de concessões de ordens, respeitados os diversos graus. O grau de Cavaleiro teve os anos da Guerra do Paraguai como os três maiores em número de concessões (1870, 1867 e 1866). No caso do grau Dignitário, os dois anos com o maior número de concessões foram durante a guerra também (1866 e 1867). Com exceção do grau Grande-Dignitário, todos os outros graus configuraram ao menos em um dos anos com maior número de concessões da IOR.

Observando com mais atenção o ano de 1872, pode ser visto que neste período houve a concessão em grande quantidade dos diversos graus da IOR. Com o imediato pós-guerra, pode-se compreender que grande parte dos condecorados neste ano tiveram participação direta na maior guerra no âmbito da América do Sul.

GRAUS	Ano maior Nr	Ano 2º maior Nr	Ano 3º maior Nr
Cavaleiro	1870 (1.381)	1867 (1.295)	1866 (957)
Oficial	1860 (318)	1867 (275)	1854 (271)
Comendador	1872 (196)	1860 (117)	1867 (98)
Dignitário	1866 (35)	1867 (30)	1872 (28)
Grande-Dignitário	1872 (12)	1860 (6)	1845 (4)
Grã-Cruz	1872 (48)	1866 (18)	1878 (11)

Tabela 6: Anos com os maiores números de concessão da IOR (De 1841 a 1883).²³⁷

3.2 A nobreza brasileira e a IOR

Os títulos de nobreza seguiam uma hierarquia, tendo no Barão o título inferior, seguindo em ascendência Visconde, Conde, Marquês, até chegar no Duque, mais alto título de nobreza na Monarquia Brasileira. Neste sentido, o único Duque registrado no Arquivo Nobiliárquico agraciado com a IOR é o de Caxias, Luís Alves de Lima e Silva. O Duque de Caxias é o patrono do Exército Brasileiro e galgou todos os cinco títulos de nobreza do Brasil Império. Foi marechal; senador pelo Estado do Rio Grande do Sul, em 1845; Grande do Império; Ajudante de Campo de S. Majestade; Ministro da Guerra, em 1853; Presidente do Conselho gerindo a

²³⁷ PINHEIRO, Artidóro Augusto Xavier. Organização das Ordens Honoríficas do Império do Brazil. São Paulo: Bibliotheca do Senado, 1884, p. 32-33.

Pasta da Guerra (1856, 1861 e 1875) e Conselheiro de Estado, em 1870. Como militar, participou das campanhas no período de 1835 a 1842 contra as Revoluções na Bahia, Rio Grande do Sul, Maranhão, São Paulo e Minas Gerais.

No ano de 1851, Duque de Caxias participou da campanha contra Rosas comandando 18.000 (dezoito mil) brasileiros. Na Campanha do Paraguai foi comandante em chefe das Forças Brasileiras. Quanto às Ordens Honoríficas recebidas, além de Grã-Cruz da IOR, o Duque de Caxias era Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro, da Ordem de São Bento de Avis, da Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Villa Viçosa e único Grã-Cruz da Ordem de D. Pedro I (comenda reservada, apenas, aos príncipes de sangue).²³⁸ Cabe ressaltar que o pai do Duque de Caxias, o brigadeiro Francisco de Lima e Silva, compôs a Regência Trina Provisória e, em seguida, Trina Permanente, que governou o Brasil Regencial no período de 1831 a 1835.

Na Tabela 7 pode ser visualizada a quantidade total de 387 (trezentos e oitenta e sete) nobres condecorados com a IOR. Como mencionado no parágrafo anterior, o Duque de Caxias foi o único brasileiro condecorado com a IOR que alcançou este título de nobreza. Na sequência, o Brasil teve 12 (doze) marqueses agraciados com a IOR. De forma piramidal, quanto maior é o título de nobreza, menor é a quantidade dos que alcançaram os graus mais elevados. Como numa escala hierárquica, tendo na base o Barão, 243 (duzentos e quarenta e três) nobres foram agraciados com a IOR. Na sequência, o Brasil teve 91 (noventa e um) Viscondes e 22 (vinte e dois) Condes agraciados com a IOR. No Arquivo Nobiliárquico, 18 (dezoito) nobres agraciados com a IOR não possuem o título de nobreza respectivo. Por esse motivo, na referida tabela inserimos este campo para excluí-los dos demais campos atribuídos aos 5 títulos possíveis de nobreza no Brasil Império.

TÍTULO	QUANTIDADE DE CONDECORADOS
Não declarado	18
Barão	243
Visconde	91
Conde	22
Marquês	12
Duque	1
Total	387

Tabela 7: Nobres condecorados com a IOR por título de nobreza.²³⁹

²³⁸ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. p. 126-127.

²³⁹ VASCONCELLOS, Rodolfo Smith de; VASCONCELLOS, José Smith de. *Arquivo Nobiliárquico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

No Gráfico 1, em complemento à Tabela 7, pode ser mais bem projetada a ideia de que quanto maior é o título de nobreza, menor é a quantidade de nobres agraciados com a IOR, o que reforça a tese piramidal da nobreza brasileira, onde a base possui maior representação e o topo corresponde ao menor efetivo.

Em relação aos marqueses, em ordem alfabética do título de nobreza, o Brasil contou com os seguintes marqueses agraciados com a IOR: Abrantes, Baependy, Barbacena, Bomfim, Herval, Muritiba, Olinda, Paranaguá, Santa Cruz, São João da Palma, São Vicente e Sapucahy.

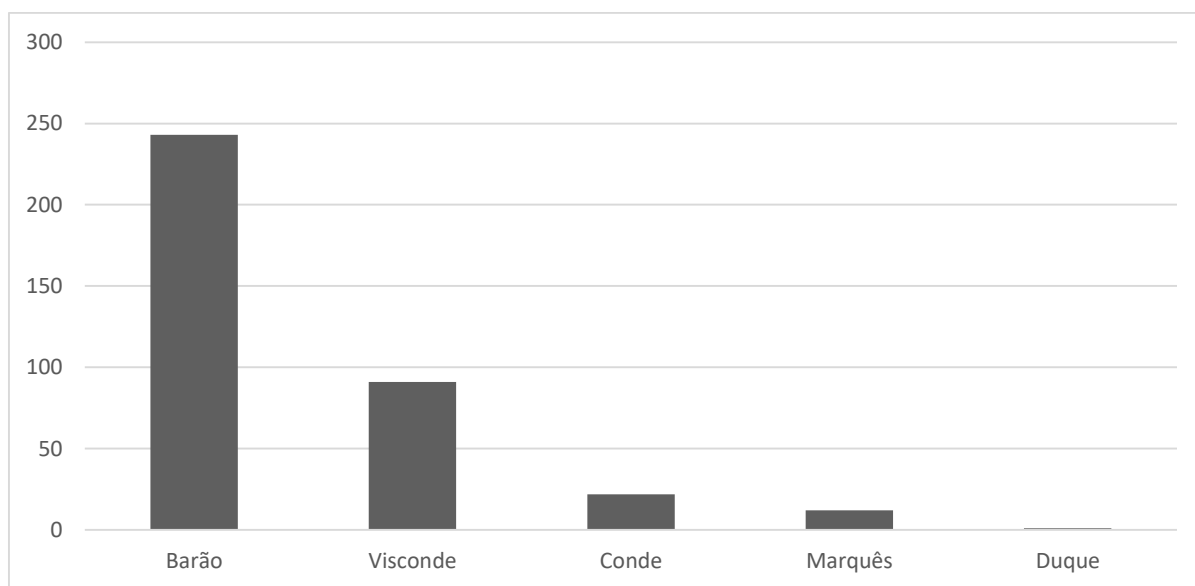


Gráfico 1: Nobres Condecorados com a IOR.²⁴⁰

Na Tabela 8, pode-se observar que 4 (quatro) dos 12 (doze) marqueses foram condecorados com a Grã-Cruz da IOR, mais alto grau das Comendas Brasileiras, quais sejam: Baependy, Barbacena, Herval e São João da Palma. Os demais marqueses foram agraciados com as comendas de Oficial (1), Comendador (1), Dignitário (5) e Grande Dignitário (1). Portanto, nenhum marquês brasileiro recebeu o grau de Cavaleiro, mais baixo da IOR. Em suma, a maior parte dos marqueses brasileiros foi condecorada com os mais elevados graus da IOR, no caso, Grã-Cruz e Dignitário.

²⁴⁰ VASCONCELLOS, Rodolfo Smith de; VASCONCELLOS, José Smith de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

GRAUS	QUANTIDADE DE MARQUESES AGRACIADOS COM A IOR
Cavaleiro	0
Oficial	1
Comendador	1
Dignitário	5
Grande-Dignitário	1
Grã-Cruz	4
Total	12

Tabela 8: Marqueses condecorados com a IOR.²⁴¹

No Gráfico 2 pode ser observada a quantidade de marqueses condecorados com a IOR. A hierarquia dos graus da IOR cresce da esquerda para a direita, ou seja, do grau Cavaleiro até o grau Grã-Cruz. Nesse sentido, os 3 graus mais à direita (Dignitário, Grande Dignitário e Grã-Cruz), se somados, perfazem um total de 10 (dez) dos 12 (doze) marqueses. Somente 2 (dois) marqueses (1 Oficial e 1 Comendador) compuseram o quantitativo de agraciados com a IOR nos 3 graus inferiores da comenda. Esse gráfico ratifica que um nobre no elevado título de Marquês também era reconhecido em elevado nível no recebimento da Ordem Honorífica.

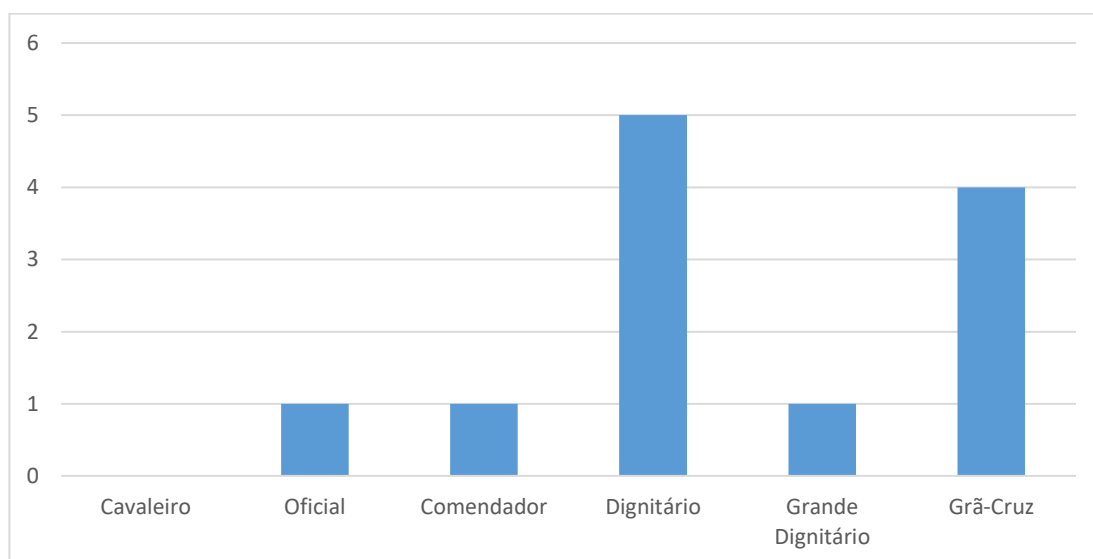


Gráfico 2 – Marqueses Condecorados com a IOR.²⁴²

²⁴¹ VASCONCELLOS, Rodolfo Smith de; VASCONCELLOS, José Smith de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

²⁴² VASCONCELLOS, Rodolfo Smith de; VASCONCELLOS, José Smith de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

Para facilitar a compreensão sobre o perfil dos nobres brasileiros, detalharemos algumas considerações sobre a síntese biográfica dos marqueses brasileiros agraciados com a IOR. Sobre o marquês de Abrantes, o Arquivo Nobiliárquico aponta, apenas, que Miguel Calmon du Pin e Almeida foi Dignitário da IOR e Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro, além de sócio do IHGB.²⁴³

Manuel Jacintho Nogueira da Gama, Marquês de Baependy, Grã-Cruz da Ordem do Rosa, foi Dignitário da Ordem do Cruzeiro e Comendador da Ordem de São Bento de Avis. Sócio do IHGB, Doutor em Matemática e Filosofia, deputado pelo Estado do Rio de Janeiro, Presidente do Senado e Senador por Minas Gerais, também Ministro da Fazenda em 1823.²⁴⁴

Felisberto Caldeira Brant Pontes Oliveira e Horta, Marquês de Barbacena, foi Grã-Cruz das Ordens da Rosa e do Cruzeiro, Comendador da Ordem de Cristo, Marechal de Campo, comandante em chefe das operações no Sul em 1816, deputado pelo Estado da Bahia, Ministro do Império em 1823 e Senador por Alagoas em 1826.²⁴⁵

José Francisco de Mesquita, Marquês do Bomfim, foi Dignitário da IOR e Comendador das Ordens do Cruzeiro e de Cristo, descrito como capitalista abastado e banqueiro, além de vereador da Câmara Municipal da Corte.²⁴⁶

Manuel Luiz Osório, Marquês do Herval, foi Grã-Cruz das Ordens da Rosa, do Cruzeiro e de Cristo. Marechal do Exército, herói de *Monte Caseros*, na Argentina, General em chefe na Guerra do Paraguai, senador em 1877, Ministro da Guerra em 1878, do Conselho de Sua Majestade, Grande do Império, possuía grande número de medalhas militares.²⁴⁷

Manoel Vieira Tosta, Marquês de Muritiba, Comendador da IOR e da Ordem de Cristo, Dignitário da Ordem do Cruzeiro, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, desembargador, deputado e senador pelo Estado da Bahia, Presidente das Províncias de Sergipe, Pernambuco e Rio Grande do Sul, Ministro da Marinha, em 1848, da Justiça, em 1858, e da Guerra, em 1868. Membro ordinário do Conselho de Estado, do Conselho de Sua Majestade e Grande do Império.²⁴⁸

Pedro de Araujo Lima, Marquês de Olinda, foi Oficial da IOR e da Ordem do Cruzeiro, Grã-Cruz da Ordem de Cristo. Sócio fundador do IHGB, descrito como grande vulto político do 1º e 2º Império, Regente do Império (1837 a 1840), deputado e senador por Pernambuco,

²⁴³ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 26.

²⁴⁴ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 68.

²⁴⁵ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 71.

²⁴⁶ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 84.

²⁴⁷ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 177.

²⁴⁸ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 305.

Ministro de Estado do Império, da Justiça, Conselheiro de Estado, Grande do Império e Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial.²⁴⁹

João Lustosa da Cunha Paranaguá, Marquês de Paranaguá, foi Dignitário da IOR, Presidente do IHGB, bacharel em Direito, deputado, Ministro do Império, da Justiça, da Guerra, da Fazenda, dos Estrangeiros, presidente da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro por 29 anos, Grande do Império, Conselheiro de Estado e Gentil-homem da Imperial Câmara.²⁵⁰

Dom Romualdo Antonio de Seixas, Marquês de Santa Cruz, foi Grande Dignitário da IOR e Grã-Cruz da Ordem de Cristo. Sócio do IHGB, diácono, pároco, Vigário no Pará, arcebispo da Bahia, Metropolitana e Primaz do Brasil, presidiu em 1841 a solenidade da sagração de D. Pedro II, agraciado por D. Pedro I, pregador da Capela Imperial.²⁵¹

Dom Francisco de Assis Mascarenhas, Marquês de São João da Palma, foi Grã-Cruz da IOR e da Ordem de Cristo. Membro do IHGB desde 1838, adotou a causa da Independência do Brasil em 1804, governador de Goiás entre 1808 e 1814, governador em Minas Gerais e em São Paulo (1814 a 1819), assistiu a coroação e sagração de D. Pedro I. Conselheiro de Estado, senador por São Paulo em 1826, Mordomo-Mór de Sua Majestade e Grande do Império.²⁵²

Dom José Antonio Pimenta Bueno, Marquês de São Vicente, foi Dignitário da IOR. Sócio do IHGB desde 1838, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, juiz de Direito, desembargador, ministro do Supremo Tribunal de Justiça, presidente da província de Mato Grosso, em 1836, e do Rio Grande do Sul, em 1850, deputado e senador, ministro dos Estrangeiros, Conselheiro de Estado, em 1859, ministro plenipotenciário e Cônsul Geral, no Paraguai, em 1846.²⁵³

Candido José de Araujo Vianna, Marquês de Sapucahy, foi Dignitário da IOR e da Ordem de Cristo. Sócio fundador do IHGB desde 1838 e seu presidente durante mais de 30 (trinta) anos. Bacharel em Direito, ministro do Supremo Tribunal de Justiça, deputado por Minas Gerais, presidente das províncias de Alagoas e Maranhão, Ministro da Fazenda, mestre de Literatura e Ciências Positivas de D. Pedro II e suas irmãs, procurador fiscal do Tribunal do Tesouro Público Nacional, Conselheiro de Estado, do Conselho de Sua Majestade, Grande do Império, Gentil-homem da Imperial Câmara e Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial.²⁵⁴

²⁴⁹ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 317.

²⁵⁰ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 335.

²⁵¹ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 414.

²⁵² VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 451.

²⁵³ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 468.

²⁵⁴ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 469.

Quanto aos Condes, dos 22 (vinte e dois) condecorados com a IOR, nenhum foi agraciado com a Grã-Cruz da IOR. Na Tabela 9, pode ser observada a quantidade de Condes agraciados com a IOR em seus diferentes graus. Em especial, neste universo de amostragem, os Condes Brasileiros foram mais agraciados nos graus Comendador, contando com 6 (seis) condecorados, seguido pelos graus Dignitário e Oficial, cada um com 5 (cinco) condecorados. No mais elevado grau da IOR alcançado por um Conde, tivemos 3 (três) Grande-Dignitário. Por fim, 1 (um) Conde foi agraciado no grau mais inferior da IOR, no caso, Cavaleiro.

GRAUS	QUANTIDADE DE CONDES AGRACIADOS COM A IOR
Cavaleiro	1
Oficial	5
Comendador	8
Dignitário	5
Grande-Dignitário	3
Grã-Cruz	0
Total	22

Tabela 9: Condes condecorados com a IOR.²⁵⁵

No Gráfico 3, fica mais bem ilustrada a quantidade de Condes agraciados nos diversos graus da IOR. O título de Conde é, exatamente, intermediário na escala dos Títulos Nobiliárquicos do Brasil. Na análise do gráfico, com maior número de agraciados ao centro, podemos concluir que os Condes ocuparam a porção intermediária na escala dos condecorados com a IOR. Considerados os graus Oficial, Comendador e Dignitário somados, 18 (dezoito) dos 22 (vinte e dois) Condes Brasileiros foram condecorados com a IOR. Além disso, excetuando-se o Duque e os Marqueses, os Condes Brasileiros não alcançaram a Grã-Cruz da IOR e tiveram representação no grau Cavaleiro, ainda que com 1 (um) representante.

²⁵⁵ VASCONCELLOS, Rodolfo Smith de; VASCONCELLOS, José Smith de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

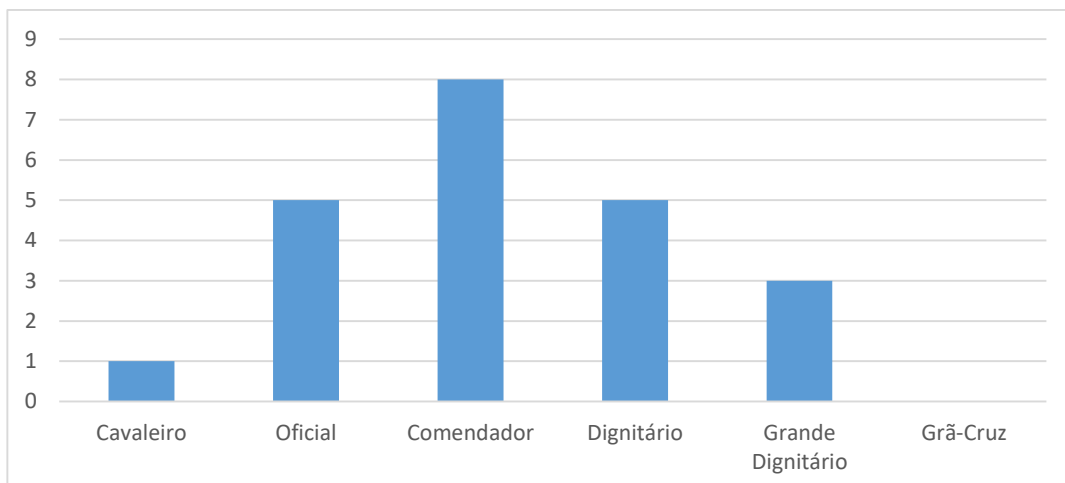


Gráfico 3: Condes agraciados com a IOR.²⁵⁶

Os 22 (vinte e dois) Condes Brasileiros agraciados com a IOR foram: Baependy, Carapebus, Conceição, Figueiredo, Ipanema, Irajá, Itaguahy, Itamaraty, Itu, Mesquita, Nioac, Nova Friburgo, Parnaíba, Passé, Pinhal, Prados, Santa Fé, São Clemente, São Simão, Sergy-Mirim, Subahé e Tocantins. Destes, apenas o Conde de São Simão, Paulo Fernandes Carneiro Vianna, foi agraciado com a Imperial Ordem do Cruzeiro, no grau de Cavaleiro.

Quanto à Ordem de Cristo, 14 (quatorze) foram agraciados no grau de Comendador. Quanto à Ordem de Conceição de Vila Viçosa, 8 (oito) foram agraciados com esta comenda, sendo 1 (um) Cavaleiro, 5 (cinco) Comendadores e 2 (dois) Grã-Cruzes. Em relação ao IHGB, 3 (três) Condes foram sócios ou membros do Instituto: D. Antonio Ferreira Viçoso, Conde de Conceição; Francisco de Figueiredo, Conde de Figueiredo e D. Manuel do Monte Rodrigues de Araujo, Conde de Irajá.

Em razão da quantidade de condes, diferentemente do que fizemos para os duques e Marqueses, passaremos de forma generalizada o perfil destes nobres brasileiros. Dos 22 (vinte e dois) Condes, 9 (nove) desempenharam cargos na política, característica comum no Império, em que profissionais de diversas áreas também atuavam no campo político, a exemplo de Braz Carneiro Nogueira da Costa e Gama, Conde de Baependy (presidente da província de Pernambuco, em 1868, deputado e senador pelo Rio de Janeiro).²⁵⁷ Este dado reforça a tese da força do poder político, onde a nobreza buscava manter proximidade da monarquia, através do desempenho de cargos políticos de apoio ao Governo Imperial.

²⁵⁶ VASCONCELLOS, Rodolfo Smith de; VASCONCELLOS, José Smith de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

²⁵⁷ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 69.

Como se pode perceber na análise das fontes utilizadas nesta pesquisa, grande parte dos agraciados com a IOR, sejam eles nobres, militares, integrantes da Guarda Nacional, profissionais liberais, empresários, proprietários de terra dentre outros, também desempenhavam cargo político como integrantes das Câmaras das Províncias ou Imperial, no Senado e Presidência de Províncias.

Em *Projetos de Brasil e construção nacional na imprensa fluminense*, Marcelo Basile aponta o Período Regencial como o mais agitado e conturbado da História do Brasil. Isso se deve ao fato da ocorrência de revoltas, ocorridas em território imperial, e por disputas políticas entre liberais (moderados e exaltados) e caramurus (conservadores). Esse período, na visão do autor, passou por ameaça à integração territorial e obstáculo à formação da nação. Neste ponto, podemos ressaltar a importância da criação do IHGB, em 1838, como contraponto aos prováveis empecilhos para a formação da nação.

Ainda acerca do tema, Basile acrescenta que os escravos não eram considerados cidadãos, ou seja, não faziam parte da nação. Ademais, a disputa do poder e a conquista da opinião pública foram formas de buscar a legitimação da monarquia, uma vez que todos os poderosos reconheciam a heterogeneidade da Nação Brasileira. Jornais e panfletos circulavam nos diversos rincões do império, contribuindo da mesma forma na difusão dos valores nacionais. Em síntese, o autor apresenta as ideias de cada um dos grupos políticos no Brasil Império, a partir dos registros de diversos periódicos de circulação à época, fator relevante para a compreensão do jogo político imperial. Com isso, a condecoração de um cidadão com uma comenda, como no caso da IOR, traduz-se num ato político da Monarquia Brasileira.²⁵⁸

Aqui também podemos atrelar a manifestação do capital simbólico, conforme preconizado por Pierre Bourdieu, em que as relações de força culminam em relações simbólicas em uma dada sociedade, como modo de garantir a perpetuação dessa sincronização de força.²⁵⁹

Corroborando com essa discussão, René Rémond, em *Por uma história Política*, afirma que a política corresponde a uma atividade relacionada com a prática do poder e, por isso, os partidos são políticos porque objetivam a chegada ao poder. Só é política a relação com o poder no âmbito de uma sociedade. O autor destaca que, na História Ocidental, a política é confundida com a nação, possuindo como instrumento e símbolo, o Estado. Acrescenta que não há setor ou atividade sem relação com o campo político, mas alerta que o político está sujeito a pressões,

²⁵⁸ BASILE, Marcelo. *Projetos de Brasil e Constituição nacional na Imprensa Fluminense*. In: BASTOS, Lúcia; MOREL, Marco; BESSONE, Tânia. *História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2006, p. 60-93.

²⁵⁹ BOURDIEU, O poder simbólico p. 148.

solicitações ou, até mesmo, determinações externas. Nesse sentido, a decisão política é resultante de múltiplos fatores, pois os indivíduos não são plenamente conscientes de seus reais interesses e são movidos por questões além das racionais. Numa sociedade complexa, como a brasileira, os interesses são diversos e contraditórios a ponto de conferir aos políticos um poder de arbitragem. Rémond reflete que o historiador do político constata que este vem a ser o ponto para onde são dirigidas as atividades e que organiza outros componentes do conjunto social.²⁶⁰

Considerando as áreas de formação profissional: 3 (três) foram operadores do Direito, como no caso de Antonio Dias Coelho Netto dos Reis, Conde de Carapebus, com formação na Universidade de Coimbra, membro da Assembleia Provincial no Rio de Janeiro e Tesoureiro Geral do Tesouro Nacional;²⁶¹ 3 (três) foram religiosos, como o D. Antonio Ferreira Viçoso, Conde de Conceição, Missionário vindo de Portugal, 7º bispo de Mariana (além de ter sido autor de obras religiosas) ou o D. Manuel do Monte Rodrigues de Araujo, Conde de Irajá, professor de Teologia, Capelão-Mor de Sua Majestade, que deu a bênção nupcial às princesas D. Januaria e Francisca, batizou os príncipes imperiais e também foi autor de várias obras de teologia; 5 (cinco) foram empresários, atuando nos campos financeiro, comercial e empresarial, como no caso de Antonio Carlos de Arruda Botelho, Conde de Pinhal, fundador de empresas de estradas de ferro e do Banco de São Paulo;²⁶² 5 (cinco) foram grandes proprietários de terra, como Paulo Fernandes Carneiro Vianna, Conde de São Simão, Senhor da Estância de São Simão, na província do Rio Grande do Sul;²⁶³ 4 (quatro) foram militares, como José Joaquim de Lima e Silva Sobrinho, Conde de Tocantins, irmão do Duque de Caxias. Foi coronel da Rebelião Mineira, em 1842, deputado pelas províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro, presidente do Banco do Brasil e diretor da Caixa Econômica.²⁶⁴ Os outros 2 (dois) Condes, quais sejam: Francisco Moreira de Carvalho, Conde de Subahé, e José Antonio Moreira, Conde de Ipanema, não possuem dados da vida pessoal ou profissional no Arquivo Nobiliárquico.²⁶⁵

O Brasil Imperial teve 91 (noventa e um) Viscondes. Referente à concessão da IOR, estes nobres tiveram representação em todos os graus desta Comenda. Na Tabela 10, pode-se perceber que o grau Comendador (32) foi o mais recebido pelos Viscondes, seguido pelo grau Oficial (20) e Dignitário (18). Os demais graus, com quantitativo de apenas 1 (um) dígito, foi distribuído em 9 (nove) Grande-Dignitários, 7 (sete) Grã-Cruzes e 5 (cinco) Cavaleiros.

²⁶⁰ RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René. Por uma história política. Rio de Janeiro, Ed. UFRJ-Editora FGV, 1996, p. 444-446.

²⁶¹ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 111.

²⁶² VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 355.

²⁶³ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 466.

²⁶⁴ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 509.

²⁶⁵ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 192, 491.

GRAUS	QUANTIDADE
Cavaleiro	5
Oficial	20
Comendador	32
Dignitário	18
Grande-Dignitário	9
Grã-Cruz	7
Total	91

Tabela 10: Viscondes condecorados com a IOR.²⁶⁶

No Gráfico 4, podemos perceber uma similaridade do desenho em relação aos Condes, onde existe uma concentração central na hierarquia dos graus da IOR concedidos aos Viscondes, mesmo considerando a diferença do número de Viscondes e Condes, 91 (noventa e um) e 22 (vinte e dois), respectivamente.

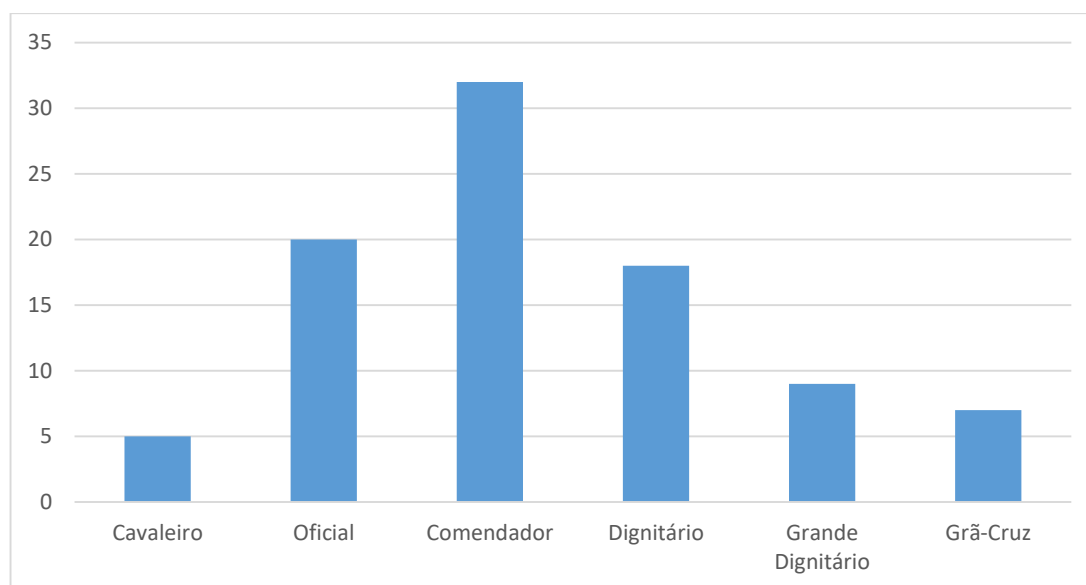


Gráfico 4: Viscondes agraciados com a IOR.²⁶⁷

Os 7 (sete) Viscondes Grã-Cruzes da IOR foram: Arinos, Gávea, Inhauma, Jaguar, Rezende, Tamandaré e Uruguay. Neste universo, 3 (três) foram militares, 2 (dois) diplomatas,

²⁶⁶ VASCONCELLOS, Rodolfo Smith de; VASCONCELLOS, José Smith de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

²⁶⁷ VASCONCELLOS, Rodolfo Smith de; VASCONCELLOS, José Smith de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

1 (um) desembargador e 1 (um) político. Cabe ressaltar que Joaquim Marques Lisbôa, Visconde de Tamandaré, patrono da Marinha do Brasil, almirante, Conselheiro de Guerra, Gentil-homem da Imperial Câmara, ajudante de campo do imperador, recebeu medalha da Independência da Bahia e geral da Campanha do Paraguai, além de ser Dignitário da Ordem do Cruzeiro e Grã-Cruz da Ordem de São Bento de Avis.²⁶⁸

Os 9 (nove) Viscondes Grande-Dignitários da IOR foram: Barbacena, Bom Conselho, Cabo-Frio, Itaparica, Jerumirim, Maranguape, Montserrate, Paraguassu e Santa Izabel. Aqui tivemos: 3 (três) militares, 2 (dois) diplomatas, 2 (dois) integrantes do poder judiciário, 1 (um) político e 1 (um) médico. Destacaremos Caetano Mario Lopes Gama, Visconde de Maranguape, Doutor em Direito, em 1819, juiz, ministro do Supremo Tribunal de Justiça, Presidente das Províncias de Goiás, em 1824, Rio Grande do Sul, em 1829 e Alagoas, em 1830. Foi deputado por Alagoas, Pernambuco e Goiás, senador pelo Rio de Janeiro, ministro de Estado por 5 (cinco) vezes, Conselheiro de Estado, em 1842 e membro fundador do IHGB. Também condecorado Oficial da Ordem do Cruzeiro e Comendador da Ordem de Cristo.²⁶⁹

Dentre os 18 (dezoito) Viscondes Dignitários da IOR, 5 (cinco) foram militares, 4 (quatro) empresários, 2 (dois) médicos, 1 (um) diplomata, 1 (um) político e os outros não tiveram seus dados profissionais registrados no Arquivo Nobiliárquico. Um destes homens componentes deste universo é Irineu Evangelista de Souza, Visconde de Mauá, também Comendador da Ordem de Cristo, sócio do IHGB, grande industrial e banqueiro.²⁷⁰ Outro que pode ser destacado é o Dr. José Ribeiro de Souza Fontes, Visconde de Souza Fontes, Comendador das Ordens de Cristo, da Conceição de Vila Vilosa e de São Bento de Avis, sócio honorário e 1º secretário do IHGB. Fontes acompanhou D. Pedro II em viagem aos Estados Unidos e Europa, do Conselho de Sua Majestade. Além disso, foi membro da academia imperial de medicina, Marechal de Campo, Doutor em Medicina, atuou na campanha do Paraguai como chefe do Corpo de Saúde do Exército, médico da Imperial Câmara e possuiu medalha da campanha do Paraguai.²⁷¹

O Brasil teve 32 (trinta e dois) Viscondes condecorados no grau Comendador da IOR. Em especial, podemos destacar 2 (dois) personagens bastante reconhecidos na historiografia brasileira, relevantes na memória do Império do Brasil: Francisco Adolpho de Varnhagen, Visconde de Porto Seguro, Cavaleiro da Ordem de Cristo, membro honorífico do IHGB,

²⁶⁸ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 494.

²⁶⁹ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 274.

²⁷⁰ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 281.

²⁷¹ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 485.

descrito como matemático, oficial do Imperial Corpo de Engenheiros, diplomata, historiador emérito, geógrafo, poeta e Grande do Império²⁷² e José Maria da Silva Paranhos, Visconde do Rio Branco, Dignitário da Ordem do Cruzeiro, Grã-Cruz da Ordem de Conceição de Vila Viçosa, sócio correspondente do IHGB, matemático e diretor da Escola Militar, deputado e presidente da Província do Rio de Janeiro, em 1858, senador pelo Mato Grosso, em 1862, ministro dos Negócios Estrangeiros e da Marinha em 1853, Ministro Plenipotenciário na Argentina, Uruguai e Paraguai, professor da Escola Politécnica, major honorário do Exército, Grande do Império e do Conselho de Sua Majestade²⁷³

Ainda analisando os Viscondes, 20 (vinte) foram Oficiais da IOR. Um destaque pode ser dado a Alfredo Maria Adriano d'Escragnolle Taunay, Visconde de Taunay, Cavaleiro das Ordens do Cruzeiro, de Cristo e de São Bento de Avis, sócio do IHGB desde 1869, major de artilharia na Campanha do Paraguai, bacharel em Ciências e Letras no Colégio D. Pedro II, em 1858, também em Ciências Matemáticas, engenheiro, geógrafo, professor de História e Línguas na Escola Militar, senador por Santa Catarina, deputado por Santa Catarina e Goiás, presidente das Províncias do Paraná e de Santa Catarina, Grande do Império, teve medalha da campanha do Paraguai.²⁷⁴

Por fim, 5 (cinco) foram os Viscondes agraciados com o grau de Cavaleiro da IOR: Alvarenga, Sabará, Sepetiba, Vieira da Silva e Villa Real da Praia Grande. Aqui destacamos Aureliano de Souza e Oliveira Coutinho, Visconde de Sepetiba, Dignitário das Ordens de Cristo e de Conceição de Vila Viçosa, Cavaleiro da Ordem de Cristo, Vice-presidente e um dos sócios fundadores do IHGB. Dirigiu atos diplomáticos do casamento de D. Pedro II, formado em Ciências Jurídicas e Sociais, intendente geral da polícia e desembargador da relação da Corte, presidente da Província de São Paulo, em 1831, do Rio de Janeiro, em 1844, senador por Alagoas em 1842, deputado por Minas Gerais e Rio de Janeiro, fundador da colônia alemã da Serra da Estrela - atual Petrópolis, Ministro do Império, do Conselho de Sua Majestade, fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial, Gentil-homem da Câmara e Grande do Império.²⁷⁵

Na base da pirâmide da hierarquia da nobreza brasileira, o Brasil possuiu 243 (duzentos e quarenta e três) Barões. Na Tabela 11, a quantidade de Barões agraciados com a IOR está distribuída em todos os graus da Comenda.

²⁷² VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 372.

²⁷³ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 390.

²⁷⁴ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 501.

²⁷⁵ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 473.

GRAUS	QUANTIDADE DE BARÕES AGRACIADOS COM A IOR
Não declarado	2
Cavaleiro	24
Oficial	76
Comendador	95
Dignitário	33
Grande-Dignitário	10
Grã-Cruz	3
Total	243

Tabela 11: Barões condecorados com a IOR.²⁷⁶

No Arquivo Nobiliárquico, somente no título de Barão, aparecem 2 (dois) agraciados com a IOR, sem destacar o grau da Comenda recebido. São eles: Antonio Dias Coelho de Mello, Barão da Estância; e José Luiz Cardoso de Salles Filho, Barão de Ibirámirim.²⁷⁷

Assim como ocorrido com os Viscondes, os Barões do Brasil possuem agraciados com todos os graus da IOR. O grau Comendador (95) é o que possui a maior quantidade de agraciados no âmbito dos Barões. Na sequência, o grau Oficial (76) é o segundo com o maior número de representantes. O grau Dignitário surge com 33 (trinta e três) representantes, o grau Cavaleiro com 24 (vinte e quatro), Grande Dignitário com 10 (dez) e Grã-Cruz com 3 (três).

No Gráfico 5, embora apresente uma curva de ascensão dos graus Cavaleiro até Comendador, ocorre um declínio considerável até o grau Dignitário, seguindo queda até o grau Grã-Cruz. Considerando o fato do Barão ser o nível de titulação mais inferior na nobreza do Brasil, é compreensível o fato da maior representação estar concentrada mais à esquerda, ou seja, nos níveis inferiores dos graus da IOR.

²⁷⁶ VASCONCELLOS, Rodolfo Smith de; VASCONCELLOS, José Smith de. *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

²⁷⁷ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Arquivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 149, 180.

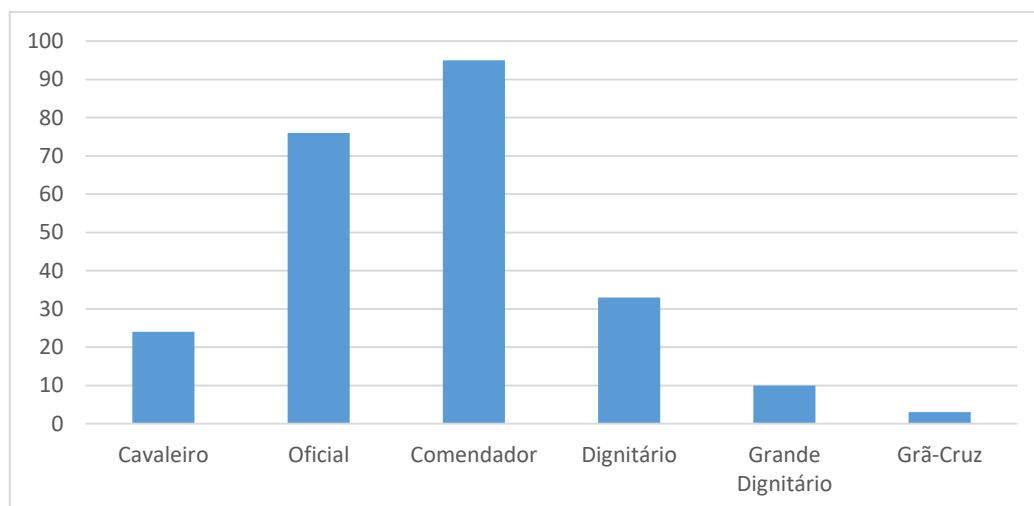


Gráfico 5: Barões agraciados com a IOR.²⁷⁸

Os 3 (três) Barões Grã-Cruzes da IOR foram: Francisco Xavier da Costa Aguiar de Andrada, Barão de Aguiar de Andrada; José Bernardo de Figueiredo, Barão de Alhandra; e Dr. Francisco Ignacio Carvalho Moreira, Barão de Penedo. Sobre o Barão de Aguiar de Andrada, além da menção feita ao fato de ser Grã-Cruz da IOR, o Arquivo Nobiliárquico menciona, apenas, que ele foi Grã-Cruz da Ordem do Cruzeiro.²⁷⁹ O Barão de Alhandra foi Cavaleiro da Ordem de Cristo, sócio do IHGB e fidalgo da Casa Imperial.²⁸⁰ O Barão de Penedo foi também Grã-Cruz da Ordem de Conceição de Vila Viçosa e Cavaleiro da Ordem de Cristo. Sócio do IHGB, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, Doutor em Oxford, advogado no Rio de Janeiro, diplomata, Ministro e Enviado Extraordinário, um dos fundadores e presidente do Instituto dos Advogados.²⁸¹

Os 10 (dez) Barões Grandes Dignitários da IOR foram: Amazonas, Itamaracá, Jaguarão, Japurá, Jaurú, Pilar, Ponte Ribeiro, Rio da Prata, Santo Ângelo e Villa da Barra. Destes, 8 (oito) foram condecorados com a Ordem de Cristo, 2 (dois) com a Ordem de Conceição de Vila Viçosa e 2 (dois) com a Ordem de São Bento de Avis. Dos 10 (dez), 4 (quatro) foram sócios do IHGB. Em relação a vida profissional: 5 (cinco) foram diplomatas.

²⁷⁸ VASCONCELLOS, Rodolfo Smith de; VASCONCELLOS, José Smith de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

²⁷⁹ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 29.

²⁸⁰ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 37.

²⁸¹ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 348.

Um destaque pode ser atribuído a Duarte da Ponte Ribeiro, Barão de Ponte Ribeiro, Cônsul Geral na Espanha. Ribeiro adotou a causa da independência (1822), trabalhou em várias legações, do Conselho de Sua Majestade e Fidalgo cavaleiro da Casa Imperial.²⁸²

Retomando o assunto em pauta, 4 (quatro) foram militares. Destaques para Francisco Manuel Barrozo da Silva, Barão do Amazonas, Dignitário da Ordem do Cruzeiro, Comendador da Ordem de Cristo, sócio do IHGB e almirante comandante em chefe da Esquadra Brasileira na Batalha Naval do Riachuelo²⁸³, além de Rodrigo Pinto Guedes, Barão do Rio da Prata, Grã-Cruz da Ordem de São Bento de Avis, almirante da Armada, comandou a esquadra na Campanha do Rio da Prata (1826 a 1828)²⁸⁴; e 1 (um) não possui informação profissional nem pessoal, José Pedro da Motta Sayão, Barão de Pilar, Oficial da Ordem do Cruzeiro, Comendador da Ordem de Cristo e Grande do Império.²⁸⁵

Quanto aos Dignitários da IOR, o Brasil teve 33 (trinta e três) Barões agraciados com esta comenda. Destes, 7 (sete) foram agraciados com a Imperial Ordem do Cruzeiro, 21 (vinte e um) com a Ordem de Cristo, 1 (um) com a Ordem da Conceição de Vila Viçosa, 7 (sete) com a Ordem de São Bento de Avis e 8 (oito) sócios do IHGB. Neste grupo, podem ser destacados: José Maria da Silva Paranhos Filho, Barão do Rio Branco, Oficial da Ordem de Cristo, presidente do IHGB, ministro da pasta dos Negócios Estrangeiros dos Presidentes Rodrigues Alves, Affonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca (1902 até 1912), membro da Academia Brasileira de Letras, do Conselho de Sua Majestade, moço fidalgo da Casa Imperial, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais, redator chefe do Jornal Fluminense denominado *A Nação*, deputado por Mato Grosso, Ministro Plenipotenciário nos Estados Unidos para arbitragem da questão das missões - Tratado de Petrópolis,²⁸⁶ e Arthur Silveira da Motta, Barão de Jaceguay, Dignitário da Ordem do Cruzeiro, Comendador da Ordem de Cristo e da Ordem de São Bento de Avis, Capitão de Mar e Guerra, reformado no posto de almirante, combateu na Guerra do Paraguai, Ministro Plenipotenciário na China, membro do Conselho Naval, inspetor do Arsenal de Marinha, diretor da Escola Naval, membro da Academia Nacional de Letras e do Conselho de Sua Majestade.²⁸⁷

Foram 95 (noventa e cinco) os Barões Comendadores da IOR. Destes, 16 (dezesseis) foram condecorados com a Ordem do Cruzeiro, 40 (quarenta) com a Ordem de Cristo, 15

²⁸² VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 368.

²⁸³ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 42.

²⁸⁴ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 401.

²⁸⁵ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 353.

²⁸⁶ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 392.

²⁸⁷ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 229.

(quinze) com a Ordem de Conceição de Vila Viçosa, 12 (doze) com a Ordem de São Bento de Avis e 1 (um) com a Ordem de São Gregório, qual seja: Miltão Máximo de Souza Junior, Barão do Andarahy, diretor do Banco do Brasil, presidente do Conselho Administrativo da Caixa Econômica e tesoureiro da Santa Casa.²⁸⁸

Dentre todos, 12 (doze) foram sócios do IHGB e 19 (dezenove) integrantes da Guarda Nacional. Neste universo podem ser destacados: João Mauricio Wanderley, Barão de Cotegipe, Dignitário da Ordem do Cruzeiro, Grã-Cruz da Ordem de Conceição de Vila Viçosa, sócio do IHGB, Ministro de Estado (Negócios Estrangeiros, Marinha e Fazenda), bacharel em Direito, juiz, chefe de polícia, presidente da Província da Bahia, em 1852, deputado, senador (1856), presidiu o Senado de 1882 a 1885, Grande do Império e do Conselho de Sua Majestade;²⁸⁹ Franklin Américo de Menezes Doria, Barão de Loreto, bacharel em Direito, juiz de Direito e chefe de polícia na Bahia, presidente das Províncias do Maranhão (1867), Piauí (1864) e Pernambuco (1880), deputado no Piauí (1878 a 1885), Ministro da Guerra e dos Estrangeiros (1880) e do Império (1889), do Conselho de Sua Majestade, professor do Colégio D. Pedro II e membro do Instituto dos Advogados Brasileiros;²⁹⁰ Manuel Marcondes de Oliveira e Mello, Barão de Pindamonhangaba, Oficial da Ordem do Cruzeiro, Comendador da Ordem de Cristo, Coronel da Guarda de Honra, acompanhou D. Pedro I no grito do Ipiranga.²⁹¹

No grau Oficial, o Brasil teve 76 (setenta e seis) Barões agraciados com a IOR. Neste escopo, 8 (oito) foram agraciados com a Ordem do Cruzeiro, 39 (trinta e nove) com a Ordem de Cristo, 4 (quatro) com a Ordem da Conceição de Vila Viçosa, 8 (oito) com a Ordem de São Bento de Avis, 7 (sete) sócios do IHGB e 9 (nove) integrantes da Guarda Nacional. Aqui destacamos: Francisco Vicente Vianna, Barão de Rio das Contas, Comendador da Ordem de Cristo, primeiro presidente da Província da Bahia, em 1824;²⁹² e Dr. Manuel de Valladão Pimentel, Barão de Petrópolis, Comendador da Ordem de Cristo, membro do IHGB, formado em Medicina, médico honorário da Imperial Câmara e Grande do Império.²⁹³

Por fim, no grau Cavaleiro, 24 (vinte e quatro) Barões foram agraciados com a IOR. Destes, 7 (sete) foram agraciados com a Ordem do Cruzeiro, 11 (onze) com a Ordem de Cristo, 1 (um) com a Ordem de Conceição de Vila Viçosa, 3 (três) com a Ordem de São Bento de Avis, 1 (um) com a Ordem de São Gregório, 2 (dois) sócios do IHGB e 3 (três) integrantes da Guarda

²⁸⁸ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 46.

²⁸⁹ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 136.

²⁹⁰ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 266.

²⁹¹ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 353.

²⁹² VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 395.

²⁹³ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 351.

Nacional. Aqui podem ser destacados: Francisco do Rego Barros, Barão de Boa Vista, Dignitário da Ordem do Cruzeiro, Cavaleiro da Ordem de São Bento de Avis, membro do IHGB, bacharel em Matemática, em Paris, Brigadeiro do Exército, deputado e senador pela Província de Pernambuco (1830 a 1852; 1841 a 1844), presidente do Rio Grande do Sul (1865) e Comandante das Armas do Rio Grande do Sul, Grande do Império, Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial;²⁹⁴ e Manuel da Fonseca e Silva, Barão de Suruhy, Oficial da Ordem do Cruzeiro, Grã-Cruz da Ordem de São Bento de Avis, Tenente-general e ajudante-general do Exército (1860), participou da Revolução Pernambucana (1817) e Baiana (1822), Cisplatina (1825), foi Ministro da Guerra (1831), do Império (1837), deputado pelo Rio de Janeiro, presidente da Província de São Paulo (1844), Governador das Armas em São Paulo (1844 a 1847), Grande do Império, Conselheiro de Guerra (1852), Fidalgo Cavaleiro da Casa Imperial e condecorado com medalhas da Guerra da Independência na Bahia.²⁹⁵

Em suma, o acervo do Arquivo Nobiliárquico foi aqui analisado observando os diversos graus da IOR por cada um dos títulos de nobreza do Império do Brasil. Nesse momento, procuraremos apresentar alguns aspectos gerais dos 387 (trezentos e oitenta e sete) nobres agraciados com a IOR. De início, conforme consta na Tabela 12, pode-se observar a distribuição da IOR na Nobreza Brasileira, separados pelos graus desta comenda. Para melhor facilitar a apreciação dos dados, foram inseridos, ainda, os percentuais que cada um dos campos representa no conjunto. O Arquivo Nobiliárquico não cita o grau da IOR recebido por 2 (dois) nobres, os Barões da Estância e Ibiramirim, já destacados no presente capítulo.

O grau da IOR mais distribuído aos Nobres Brasileiros foi Comendador (139), que corresponde a pouco mais de um terço (36%) do total. Em seguida, 111 (cento e onze) nobres foram agraciados com o grau de Oficial, perfazendo 28% (vinte e oito por cento). O grau Dignitário foi entregue a 61 (sessenta e um) nobres, ou seja, 16% (dezesseis por cento) do total distribuído. A partir daí, todos os outros graus (Cavaleiro, Grande Dignitário e Grã-Cruz) vistos isoladamente possuem índices menores que 10% (dez por cento) da representação total. Se somados estes 3 (três) graus, totalizam 19,5% (dezenove e meio por cento) do total.

GRAUS	QUANTIDADE DE NOBRES AGRACIADOS COM A IOR	%
Não Informado	2	0,5%
Cavaleiro	34	9%
Oficial	111	28%
Comendador	139	36%

²⁹⁴ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 81.

²⁹⁵ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 492.

Dignitário	61	16%
Grande-Dignitário	25	6,5%
Grã-Cruz	15	4%
Total	387	100%

Tabela 12: Distribuição da IOR aos nobres do Império do Brasil.²⁹⁶

Na Tabela 13, fica evidenciado que 74 (setenta e quatro) dos 387 (trezentos e oitenta e sete) nobres foram sócios do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Isso quer dizer que cerca de um quinto dos nobres pertenceram a esta instituição relevante do Período Imperial do Brasil.

GRAUS	QUANTIDADE DE NOBRES AGRACIADOS COM A IOR SÓCIOS DO IHGB
Cavaleiro	4
Oficial	15
Comendador	19
Dignitário	20
Grande-Dignitário	10
Grã-Cruz	6
Total	74

Tabela 13: Nobres brasileiros sócios do IHGB.²⁹⁷

Os Dignitários da IOR perfazem o maior efetivo de nobres associados ao IHGB (20). Com um número bastante aproximado, os Comendadores da IOR foram os nobres com a segunda maior representação junto ao IHGB. Na sequência, seguem os graus Oficial (15), Grande Dignitário (10), Grã-Cruz (6) e Cavaleiro (4). Este dado é importante para ressaltar que em todos os graus da IOR tivemos nobres associados ao IHGB.

A origem deste instituto remonta ao ano de 1838, isto é, ao período Regencial do Brasil, contando com forte influência durante no período do Segundo Reinado. Como visto anteriormente, diversos foram os profissionais que compuseram a Nobreza Brasileira. Em síntese, políticos, diplomatas, militares, empresários, fazendeiros e médicos exerceram

²⁹⁶ VASCONCELLOS, Rodolfo Smith de; VASCONCELLOS, José Smith de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

²⁹⁷ VASCONCELLOS, Rodolfo Smith de; VASCONCELLOS, José Smith de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

influência direta no império e revelam o quanto o projeto de formação da Nação Brasileira foi importante no período, pois o IHGB teve representação para além dos intelectuais, professores e pesquisadores. O Arquivo Nobiliárquico destaca na Nobreza Brasileira os membros do IHGB agraciados com a IOR divididos em: sócios, sócios-honorários e membros. Cabe salientar que este grupo englobava: 2 (dois) sócios fundadores; 1 (um) sócio benfeitor; 1 (um) sócio benemérito; 3 (três) presidentes, sendo um deles o primeiro presidente e 1 (um) vice-presidente.

René Rémond destaca que as instituições são fatores políticos contribuintes para a modelagem de uma sociedade, através da influência que exercem. Segundo o autor, os historiadores ignoravam o efeito das instituições nos comportamentos até pouco tempo. Atualmente, é incontestável que as instituições possuem papel decisivo na política e na vida coletiva. Entretanto, há instituições mais efetivas e outras menos eficazes. Rémond acrescenta que os acontecimentos políticos são fundadores das mentalidades, em virtude de marcar uma geração, promovendo lembranças revestidas de afetividade. Cessando uma lembrança, o acontecimento se desloca para a inconsciência da memória coletiva, lugar capaz de ainda exercer influência.²⁹⁸

Baseado neste conceito, buscamos ressaltar a presença de membros do IHGB, Guarda Nacional e Exército Brasileiro para avaliarmos o grau de envolvimento de representante de instituições com o Poder Monárquico constituído no Brasil.

Na visão de Serge Berstein, em *A Cultura Política*, capítulo inserido em *Para uma história cultural*, a cultura política corresponde a um conjunto em que os elementos possuem relações entre si. O autor explica que, para os historiadores, no seio de uma nação existem diversas culturas políticas, mas quando uma destas assume o protagonismo, tem-se uma cultura política dominante. Berstein aponta para um caminho natural que os indivíduos passam ao longo de suas vidas quanto à cultura política: primeiramente, a família é onde a criança recebe sua primeira influência política, composta pelas normas, valores e reflexões; a seguir, a escola passa a transmitir as referências da sociedade que a enquadra; finalmente, as pessoas são influenciadas nos diversos grupos em que passam a conviver, como no caso do exército, por exemplo, que desempenhou um papel importante durante muito tempo. O autor conclui que a cultura política serve para orientar um homem adulto e suas escolhas em função da visão de mundo adquirida.²⁹⁹

²⁹⁸ RÉMOND, Do Político p. 448-449.

²⁹⁹ BERSTEIN, Serge. A cultura política. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 349-363, 1998, p. 350-359.

Na Tabela 14, um dado interessante a ser apresentado é a quantidade de integrantes da Guarda Nacional na Nobreza Brasileira e agraciados com a IOR. Enquanto o Exército Brasileiro estava destinado à defesa externa, a Guarda Nacional foi uma instituição imperial que se assemelha às atuais polícias dos estados, tendo como finalidade precípua a segurança interna, ou seja, a segurança pública do Brasil Império.

Jeanne Castro entende que a Guarda Nacional foi organizada por municípios, conservando esta feição até o seu desaparecimento. Autoridades como o juiz de paz e a câmara municipal conduziam o processo de alistamento e formação dos recursos humanos, marcando o caráter popular desde 1831. A Guarda Nacional era subordinada às autoridades civis que, nos municípios, eram os juízes criminais mais antigos. Na escala regional, eram subordinados aos presidentes de província. Já na escala nacional, subordinavam-se ao Ministro da Justiça, na corte.³⁰⁰

Quanto ao alistamento, para fazer parte da Guarda Nacional, deveria ser efetuada inscrição domiciliar. Caso houvesse mudança de residência, o guarda nacional excluía-se do batalhão ou companhia a que pertencia, para alistar-se na vila ou cidade de novo domicílio. A Guarda Nacional, partindo de referência do exército, adotou três armas. A infantaria era priorizada e, portanto, formava-se inicialmente. A cavalaria só era organizada quando havia conveniência dos governos central e provincial. No caso da artilharia, o apoio de fogo era efetuado, apenas, pelo Governo Central, excluindo sua composição de meios por parte dos municípios.³⁰¹

Para Adilson de Almeida, a Guarda Nacional foi uma associação armada durante o Regime Monárquico Brasileiro. Além das funções militares, desempenhou papel nas relações políticas e sociais. Como instituição, mobilizou parte da população civil a favor do governo contra movimentos armados contrários à monarquia. Foi criada no início do Período Regencial e extinta na Primeira República. A Guarda Nacional era uma organização administrativa com atuação militar, capaz de influenciar a vida política e social do império.³⁰²

Dos 387 (trezentos e oitenta e sete) nobres, tivemos 66 (sessenta e seis) integrantes da Guarda Nacional, todos oficiais; 49 (quarenta e nove) dos 66 (sessenta e seis) eram coronéis, patente máxima que um civil poderia obter nesta instituição. O grau de Comendador foi o de

³⁰⁰ CASTRO, Jeanne Berrance de. *A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850*. São Paulo: Editora Naciona; Brasília: Brasiliiana, v. 359, 1977, p. 173-175.

³⁰¹ CASTRO, A Milícia Cidadã... p. 177-178.

³⁰² ALMEIDA, Adilson José de. *Uniformes da Guarda Nacional (1831-1852): a indumentária na organização e funcionamento de uma associação armada*. Anais do Museu Paulista: história e cultura material, v. 8, pp. 77-147, 2001, p. 79-80.

maior quantidade de integrantes da Guarda Nacional (32), seguido do grau Oficial (17), Dignitário (10), Cavaleiro (6), Grã-Cruz (2) e Grande Dignitário (1).

GRAUS	QUANTIDADE DE NOBRES AGRACIADOS COM A IOR INTEGRANTES DA GUARDA NACIONAL
Cavaleiro	4
Oficial	17
Comendador	32
Dignitário	10
Grande-Dignitário	1
Grã-Cruz	2
Total	66

Tabela 14: Nobres brasileiros integrantes da Guarda-Nacional.³⁰³

Ao todo, nas 610 (seiscentas e dez) páginas do Arquivo Nobiliárquico, pouco mais de 1.200 (mil e duzentos) nobres estão listados. Neste contexto, nenhuma mulher foi agraciada com a IOR. Do que podemos verificar, 4 (quatro) mulheres nobres registradas neste documento foram: a 2ª Baronesa de Jundiahy, Anna Joaquina do Prado Fonseca, filha do Sargento-Mór Antonio de Queiroz Telles, Barão de Jundiahy;³⁰⁴ a Baronesa de Maria Rosa, D. Maria Rosa Alexandrina de Macedo;³⁰⁵ a Condessa de Piedade, D. Engracia Maria da Costa Ribeiro Pereira, agraciada com este título “em lembrança e remuneração dos relevantes serviços prestados ao Estado e à humanidade por seu falecido marido”³⁰⁶ e a 1ª Baronesa de Soledade, D. Francisca Elisa Xavier.³⁰⁷ Com isso, podemos concluir que a esmagadora maioria dos Nobres Brasileiros foram homens, uma realidade característica de uma sociedade monárquica e patriarcal, onde as mulheres tiveram pouco espaço de atuação e representação. Das 4 (quatro) mulheres, apenas 1 (uma) teve alguma descrição sobre o recebimento do título, no caso Condessa de Piedade, mas para fazer alusão aos feitos do seu esposo.

Em relação à representatividade da mulher durante a Monarquia Brasileira, Marcelo Basile afirma que os liberais exaltados as admitiam na cidadania política, com direito a voto, algo que nem na Revolução Francesa ocorreu. Portanto, no Brasil, este grupo político foi

³⁰³ VASCONCELLOS, Rodolfo Smith de; VASCONCELLOS, José Smith de. *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918.

³⁰⁴ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 246.

³⁰⁵ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 277.

³⁰⁶ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 352.

³⁰⁷ VASCONCELLOS; VASCONCELLOS, *Archivo Nobiliarchico Brasileiro*. p. 482.

pioneiro em defender a igualdade de direitos entre os sexos, além da participação da mulher na esfera pública. Nesse coro, os periódicos *Nova Luz Brasileira*, em 31 de dezembro de 1829, *Luz Brasileira*, em 6 de outubro de 1829, e *O Tribuno do Povo*, em 22 de dezembro de 1830, foram citados por Basile para reforçar a tese de que a imprensa, à época, veiculou a demanda pela inserção das mulheres à pátria como cidadãs. Apesar da propagação dessa ideia nos oitocentos, somente em 1934 as mulheres brasileiras tiveram direito ao voto. A título de comparação, as inglesas conseguiram tal direito em 1918, as americanas em 1920 e as francesas em 1944, ou seja, todas essas somente no Século XX.³⁰⁸

Em observância ao espectro político de oposição, o pesquisador aponta que o grupo Caramuru (conservador) não pleiteava a incorporação dos direitos políticos. Os jornais conservadores mencionaram as mulheres em, apenas, duas ocasiões: solicitação do ingresso de mulheres na *Caramuru* Sociedade Conservadora da Constituição Jurada no Império do Brasil, no *Caramuru* de 24 de março de 1832, para fins de influência na educação dos filhos consoante com os princípios religiosos e de virtude; e *O Carijó*, no sentido das mulheres clamarem aos homens por defesa e liberdade. Apesar de uma postura divergente dos liberais, a postura dos conservadores direciona para o Princípio de Politização do espaço feminino.³⁰⁹

3.3 Condecoração da IOR aos militares durante a Guerra do Paraguai

A Ordem do Dia é um documento institucional do Exército Brasileiro em que constam os registros das normas, nomeações, promoções, transferências, licenças, dispensas, situação sanitária, falecimentos e condecorações, além de outros aspectos. Atualmente, é um documento expedido pelo Comandante do Exército em dias festivos ou cerimônias importantes, possuindo caráter alusivo. No caso da Guerra do Paraguai, serviu como principal registro das ações das tropas do exército e permite analisar a rotina dos militares ao longo dos anos deste conflito. Sendo assim, registramos os militares condecorados com a IOR nos mais diversos graus, atentando aos postos e graduações dos agraciados.

Esse acervo encontra-se no Arquivo Histórico do Exército, situado no Palácio Duque de Caxias, sede do Comando Militar do Leste, na cidade do Rio de Janeiro. Apesar do grande volume encontrado, cabe ressaltar que a documentação apreciada não corresponde a todo

³⁰⁸ BASILE, Projetos de Brasil... p. 72.

³⁰⁹ BASILE, Projetos de Brasil... p. 82-83.

período da guerra, fato que pode ser observado nas datas já mencionadas anteriormente em cada um dos conjuntos de ordens.

Na Tabela 15, pode ser observada a quantidade de militares agraciados com a IOR durante o período da Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. No conjunto documental analisado, podemos perceber que não houve militares condecorados com a IOR nos anos de 1869 e 1870.

ANO	QUANTIDADE DE MILITARES AGRACIADOS
1865	19
1866	75
1867	17
1868	2
1869	0
1870	0
Total	113

Tabela 15: Concessão da IOR por ano na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.³¹⁰

No ano de 1868, 2 (dois) militares foram condecorados com a IOR: Dr. Florêncio Francisco Gonçalves, cirurgião do Corpo de Saúde do Exército, condecorado no grau Cavaleiro da IOR e Tito de Sousa Camisão, alferes, agraciado no grau Cavaleiro. Ambos foram registrados na Ordem do Dia Nr 200, de 18 de março de 1868, pelos serviços prestados na guerra, no quartel-general na cidade paraguaia de Tuyu-Cuê.³¹¹

O ano de maior representatividade foi o de 1866, com 75 (setenta e cinco) registros de condecorações efetuadas. Todo esse pessoal foi condecorado conforme o conjunto de Ordens do Dia de Nr 114 a 161, segundo volume, de 3 de janeiro a 15 de junho de 1866, do Comando em Chefe do Exército em Operações na República do Paraguai, General Manoel Luiz Ozório, Marquês do Herval. O que explica este feito é o fato da participação dos militares em batalhas exitosas por parte do exército aliado.

Nesse contexto, 12 (doze) foram condecorados pela distinção no ataque do Forte de Coimbra, nos dias 27 e 28 de dezembro de 1864; 16 (dezesesseis) pela participação no ataque da cidade argentina de Corrientes, em 25 de março de 1865; 19 (dezenove) pelo ataque de São Borja, em 10 de junho de 1865; 1 (um) pela distinção no Combate Naval do Riachuelo, em 11

³¹⁰ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 1865-1870.

³¹¹ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 18 de Março de 1868.

de junho de 1865; 1 (um) pela distinção no ataque de Butuhy, em 26 de junho de 1865; 9 (nove) no combate e passagem da barranca de Las Cuevas, em Mendoza, na Argentina, em 12 de agosto de 1865; e 17 (dezesete) pelo Combate de Jataí, em 17 de agosto de 1865. Um aspecto que deve ser mencionado é o fato de termos batalhas ocorridas desde o ano de 1864, mas somente em 1866 houve uma publicação em bloco dos agraciados.³¹²

O ano de 1865 contou com 19 (dezenove) militares agraciados com a IOR. A Ordem do Dia de 4 março de 1865 publicou a concessão da IOR ao músico Ismael da Silva Araújo.³¹³ Os outros 18 (dezoito) militares tiveram suas concessões publicadas no conjunto das Ordens do Dia de Nr 1 a 49, de Manoel Marques de Souza.

O ano de 1867 teve 17 (dezesete) agraciados. Todo esse efetivo teve a publicação feita no conjunto das Ordens do Dia Nr 97 a 171, de Luiz Alves de Lima e Silva. O Alferes João Antunes Barbosa Brandão recebeu o grau Cavaleiro da IOR e teve a publicação de sua condecoração na Ordem do Dia Nr 33, de 21 de janeiro de 1867, por serviços militares em Tuiuti.³¹⁴ Já o segundo-tenente de artilharia, Luciano Pereira de Souza, recebeu o grau Cavaleiro da IOR, conforme publicado na Ordem do Dia Nr 77, de 20 de maio de 1867, pelos serviços prestados na invasão da Província de Mato Grosso.³¹⁵ Os outros 15 (quinze) tiveram a publicação da concessão da IOR feita na Ordem do Dia Nr 128, de 20 de setembro de 1867, pelos serviços prestados na guerra.³¹⁶

Na Tabela 16, os militares agraciados com a IOR estão distribuídos pelo grau da comenda.

GRAUS	QUANTIDADE DE MILITARES AGRACIADOS
Não declarado	1
Cavaleiro	101
Oficial	7
Comendador	3
Dignitário	1
Grande Dignitário	0
Grã-Cruz	0
Total	113

Tabela 16: Concessão da IOR por grau na Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.³¹⁷

³¹² BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 1866.

³¹³ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 4 de Março de 1865.

³¹⁴ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 21 de Janeiro de 1867.

³¹⁵ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 20 de Maio de 1867.

³¹⁶ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 20 de Setembro de 1867.

³¹⁷ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 1865-1870.

O músico Ismael da Silva Araújo, condecorado por determinação do gabinete do Ministro dos Negócios da Guerra, sediado no Rio de Janeiro, em Decreto de 4 de março de 1865, não teve o grau da IOR declarado na publicação da Ordem do Dia.³¹⁸ O grau Cavaleiro foi entregue a 101 (cento e um) dos 113 (cento e treze) militares, um dado que revela o número expressivo de condecorados no grau mais baixo da comenda.

No grau Oficial, 7 (sete) militares foram agraciados: do Exército, tenente-coronel do Corpo de Cavalaria José Antonio Dias da Silva³¹⁹ e majores da infantaria José Antônio da Silva Lopes,³²⁰ João Baptista de Souza Braga e Antônio Luiz Bandeira de Gouvêa;³²¹ da Guarda Nacional, tenente-coronel José Ferreira Guimarães e Majores José Francisco de Souza Doca e José Rodrigues Ramos.³²² Isso significa que, somente, Oficiais Superiores do Exército e da Guarda Nacional foram condecorados neste grau da comenda, ou seja, militares em postos elevados dentro da hierarquia militar. A seguir, no Quadro 1, dispusemos um comparativo contendo os postos e graduações dos militares do Exército Brasileiro, de modo a facilitar o entendimento sobre os círculos da hierarquia militar.

No grau Comendador, 3 (três) foram os militares condecorados com a IOR: tenente-coronel do 1º Regimento de Artilharia Emílio Luiz Mallet, Patrono da Arma de Artilharia do Exército Brasileiro³²³ e Majores Herculano Sancho da Silva Pedra, comandante do 7º Batalhão de Infantaria e Francisco Antonio de Souza Camizão, comandante do 5º Batalhão de Infantaria. No caso dos majores, a Ordem do Dia diz que os mesmos foram condecorados pela distinção no Combate de Jataí, em 17 de agosto de 1865.³²⁴

No grau dignitário, apenas o Coronel de Cavalaria Victorino José Carneiro Monteiro foi condecorado com a IOR.³²⁵ O posto de coronel é o mais elevado na hierarquia dos Oficiais Superiores do Exército. Dos 113 (cento e treze) militares encontrados nos arquivos das Ordens do Dia, nenhum oficial general foi agraciado com a IOR. Portanto, Victorino foi o único coronel e, portanto, o militar da mais alta patente condecorado com a IOR durante a Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai.

Nenhum destes militares estudados nos arquivos das Ordens do Dia da Guerra do Paraguai receberam a IOR nos graus Grã-Cruz e Grande Dignitário. Este dado assinala que os

³¹⁸ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 4 de março de 1865.

³¹⁹ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 7 de julho de 1865.

³²⁰ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 18 de fevereiro de 1865.

³²¹ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 16 de fevereiro de 1866.

³²² BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 16 de fevereiro de 1866.

³²³ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 18 de fevereiro de 1865.

³²⁴ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 16 de fevereiro de 1866.

³²⁵ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 18 de fevereiro de 1865.

militares tiveram reconhecimento pelos seus feitos na Guerra do Paraguai. Em contrapartida, um olhar mais atento à observância dos graus concedidos aos militares reflete que este público-alvo estava inserido numa camada inferior do universo de condecorados.

Pode-se inferir que, apesar do papel desempenhado na formação da Nacionalidade Brasileira e na resolução de tensões e revoltas (tanto internas quanto externas), o exército é uma instituição que retrata o extrato da sociedade brasileira, aglutinando todas as raças e classes. Com isso, fica evidenciado que não é uma instituição pertencente à nobreza ou aristocracia, mas sim uma instituição popular. Neste aspecto, Gilberto Freyre aponta que é uma instituição que buscou incorporar o brasileiro responsável, dedicado a servir o seu próprio povo e focado na valorização dos seus recursos humanos.³²⁶

Para melhor entender a hierarquia militar, em especial do exército, é importante ilustrar a distribuição pelos postos e graduações, respeitando os círculos hierárquicos e fazendo o paralelo comparativo entre os Períodos Imperial e Republicano atual, de modo que possa haver maior contribuição no estudo do perfil dos militares agraciados com a IOR. Como a partir de agora apreciaremos os agraciados, seguindo o critério da posição na hierarquia militar, o Quadro 1 indica todos os postos e graduações existentes no Exército Imperial e no Exército Brasileiro da atualidade.

CÍRCULOS HIERÁRQUICOS	IMPÉRIO	ATUAL
Praças	Soldado	Soldado
	Cabo de esquadra	Cabo
	Furriel	3º Sargento
	2º Sargento	2º Sargento
	1º Sargento	1º Sargento
	-	Subtenente
Praça Especial	1º e 2º Cadetes	Cadete
Oficiais Subalternos	Alferes	Aspirante a Oficial
Oficial Intermediário	1º e 2º Tenente	1º e 2º Tenente
	Capitão	Capitão
Oficiais Superiores	Major	Major
	Tenente-Coronel	Tenente-Coronel
	Coronel	Coronel
Oficiais Gerais	Brigadeiro	General de Brigada
	Marechal de Campo	General de Divisão

³²⁶ FREYRE, Nação e Exército p. 32-35.

Tenente-General
Marechal do
Exército

General de Exército
Marechal (somente em
caso de guerra)

Quadro 1: Postos e Graduações do Exército Brasileiro no Império e na República atual.³²⁷

A hierarquia militar está distribuída no nível mais baixo (soldado) seguindo até o nível mais elevado (marechal) - existente somente em caso de guerra. As promoções e ascensão aos postos mais elevados são feitos com base no tempo de serviço prestado e, em tempo de guerra, pelo mérito evidenciado em ações de bravura, como nos casos ocorridos na própria Guerra do Paraguai e na Segunda Guerra Mundial, com o Brasil já republicano.

Inicialmente, graduação é o modo de mencionar a hierarquia no âmbito das praças. No círculo dos oficiais, a nomenclatura utilizada é posto. No Período Imperial, as praças eram distribuídas nas graduações de soldado, cabo de esquadra, furriel, 2º Sargento e 1º Sargento. Em paralelo com as graduações atuais empregadas no exército, enquanto no império denominava-se Cabo de Esquadra, atualmente a nomenclatura é cabo, palavra derivada do latim *caput*, significando cabeça, chefe. A fração que um cabo comanda, mesmo nos dias atuais é a esquadra, composta por 4 (quatro) homens.

Enquanto no Império o furriel era o nome da graduação imediatamente superior a do cabo, atualmente, a graduação correspondente é Terceiro-Sargento. Cabe destacar que, nos dias de hoje, furriel é uma das funções que um militar na graduação de 3º Sargento pode ocupar, sendo responsável pela parte de pagamento de pessoal. Esta palavra tem etimologia do francês *fourier*, de *fourrage*, correspondendo ao encarregado da forragem nos antigos esquadrões de cavalaria. Sargento advém do latim, *servientes armorum*, serventes de armas.³²⁸ Hoje existe a graduação de subtenente, que não possui equivalência no Período Imperial.

Quanto às praças especiais, cadete é proveniente do latim, *capitettus*, diminutivo de *caput*. Corresponde ao filho segundo de qualquer titular, soldado nobre privilegiado, cuja categoria foi criada no Exército Português pelo alvará de 16 de março de 1757. Os filhos dos oficiais subalternos podiam assentar praça, ou seja, ingressar no exército como 2º cadete. Já o filho dos oficiais superiores e generais, como 1º cadete.³²⁹ Atualmente, cadete é o título utilizado para nominar os alunos da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), alunos do

³²⁷ Adaptado de BARROSO, Gustavo. História Militar do Brasil. v. 192. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

³²⁸ BARROSO, Gustavo. História Militar do Brasil. v. 192. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019, p. 80.

³²⁹ BARROSO. História Militar do Brasil. p. 80.

Curso de Bacharelado em Ciências Militares, único estabelecimento de Ensino Superior Militar destinado à formação dos oficiais da linha bélica e futuros generais integrantes do alto comando da instituição. Como o ingresso à carreira militar passou a ser efetuado por meio de concurso público, todo cidadão brasileiro pode se candidatar a uma das vagas, fato distinto do Período Imperial, onde a indicação e a descendência preponderava no processo de escolha dos futuros oficiais.

No círculo dos oficiais, em particular os subalternos, no império tinha alferes e tenente. Alferes significa oficial que levava a bandeira, a *alférena*. Vem do latim, *aquila feris*, o porta-águia das legiões romanas ou do árabe, *al faris*, o porta-estandarte. O alferes corresponde ao atual aspirante-a-oficial, primeiro posto do oficialato, enquadrado como um período de estágio probatório para que o oficial possa prestar o compromisso do primeiro posto, como tenente. Tenente vem do latim, *tenens*, substituto de um chefe, que comanda no lugar de outro.³³⁰ Atualmente, este posto é desmembrado em 1º e 2º tenentes, sendo o 1º tenente oficial de maior precedência hierárquica.

O posto de capitão corresponde ao universo dos oficiais intermediários. Do latim *capitanus*, o chefe, do alemão *hauptmann*, homem que comanda ou, ainda, do russo *hetman* ou *ataman*, comandante.³³¹ As funções, tanto do império quanto atuais, desse posto são muito semelhantes.

No universo dos oficiais superiores, os postos do império foram mantidos na república: major, tenente-coronel e coronel. Major significa o maior, de sargento-major, sargento-maior ou sargento-mor. Coronel provém do italiano *colonello*, comandante de uma coluna de tropas.³³²

Os oficiais generais compõem o círculo de oficiais de maior hierarquia nas Forças Armadas. No império, os postos componentes eram brigadeiro, marechal de campo, tenente-general e marechal do exército. Respectivamente, os postos atuais são General de Brigada, de Divisão, de Exército e Marechal, este último somente em tempo de guerra. Brigadeiro é o comandante da brigada. Este posto data do Século XVI, em alguns países chamado de brigadeiro-general. A título de curiosidade, na França, brigadeiro decaiu de forma que *brigadier* tornou-se simples cabo das tropas montadas. General vem do latim *generalis*, geral. O chefe geral, comandante geral de um exército. Marechal é uma palavra do alemão *marahscal*, ou seja, encarregado das cocheiras e dos cavalos do soberano. Nos exércitos lusos e espanhóis, o

³³⁰ BARROSO. História Militar do Brasil. p. 80.

³³¹ BARROSO. História Militar do Brasil. p. 81.

³³² BARROSO. História Militar do Brasil. p. 81.

marechal de campo foi o comandante de uma divisão ou corpo de exército. Ainda nos exércitos alemão, inglês, russo imperial e escandinavos, o marechal de campo é a mais alta graduação. No Brasil Monárquico e em Portugal, o mais alto posto era Marechal do Exército. Na república, conservou-se marechal no topo da hierarquia militar.³³³

Agora que os postos e graduações do exército foram detalhados, na Tabela 17 podemos verificar a concessão da IOR durante a Guerra do Paraguai por níveis de hierarquia militar, além de identificar os graus da comenda que cada um dos postos e graduações recebeu.

POSTOS / GRADUAÇÕES	QUANTIDADE DE MILITARES AGRACIADOS	GRAU
Soldado	1	Cavaleiro
Cabo	1	Cavaleiro
Furriel	1	Cavaleiro
Segundo-Sargento	8	Cavaleiro
Primeiro-Sargento	6	Cavaleiro
1º e 2º Cadete	6	Cavaleiro
Alferes	27	Cavaleiro
1º e 2º Tenente	18	Cavaleiro
Capitão	11	Cavaleiro
Major	7	5 Oficiais 2 Comendadores
Tenente-Coronel	3	2 Oficiais 1 Comendador
Coronel	1	Dignitário
Demais militares, integrantes da Guarda Nacional e civis		
Ajudante	1	Cavaleiro
Amannense	1	Cavaleiro
Secretário	1	Cavaleiro
Músico	2	Cavaleiro
Cirurgião	3	Cavaleiro
Operário contratado	1	Cavaleiro
Cidadão	1	Cavaleiro
Paisano	1	Cavaleiro
Guarda Nacional	8	Cavaleiro
Quartel mestre (sargento da Marinha)	1	Cavaleiro
Não declarado	3	Cavaleiro
Total	113	

Tabela 17: Concessão da IOR na Guerra do Paraguai por Postos e Graduações.³³⁴

Dentre os postos e graduações, o posto de Alferes foi o que contou com a maior quantidade de agraciados com a IOR, com 27 (vinte e sete) agraciados com o grau Cavaleiro. Destes, 15 (quinze) foram condecorados pela distinção no Combate de Jataí, em 17 de agosto de 1865.³³⁵ Na sequência, os tenentes receberam 18 (dezoito) comendas de Cavaleiro da IOR.

³³³ BARROSO. História Militar do Brasil. p. 81.

³³⁴ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 1865-1870.

³³⁵ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 16 de fevereiro de 1866.

Destes, 5 (cinco) foram condecorados pela distinção no combate e passagem da barranca de *Las Cuevas*, em 12 de agosto de 1865; 1 (um) pelo ataque de Corrientes, em 25 de março de 1865 e 2 (dois) por distinção no ataque de São Borja, em 10 de junho de 1865. Somados, os oficiais subalternos totalizam 45 (quarenta e cinco) dos 113 (cento e treze) condecorados.

Quanto aos oficiais intermediários, 11 (onze) capitães foram agraciados no grau Cavaleiro da IOR. Destes, 3 (três) foram condecorados pelo ataque de Corrientes, em 25 de março de 1865, 2 (dois) por distinção no ataque de São Borja, em 10 de junho de 1865 e 1 (um) pela distinção no combate de Jataí, em 17 de agosto de 1865.³³⁶

No âmbito dos oficiais superiores, 7 (sete) majores, 3 (três) tenentes-coronéis e 1 (um) coronel foram agraciados com a IOR. Como já visto anteriormente, aqui tivemos Oficiais, Comendadores e Dignitário da IOR. Isso representa que o restante dos condecorados receberam o grau Cavaleiro, enquanto este círculo de maior nível hierárquico recebeu os graus mais elevados da comenda. Aqui tivemos 2 (dois) agraciados pelo ataque de Corrientes, em 25 de março de 1865, 3 (três) por distinção no ataque de São Borja, em 10 de junho de 1865 e 2 (dois) pela distinção no combate de Jataí, em 17 de agosto de 1865.³³⁷

Em suma, 67 (sessenta e sete) oficiais foram condecorados com a IOR, considerando o efetivo total de 113 (cento e treze) militares. Esse dado registra que mais da metade dos agraciados foram Oficiais do Exército, militares em maior nível hierárquico, o que representa maior responsabilidade no comando das respectivas tropas subordinadas, sinalizando o reconhecimento institucional, em especial, aos ocupantes dos cargos mais elevados. No entanto, as patentes mais baixas foram condecoradas com a IOR. Observando o registro de agraciados com a Ordem do Cruzeiro e Ordem de Cristo, tivemos prioridade de distribuição aos oficiais superiores, dado que mostra que a IOR possuíam grau de menor relevância em relação a estas duas outras Comendas Brasileiras. Nas Ordens do Dia, condecorações é o título em que se registram a destinação das comendas. A primeira ordem que aparece é a do Cruzeiro, seguida da de Cristo e, na sequência, da Rosa. Este ordenamento na aparição da IOR reforça a tese da menor relevância para o recebimento desta comenda pelos militares.

Já no círculo das praças, as graduações de 1º e 2º Sargento, além dos cadetes, foram as que tiveram maior representatividade. No âmbito dos cadetes, Leovegildo Cavalcanti de Mello e Miguel Maria Girard, ambos da arma de Infantaria, foram condecorados pela distinção no ataque de Corrientes, em 25 de março de 1865; Luiz Francisco de Paula Albuquerque Maranhão, do 1º Corpo de Voluntários da Pátria, foi agraciado pela distinção no Combate Naval

³³⁶ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 16 de fevereiro de 1866.

³³⁷ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 16 de fevereiro de 1866.

do Riachuelo, em 11 de junho de 1865; José de Góes e Barros, do 14º Corpo de Voluntários da Pátria, recebeu a comenda pela distinção no combate e passagem da barranca de *Las Cuevas*, em 12 de agosto de 1865; Francelino Leal Gomes, da arma de infantaria, foi condecorado pela distinção no combate de Jataí, em 17 de agosto de 1865³³⁸ e João Zeferino de Hollanda Cavalcanti, do 14º Batalhão de Infantaria, pelos serviços prestados na guerra.³³⁹

Em relação aos 1º e 2º Sargentos, 14 (quatorze) foram agraciados com a IOR. Destes, 8 (oito) foram condecorados pela distinção no Combate de Jataí, em 17 de agosto de 1865; o Primeiro-Sargento de Artilharia Antonio Luiz Vieira foi agraciado pela distinção no ataque do Forte de Coimbra, nos dias 27 e 28 de dezembro de 1864; o Primeiro-Sargento de Infantaria Delfino Tavares da Silva Dias foi contemplado pela distinção no ataque de Corrientes, em 25 de março 1865; o Sargento-Ajudante Manoel José de Castro e o Segundo-Sargento Joaquim Pinto de Assunção, ambos do 1º Corpo de Voluntários da Pátria, foram condecorados pela distinção no ataque de São Borja, em 10 de junho de 1865; o Sargento João Caetano pela distinção no Ataque de Butuí, em 26 de junho de 1865³⁴⁰ e Primeiro-Sargento Trasibulo Damasio Botelho, pelos serviços prestados na guerra.³⁴¹

Apenas o Furriel Manoel Caetano de Abreu Junior, o Cabo de Infantaria Luiz Francisco da Silva³⁴² e o Soldado do 3º Batalhão de Infantaria Felix Pereira da Silva representaram suas graduações na concessão da IOR.³⁴³ Esse dado representa que, mesmo nas graduações mais inferiores do Exército Imperial, a IOR se fez representada. De soldado a coronel, todos os postos e graduações tiveram militares agraciados com a IOR.

Na parte inferior da Tabela 17, registramos os demais militares nas funções mencionadas nas Ordens do Dia (fator que impede apontar qual o posto ou graduação deles) integrantes da Guarda Nacional e civis que participaram ativamente das ações em apoio às Forças Militares Brasileiras. O que este pessoal tem em comum é o recebimento do grau Cavaleiro da IOR, fato observado no círculo das praças e dos oficiais de baixa patente.

Primeiro, em relação aos militares, o Ajudante José Clemente Vieira Souto e o Secretário Antonio Paulo Pinto da Fontoura, ambos do 1º Corpo de Voluntários da Pátria, foram condecorados pela distinção no ataque de São Borja, em 10 de junho de 1865.³⁴⁴ O Sargento Quartel-Mestre Antonio de Castro e Silva era geógrafo e teve seu registro atrelado aos

³³⁸ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 16 de fevereiro de 1866.

³³⁹ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 20 de setembro de 1867.

³⁴⁰ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 16 de fevereiro de 1866.

³⁴¹ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 20 de setembro de 1867.

³⁴² BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 16 de fevereiro de 1866.

³⁴³ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 20 de setembro de 1867.

³⁴⁴ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 16 de fevereiro de 1866.

relevantes serviços prestados na guerra.³⁴⁵ Quanto aos músicos, Ismael da Silva Araujo e Manoel Vieira Passos foram condecorados sem menção a algum feito em especial.³⁴⁶ Os cirurgiões José Muniz Cordeiro Gitahy, João Ignacio Botelho de Magalhães e Florencio Francisco Gonçalves estiveram lotados no Corpo de Saúde do Exército. Estes tiveram como motivação para a condecoração os serviços prestados na guerra.³⁴⁷

O Amannense³⁴⁸ Manoel Nonato da Costa Franco era da polícia e foi condecorado pela distinção no ataque do Forte de Coimbra, nos dias 27 e 28 de dezembro de 1864. Os guardas da Alfândega Alexandrino Urbano de Araujo, Justino Urbano de Araujo, Laurindo Antonio da Costa, Manoel Sabino de Mello e Evaristo Paes de Barros também foram agraciados pela participação no mesmo ataque. Referente à Guarda Nacional, Melchiades de Oliveira Garcia Estevão Antonio, Caetano Paes Rodrigues e Francisco de Campos receberam a Comenda da IOR pela ação desencadeada no Forte Coimbra.³⁴⁹

Antonio da Costa Guimarães, Nuno de Mello Vianna e Agostinho Ribeiro da Fontoura, apesar de não terem menções a função, organização militar ou profissão, foram condecorados pela distinção no ataque de São Borja, em 10 de junho de 1865.³⁵⁰

Em relação aos civis, o operário contratado Amaro Francisco dos Santos e o paisano Americo de Albuquerque Porto Carrero foram condecorados pela distinção no ataque do Forte Coimbra, nos dias 27 e 28 de dezembro de 1864.³⁵¹ O cidadão Manoel de Souza Penna foi agraciado pela distinção no ataque de São Borja, em 10 de junho de 1865.³⁵²

Finalmente, tendo como base as fontes apresentadas no presente capítulo, o processo de concessão da IOR foi apresentado, cabendo a ressalva de ter sido a Ordem Honorífica com o maior número de condecorados no Período Imperial Brasileiro. Além disso, registramos a ligação da IOR com os Nobres Brasileiros e Militares, aprofundando a análise sobre os perfis destes indivíduos, ocupações e cargos políticos desempenhados.

³⁴⁵ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 20 de setembro de 1867.

³⁴⁶ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 16 de fevereiro de 1866.

³⁴⁷ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 18 de março de 1868.

³⁴⁸ Amanuense significa aquele que copia textos à mão, escrevente, secretário, ou ainda empregado de repartição pública, encarregado de fazer cópias, registros e correspondências oficiais. Ver MICHAELIS, Dicionário. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br>>. Acesso em 10 de outubro de 2022.

³⁴⁹ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 3 de janeiro de 1866.

³⁵⁰ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 16 de fevereiro de 1866.

³⁵¹ BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 3 de janeiro de 1866.

³⁵² BRASIL. Exército Brasileiro. Ordens do Dia: Guerra do Paraguai. 16 de fevereiro de 1866.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Imperial Ordem da Rosa foi uma Comenda Honorífica instaurada no Período Monárquico Brasileiro, durante o Primeiro Reinado, na pessoa do imperador D. Pedro. Esta pesquisa tratou da representatividade desta Ordem Honorífica como parte de um processo de formação nacional do Brasil, contribuindo para o fortalecimento da memória do império na historiografia brasileira contemporânea. Sendo assim, cabe indicar que a Monarquia Brasileira se esforçou para consolidar as bases de sustentação, a fim de garantir governabilidade, unidade territorial e apoio da opinião pública.

Analisando o Governo Imperial Brasileiro, ao longo dos seus 67 (sessenta e sete) anos, de 1822 a 1889, tivemos três períodos: o Primeiro Reinado, sob governo de D. Pedro, em que se buscou a legitimação do Brasil como Estado independente; o Período Regencial, de 1831 a 1840, de bastante instabilidade por conta da ausência da figura do imperador, uma vez que Pedro II tinha apenas 5 (cinco) anos de idade; e o Segundo Reinado, sob governo de D. Pedro II, estadista brasileiro, com maior tempo à frente do Poder Executivo - durante 49 (quarenta e nove) anos.

Este Estado, surgido no primeiro quartel do Século XIX, teve, obviamente, forte influência portuguesa, tais como: hereditariedade do Império Português, língua, cultura, costumes, tradições, diplomacia, valores e tantos outros aspectos que podem ser apontados para caracterizar essa estreita ligação. Apesar das semelhanças, para ser independente na plenitude, o Brasil tinha que assumir uma posição distinta, quebrando paradigmas que ligavam este Estado ao seu colonizador, sendo necessário criar símbolos, registros e, acima de tudo, uma identidade própria. Isso quer dizer que o Brasil tinha território e governabilidade, mas lhe faltava o ingrediente essencial: a nação.

Reflexões sobre nação e nacionalismo foram aqui realizadas a partir das ideias apresentadas por estudiosos como: Leyla Perrone-Moisés, Eric J. Hobsbawm, Marcel Detienne, José Murilo de Carvalho, Manoel Bomfim, Benedict Anderson e Lucio Levi. O Brasil era uma Monarquia Constitucional e possuía bases firmes para que fosse cumprida a proposta de formação de uma nacionalidade. Neste aspecto, as mais diversas instituições dos três poderes tiveram papel significativo em torno da manutenção do Império no Brasil. Além disso, o IHGB teve contribuição expressiva para reforçar o despertar do sentimento de pertencimento a identidade nacional.

A ideia de nação como comunidade política imaginada, preconizada por Benedict Anderson, vai ao encontro do posicionamento de José Murilo de Carvalho, que destaca a implantação de um projeto de nação por força do Governo Imperial. Nesse sentido, os símbolos ganham evidência, conforme a ideia de distinção apresentada por Pierre Bourdieu. Uma condecoração, como a IOR, corresponde a um símbolo que fortalece a memória do Império do Brasil - importante para agraciar personalidades que participaram diretamente do processo de formação brasileira.

A partir dos três capítulos desta dissertação, evidenciou-se a relevância atribuída às Ordens Honoríficas no período em que as representações sociais e culturais se mostravam essenciais na esfera política dentro daquela sociedade. A despeito deste cenário, a Imperial Ordem da Rosa, objeto em questão, foi apresentada como instrumento de reafirmação do governo de D. Pedro I, num momento de grande instabilidade do Brasil Império. Não obstante, para além da comenda, revelou a mulher por trás da segunda esposa do imperador, a princesa Amélia de Leuchtenberg, inspiração de sua criação e que, por grande parte do tempo, foi esquecida em meio aos registros históricos.

O intuito do primeiro capítulo foi de resgatar os conceitos relacionados à memória, no que tange às origens das primeiras insígnias atribuídas ao Império Brasileiro, sendo apresentadas em seus detalhes. Através de todo este instrumental, é possível entender o peso das tradições advindas de Portugal que, com o passar dos anos, formariam a composição das Ordens Honoríficas Nacionalizadas.

No segundo capítulo foi destacada a formação da Nação Brasileira, os conceitos de nação, Identidade Nacional, bem como os fatores que unem a história da pátria. Instituições como IHGB e Exército formariam os atores sociais diretamente envolvidos na construção das ideias, símbolos e costumes da Nação Brasileira. É, justamente, neste capítulo que se traz à tona quem foi a imperatriz D. Amélia e destaca, ainda que de forma breve, a sua chegada, a qual foi o alvo de esperança para novos ares ao governo de D. Pedro I, já tão desgastado.

Por fim, é certamente o terceiro capítulo que permite evidenciar a representatividade da IOR, tendo como foco as concessões da comenda. As fontes utilizadas nos aproximam do objeto e nos permitem analisar o perfil dos agraciados com esta ordem.

A IOR é a Ordem Honorífica com maior número de agraciados durante o Período Monárquico Brasileiro, sobretudo no Segundo Reinado. É, também, a ordem com a maior quantidade de graus, no caso, seis. A nobreza brasileira beneficiou-se dessa relação com o império, evidenciando a força do seu poder político. Como resultado, mesmo separando os nobres por título, (do barão ao duque) todos estes grupos tiveram representantes condecorados

com a IOR. Como instituições de Estado, o Exército e a Guarda Nacional tiveram parte de seus representantes condecorados com esta comenda.

Por outro lado, a pesquisa revela também os excluídos deste universo de agraciados, tais como: mulheres, adversários políticos do império e escravos. As mulheres tiveram baixa representatividade durante a Monarquia Brasileira - sociedade tipicamente patriarcal em que, pela apreciação das fontes utilizadas, nenhuma foi agraciada com a IOR.

O estudo da Imperial Ordem da Rosa é de fundamental importância para o entendimento do processo de distribuição de comendas como parte de uma relação do poder político no Brasil Imperial, além de ampliar os debates sobre as Ordens Honoríficas ou Falerísticas.

Ao abordarmos as Ordens Honoríficas presentes no Brasil Imperial, em especial a IOR, pretendemos que esta pesquisa sirva como contribuição para uma análise historiográfica mais abrangente para a compreensão da organização da sociedade brasileira no Período Imperial.

FONTES

Documentos

BRASIL. Exército Brasileiro. **Ordens do Dia: Guerra do Paraguai, 1865-1870.**

2

PINHEIRO, Artidoro Augusto Xavier. **Organização das Ordens Honoríficas do Imperio do Brazil.** São Paulo: Bibliotheca do Senado, 1884.

VASCONCELLOS, Rodolfo Smith de; VASCONCELLOS, José Smith de. **Archivo Nobiliarchico Brasileiro.** Lausanne: Imprimerie La Concorde, 1918, dedicatória. Disponível em:

<http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_obrasraras/or375242/or375242.pdf>

Acesso em 27 de setembro de 2022.

Jornais

A AURORA FLUMINENSE, 1829 e 1831.

DIARIO FLUMINENSE, 1827, ed. 9.

NOVA LUZ BRASILEIRA, 1831, ed. 131.

GAZETA DO RIO DE JANEIRO, nº 153, de 21 de dezembro de 1822.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. **Sobre a memória das cidades**. Revista da Faculdade de Letras, v. 14, Porto, pp 77-97, 1988.

ACERVO DO MUSEU IMPERIAL. Disponível em: <<http://www.vonregium.com/a-primeira-ordem-brasileira/>>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A dimensão retórica da historiografia**. In PINSKY, Carla Bassanezi; LUCA, Tania Regina de (Org.). O historiador e suas fontes. São Paulo: Contexto, 2009.

ALMEIDA, Adilson José de. **Uniformes da Guarda Nacional (1831-1852): a indumentária na organização e funcionamento de uma associação armada**. Anais do Museu Paulista: história e cultura material, v. 8, pp. 77-147, 2001.

AMBIEL, Valdirene do Carmo. **O novo grito do Ipiranga**. São Paulo: Linotipo Digital, 2017.

ANDERSON, Benedict. **Comunidades imaginadas: Reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. Tradução: Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

ASSUNÇÃO, Paulo de. **A Saudade é Cor de Rosa. Memórias de Amélia de Leuchtenberg – Imperatriz do Brasil**. Actas do 1º Colóquio “Saudade Perpétua”. CEPES, 2017.

BARROS, José D. Assunção. **História cultural e a contribuição de Roger Chartier**. Diálogos, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

BARROS, José D. Assunção. **O Campo Histórico**. Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

_____. **O Projeto de Pesquisa em História: da escolha do tema ao quadro teórico**. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2005.

BARROSO, Gustavo. **História Militar do Brasil**. v. 192. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2019.

BASILE, Marcelo. **Projetos de Brasil e Constituição nacional na Imprensa Fluminense**. In: BASTOS, Lúcia; MOREL, Marco; BESSONE, Tânia. História e Imprensa: Representações culturais e práticas de poder. Rio de Janeiro: DP&A/Faperj, 2006, p. 60-93.

BERSTEIN, Serge. **A cultura política**. In: RIOUX, Jean Pierre; SIRINELLI, Jean-François (orgs.). Para uma história cultural. Lisboa: Editorial Estampa, pp. 349-363, 1998.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. v.1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.

BOMFIM, Manoel. **A América Latina: males de origem**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2008.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil, 1989.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. Lei Nº 2.040, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim2040.htm>. Acesso em 8 de março de 2022.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. Ordem Nacional do Cruzeiro do Sul. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/cerimonial/ordem-nacional-do-cruzeiro-do-sul>>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

BRASIL IMPERIAL. Imperial Ordem do Cruzeiro do Sul. 2022. Disponível em: <<https://monarquia.org.br/brasil-imperial/>>. Acesso em 20 de setembro de 2022.

_____. Imperial Ordem de Dom Pedro I: Fundador do Império do Brasil. 2022. Disponível em: <<https://monarquia.org.br/brasil-imperial/>>. Acesso em 20 de setembro de 2022.

BURKE, Peter. **O que é história cultural?** - Tradução: Sergio Goes de Paula. 2 ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

CALADO, Ivanir. **Imperatriz no fim do mundo**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2001.

CALMON, Pedro. **O Rei Cavalleiro: a vida de D. Pedro I**. São Paulo: Companhia Nacional, 1933.

CARVALHO, José Murilo de. **A construção nacional: 1830-1889**. v. 2. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012.

_____. **Brasil: nações imaginadas**. In: CARVALHO, José Murilo de (org.). Pontos e bordados: escritos de história e política. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

CASTRO, Jeanne Berrance de. **A Milícia Cidadã: a Guarda Nacional de 1831 a 1850**. São Paulo: Editora Nacional; Brasília: Brasiliana, v. 359, 1977.

CHANCELARIA DAS ORDENS HONORÍFICAS PORTUGUESAS. **Ordens Honoríficas Portuguesas**. Imprensa Nacional, Lisboa, 1968.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: DIFEL, 1990.

CHOAY, Françoise. **Monumento e Monumento Histórico**. In: A alegoria do patrimônio. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

COIMBRA, Álvaro da Veiga. Imperial Ordem da Rosa: ordens honoríficas do Império do Brasil. 16 fev. 2020. Disponível em: <<https://collectgram.com/blog/imperial-ordem-da-rosa-ordens-honorificas-do-imperio-do-brasil/>>. Acesso em 08 de novembro de 2020.

CRUZ, Heloisa de Faria; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha. **Na oficina do historiador: conversas sobre história e imprensa**. Projeto História, São Paulo, n.35, 2007.

DE CARVALHO, Francismar Alex Lopes. **O conceito de representações coletivas segundo Roger Chartier**. Diálogos-Revista do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História, v. 9, n.1, p. 143-165, 2005.

DELLA ROSA, Ricardo. Você conhece a história da Ordem da Rosa? Disponível em: <<https://history.uol.com.br/noticias/voce-conhece-historia-da-ordem-da-rosa>>. Acesso em 14 de junho de 2019.

DEMURGER, Alain. **Os Cavaleiros de Cristo: as ordens militares na Idade Média (sécs. XI-XVI)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ELIAS, Norbert. **O processo civilizador: Formação do Estado e civilização**. v. 2. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

_____. **O processo civilizador: Uma História dos Costumes**. v. 1. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.

DETIENNE, Marcel. **A identidade nacional, um enigma**. Tradução Fernando Scheibe. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

ESTRELA, Paulo Jorge. **Medalha da Cruz Vermelha: Prêmio por serviços distintos na guerra e na paz**. Lusíada. n. 2, pp. 159-182. Lisboa: Universidade Lusíada Editora, 2005.

FARIA, Higino. **A Pia Batismal da Matriz da Ribeira Brava e a Unificação Religiosa do Reino no Tempo de D. Manuel I**. Aoeste Revista científica e cultural, jun. 2019, p. 21-42.

FREYRE, Gilberto. **Nação e Exército**. 2. ed. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2019.

GANDRA, Manuel J. **Ordens Luso-brasileiras e suas insígnias**. Rio de Janeiro: Mafra, 2017.

GIORGIO, Michela. **“O modelo católico”**. História das Mulheres – o século XIX. Lisboa, vol. 4, p. 202-235.

GUIMARÃES, Manoel Luis Lima Salgado. **Nação e Civilização nos Trópicos: o Instituto Histórico Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional**. Revista Estudos Históricos, v. 1, n. 1, p. 5-27, 1988.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Laurent Léon Shaffter. São Paulo: Vértice, 1990.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence. **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

HOBSBAWM, Eric J. **Nações e Nacionalismo desde 1780**. Tradução: Maria Celia Paoli, Anna Maria Quirino. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO BRASILEIRO. 2022. Disponível em: <<https://www.ihgb.org.br/>>. Acesso em 31 de agosto de 2022.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Tradução Bernardo Leitão [et al.] 7.ed. revista. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2013.

LEVI, Lucio. **Nacionalismo**. In: BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. Dicionário de política. v. 1. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998, p. 799-806.

LUSTOSA, Isabel. **Imprensa, censura e propaganda no contexto da independência do Brasil. Estudos: Revista de Investigaciones Literarias y Culturales**. v. 18:36, p. 370, 2012. Disponível em: <<http://www.revistaestudios.com.ve/wp-content/uploads/2012/03/I-Lustosa.pdf>>. Acesso em 10 de julho de 2019.

MALERBA, Jurandir. **O Brasil Imperial (1808-1889): Panorama da história do Brasil no século XIX**. Maringá: Eduem, 1999.

MATOS, Maria Izilda Santos de. **Do público para o privado: Redefinindo espaços e atividades femininas (1890-1930)**. Campinas: UNICAMP, 1995, p. 97-115.

MELO, Olímpio de. **Ordens Militares Portuguesas e outras Condecorações**. Imprensa Nacional: Lisboa, 1922.

MONTEIRO, Tobias. **História do Império**. v. 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1982.

MUSEU IMPERIAL. **Ordem de Nossa Senhora da Conceição de Vila Viçosa**. Disponível em: <<http://dami.museuimperial.museus.gov.br/handle/acervo/10338>>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

NEVES, Guilherme Pereira das. **E receberá Mercê. A Mesa da Consciência e Ordens e o clero secular no Brasil 1808 -1828**. Rio de Janeiro, RJ: Arquivo Nacional, 1997.

NEVES, Lúcia M. Bastos P. **Estado e política na independência**. In: O Brasil Imperial, vol. 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

NORA, Pierre. L'ere de la commémoration. In: NORA, Pierre, Les lieux de mémoire, Apud LISBOA, Karen Macknow. **Comemorações, Memória, História e Identidade**. In: RODRIGUES, Jaime et al. A Universidade Federal de São Paulo aos 75 anos: ensaios sobre memória e história. São Paulo: Editora Fap-Unifesp, 2008.

OLIVAL, Fernanda. **As Ordens Militares e o Estado Moderno. Honra, Mercê e Venalidade em Portugal (1641-1789)**. Lisboa: Estar Editora, 2001.

OLIVEIRA, Cecilia Helena de Salles. **Delimitação do lugar do “grito” propostas e contradições**. In **Museu Paulista: Um Monumento do Ipiranga. Organização Heloisa Barbuy**. São Paulo: Federação e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo, 1997.

OLIVEIRA, Humberto Nuno de; ESTRELA, Paulo Jorge. **Agraciamentos de sérvios / jugoslavos com ordens portuguesas. Pro Phalaris**. Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/54047623/PP15-libre.pdf?1501758898=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DAGRACIAMENTOS_DE_SERVIOS_JUGOSLAVOS>

_COM.pdf&Expires=1662497108&Signature=XDmiRh0Shv3GELYNzIcsFIN92-Ifpyeo9GI2tMETrpZWc1iGkgXpstX20fm8clRmDcc7qo~bUV~Y06GXtQsxs-kmV5PTZzhWfcHtV8E218nrHdyGrfH6xUUgUm60RflvekL61PIUfvGuYSUfpMqenaq20arEw93i1ccQYp1rz1cZwCEgl9dnHttXXnzCC7YeomnYVllbKwOzusr24E~LN9tvB~evJka22c7g3umodFJtbPEb0dwrGE3T~sVssPm491k9XxvWDgb5wzqvmZXYLdyYHhBpy5KpTZIUlimcfe4WIZRcAMFfv-RZ~h-idBbNqkXZujV5iiybhSP5o6rnPg__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA>. Acesso em 6 de setembro de 2022.

PERALTA, Elsa. **Abordagens teóricas ao estudo da memória social: uma resenha crítica.** Arquivos da Memória, n.2. Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa: 2007.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Paradoxos do nacionalismo literário na América Latina.** Estudos Avançados, v. 11, p. 245-259, 1997.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas.** 2.ed. São Paulo: Contexto, 2008.

PORTUGAL. História da Ordem Militar da Torre e Espada, do valor, lealdade e mérito. Disponível em: <<https://www.ordens.presidencia.pt/?idc=117>>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

PORTUGAL. História da Ordem Militar de Avis. 2022. Disponível em: <<https://www.ordens.presidencia.pt/?idc=179>>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

_____. História da Ordem Militar de Cristo. 2022. Disponível em: <<https://www.ordens.presidencia.pt/?idc=120>>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

PRINZ VON TRIVULZIO-GALLI, Andre. A Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, Blog de Cavalaria. 2018. Disponível em: <<http://www.corrieredellamesolcina.com/2018/06/a-ordem-militar-de-santiago-da-espada.html>>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

REAL ORDEM DE SANTA ISABEL. 2022. Disponível em: <<https://realordemsantaisabel.pt/>>. Acesso em 19 de setembro de 2022.

RÉMOND, René. Do político. In: RÉMOND, René. **Por uma história política.** Rio de Janeiro, Ed. UFRJ-Editora FGV, 1996.

REZZUTTI, Paulo. **D. Pedro, a história não contada.** São Paulo: Leya, 2015.

RIBEIRO FILHO, J. S. **Ordens Honoríficas - Nacionais e Estrangeiras.** Rio de Janeiro: O Cruzeiro, 1955.

RODRIGUES, Fernando da Silva; PEDROSA, Fernando Velôzo Gomes. **Uma tragédia americana: a Guerra do Paraguai sob novos olhares.** Curitiba: Editora Prismas, 2016.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento: seis ensaios da história das ideias.** São Paulo: editora UNESP, 2010.

SANTOS, Eugénio dos. D. Pedro. **Imperador do Brasil e Rei de Portugal.** São Paulo: Alameda, 2015.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu Estático na Metrópole**. São Paulo, Cia. das Letras, 1992.

SILVA, Camila Borges da. **As ordens honoríficas e a Independência do Brasil: o papel das condecorações na construção do Estado Imperial brasileiro (1822-1831)**. Tese de Doutorado. PUC-Rio de Janeiro, 2014.

_____. **As comendas honoríficas e a construção do Estado Imperial (1822-1831)**. Anais do XXVI Simpósio Nacional de História. São Paulo: ANPUH, jul. 2011.

SOUZA, Ana Beatriz Ramos de. **Memória e Nação: o Museu Militar dos Feitos da Guerra do Paraguai (1870-1922)**. In: RODRIGUES, Fernando da Silva; ARIAS NETO, José Miguel (orgs). *História Militar: entre o debate local e o nacional*. Jundiaí: Paco Editorial, 2018.

SOUZA, Iara Lis Franco Schiavinatto Carvalho. **Pátria coroada: o Brasil como corpo político autônomo -1780-1831**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

TORRES, Lygia Lemos. **Imperatriz Dona Amélia**. Sociedade Brasileira de Geografia e História da Bahia. São Paulo, 1947.

TRIGUEIROS, António Forjaz Pacheco. **As Ordens Militares Portuguesas no Império do Brasil 1822 -1889**. Anais do Museu Histórico Nacional. Rio de Janeiro, v. 43, p. 201-230, 2011.

VERÍSSIMO, Nelson. **A Ordem de Cristo e o arquipélago da Madeira: dos primórdios do povoamento até à instituição da dioceses do Funchal**. Aoeste Revista científica e cultural, jun. 2019, p. 87-92.

WITTE, Cláudia Thomé. **A Imperatriz Esquecida**. Revista de História da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, set. 2010.

_____. **Amélia a imperatriz de luto**. Revista História Viva. Ano IX, n. 114. São Paulo, abr, 2013.

_____. **Amélia e D. Pedro I. Um casamento imperial há 180 anos**. Revista Ponto de Vista. Rio de Janeiro, abr. 2010.